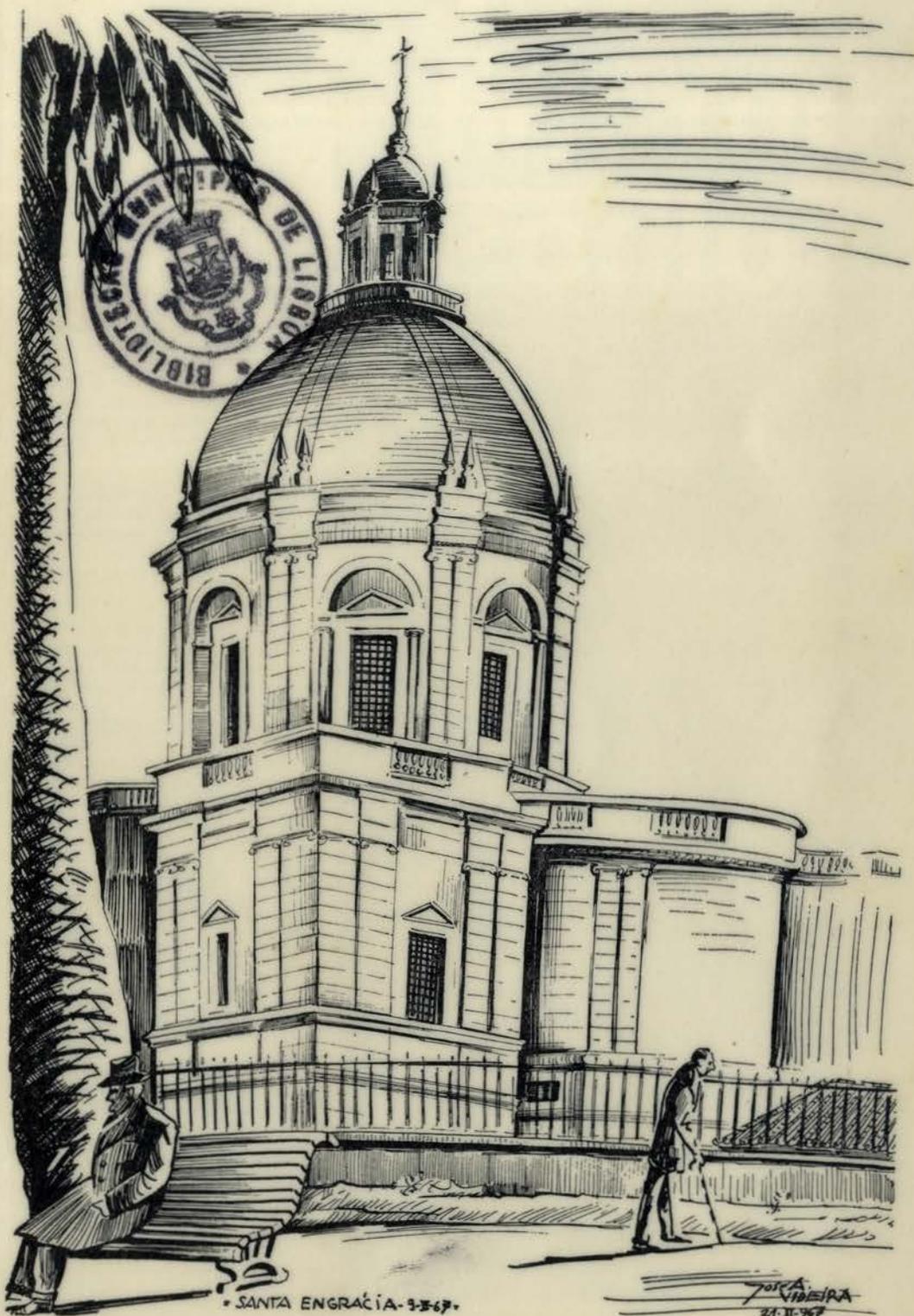
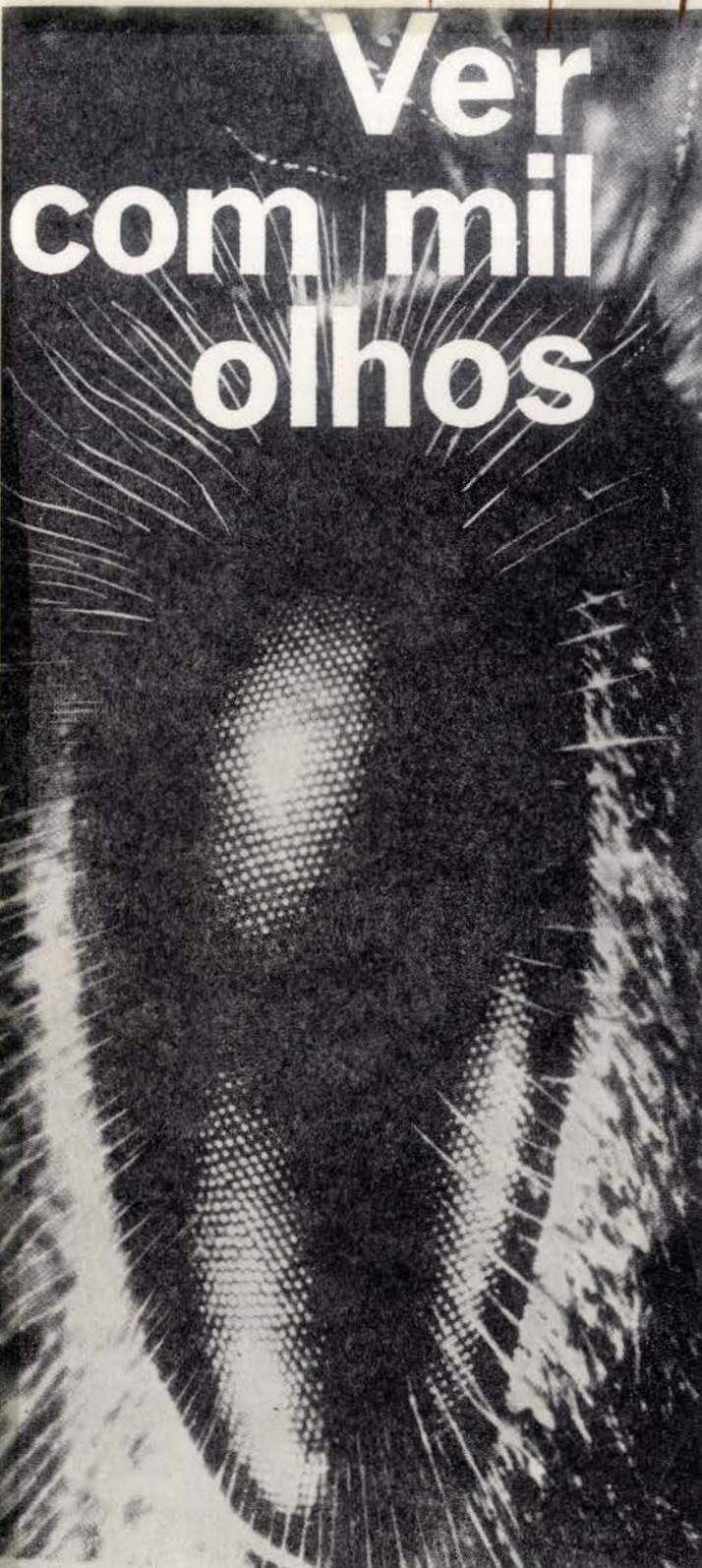


# OLISIPO

Boletim do  
Grupo Amigos de Lisboa



N.º 117/118 — ANO XXX — Janeiro/Abril 1967



# Ver com mil olhos

Isto é o olho de uma abelha. Os seus milhares de «olhos» captam outras tantas imagens diferentes, que a abelha funde numa imagem única. Espantosa abelha...!

Também a MOBIL, uma das grandes companhias petrolíferas mundiais, retém milhares de imagens diferentes do grande mundo da indústria e dos transportes, mas mantém-nas nítidas e separadas. Isto é ainda muito mais, do que faz a abelha...!

Na investigação, na produção e no aperfeiçoamento de produtos, a actividade da Mobil assemelha-se a uma gigantesca colmeia — e assim se mantém há perto de 100 anos...

Os combustíveis e lubrificantes MOBIL são os preferidos em todo o mundo por grande parte dos transportes, quer por estrada, quer por via férrea, por mar ou por ar; a indústria utiliza não só os combustíveis e lubrificantes, como outros produtos MOBIL derivados do petróleo, que contribuem para o fabrico de artigos que vão dos plásticos ao «batão» das senhoras, das tintas aos perfumes, do papel aos cremes de beleza, além de centenas e centenas de tantos outros necessários ao dia a dia da vida moderna.

**Mobil**

**Mobil Oil Portuguesa**

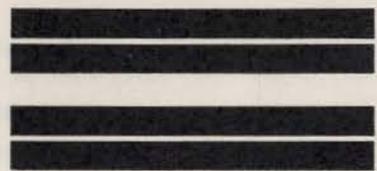
B E B A  
C E R V E J A

S A G R E S

A SEDE QUE SE DESEJA

9

DIAS



UM AUTOCARRO



De nove em nove dias durante todo o ano de 1967 a Companhia oferece a Lisboa um autocarro de dois pisos com lotação para 83 passageiros. 



# VISTA ALEGRE

*Porcelanas*



*LOJAS:*

Largo do Chiado, 18 – LISBOA  
Av. Navarro, 42 – COIMBRA  
R. Cândido Reis, 18 – PORTO  
R. St.<sup>a</sup> Isabel, 21 – PORTIMÃO

*SEDE*

L. BARÃO DE QUINTELA, 3-1.<sup>o</sup>  
LISBOA



**SEGUROS**

L. do Corpo Santo, 13

Telef 30321 – LISBOA

27. JUL. 1988

# OLISIPO

BOLETIM TRIMESTRAL

ANO XXX

JANEIRO/ABRIL DE 1967

NÚMEROS 117/118

Director, o Presidente da Junta Directiva  
FERNANDO FREITAS SIMÕES

EDIÇÃO E PROPRIEDADE DO GRUPO "AMIGOS DE LISBOA"

Redacção e Administração: Largo Trindade Coelho, 9, 1.º - Tel. 32 57 11

Comp. e imp. de Ramos, Afonso & Moita, Lda. - S. Vicente de Fora - R. Voz do Operário, 5-A



## SUMÁRIO

	Pág.
ACTUAIS CORPOS GERENTES .....	3
BITOSO TEJO .....	6
O PINTOR LISBOETA ANTÓNIO MANUEL DA FONSECA pelo <i>Dr. Paulo Caraião Soromenho</i> .....	7
ESTÁTUAS DE LISBOA, SUA LOCALIZAÇÃO E SUGESTÕES — Tema da 16.ª Sessão dos «Colóquios Olisiponenses» realizada em 26 de Janeiro por <i>Doutor Eduardo Neves e Eng. Júlio Eduardo dos Santos</i>	47
COMEMORAÇÕES DO 3.º CENTENÁRIO DO FALECIMENTO DO GRANDE ESCRITOR LISBOETA D. FRANCISCO MANUEL DE MELO pelo <i>Eng. Júlio Eduardo dos Santos</i> .....	59
POESIAS OLISIPONENSES .....	67
ACTIVIDADE CULTURAL .....	69
VISITA AO MONUMENTO DE CRISTO-REI .....	72
FEIRA DA LADRA .....	76
RELATÓRIO DA JUNTA DIRECTIVA RELATIVO AO ANO DE 1966 E AO TRIÉNIO DE 1964/1966.....	79
PARECER DA COMISSÃO DE CONTAS.....	84
OFERTAS AO GRUPO .....	86
SÓCIOS ADMITIDOS DURANTE O SEGUNDO SEMESTRE DE 1966 ...	86
CAPA: Igreja de Santa Engrácia — Desenho de <i>J. A. Videira</i>	
VINHETAS de <i>J. A. Videira e Figueiredo Sobral</i>	

*Distribuição gratuita a todos os sócios*

*Os artigos aqui publicados são de exclusiva responsabilidade dos seus autores*

# OLLIPO

ATSTIVUM TIVUM

## ALGORE

Director o Presidente de la Institución  
TERMINADO EN LA CIUDAD DE

Encomienda y Provisión de la  
Requisición y Administrativa para  
Comisión de Honor Al que se le ha

## SUMARIO

En la Ciudad de

En el día de

En la Ciudad de



# ACTUAIS CORPOS GERENTES

PARA O TRIÉNIO DE 1967/1969

*Eleitos na Assembleia Geral  
de 31 de Janeiro de 1967*

## **Assembleia Geral**

*Presidente* — Dr. Álvaro do Amaral Barata  
*Vice-Presidente* — Prof. Armando de Lucena  
*Primeiro Secretário* — Joaquim Pascoal Rodrigues  
*Segundo Secretário* — Marcial Pereira Mendes

## **Junta Directiva**

EFFECTIVOS

*Presidente* — Prof. Doutor Fernando Freitas Simões  
*Vice-Presidente* — Eng. Júlio Eduardo dos Santos  
*Secretário-Geral* — Doutor Eduardo Augusto da Silva Neves  
*Secretário-Geral Adjunto* — Fernando Dias Pereira  
*Tesoureiro* — Hugo Raposo  
*Vogais* — Dr. Alberto Gomes  
— Dr. Paulo Caratão Soromenho  
— Adolfo Simões Müller  
— Dr. José Pedro Machado

## SUBSTITUTOS

- Presidente* — Prof. Doutor João Cândido de Oliveira  
*Vice-Presidente* — D. Julieta Ferrão  
*Secretário-Geral* — José Pires Cardoso de Oliveira  
*Secretário-Geral Adjunto* — Dr. Manuel Hermenegildo Lourinho  
*Tesoureiro* — Manuel Chaves Caminha  
*Vogais* — Acúrcio Pereira  
— Prof. Francisco de Oliveira Martins  
— Joaquim Paço d'Arcos  
— Dr. José Cassiano Neves

## Comissão de Contas

### EFFECTIVOS

- Presidente* — Coronel Aníbal Afra Nozes  
*Secretário* — Hygino Nunes da Silva  
*Relator* — Dr. Francisco Gonçalves do Couto Santos

### SUBSTITUTOS

- Presidente* — Luciano Mendes Moreira  
*Secretário* — Eng. Diogo Sobral  
*Relator* — Dr. Vasco Tomás do Rio da Penha Coutinho

## Secção de Estudos Históricos e Defesa do Património Olisiponense

- Arq.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> D. Ana-Maria Pereira da Gama  
D. Julieta Ferrão  
Conde de Rio Maior  
Dr. Durval Pires de Lima  
Dr. João Couto  
Eng. João dos Santos Simões

### **Secção de Estudos Económicos e Sociais**

Carlos Augusto Marques  
Dr. Jaime Lopes Dias  
Eng. José de Araújo Correia  
Doutor José Henrique de Azeredo Perdigão  
Prof. Doutor José Pires Cardoso  
Mário da Conceição Costa

### **Secção de Estudos de Estética e Urbanização**

Arq. António Maria Veloso Reis Camelo  
Prof. Armando de Lucena  
Eng. Diogo Sobral  
Jaime Martins Barata  
Dr. José Leitão de Barros  
Capitão Júlio da Costa Pinto

### **Secção de Movimento Cultural e Propaganda**

D. Julieta Ferrão  
Adolfo Simões Müller  
Fernando Dias Pereira  
Hugo Raposo  
Padre José Correia da Cunha  
Dr. José Garrido Mendes da Cruz

## DITOSO TEJO

Junto do manso Tejo, que corria  
para o Mar (que nos braços o esperava),  
Jaz um pastor, que no semblante dava  
Mostras da dor que o coração cobria.

Falava o gesto quanto n'alma havia,  
Que, quiçá por ser muito, ela o calava;  
Mas, vencido do mal que o atormentava,  
Sem licença do mal assim dizia:

— Corre alegre e soberbo, ó doce Tejo,  
Pois vives sem fortuna de que esperes  
Que encaminhe teu passo a teu desejo.

— Vás, e tornas, e irás como vieres.  
Ditoso tu, que vês o que eu não vejo;  
Ditoso tu, que vás adonde queres!

D. FRANCISCO MANUEL DE MELO

## *O Pintor Lisboaeta*

# ANTÓNIO MANUEL DA FONSECA

*pelo* DR. PAULO CARATÃO SOROMENHO

### I — O PAI DE ANTÓNIO MANUEL DA FONSECA

Começo por informar de que não sou crítico de Arte nem historiador de Arte. Claro que não faço a declaração por modéstia. Fora-o eu por profissão ou habilitado por tendência e gosto — e di-lo-ia sem temer a jactância. Insisto, pois, para que se procure neste trabalho simplesmente a informação, que tentará ser exacta, ou a lembrança, que há-de ser galardoadora do mérito de uma família de artistas lisboetas, ou a nota curiosa, que será motivo de amena conversação, ou o apontamento íntimo, em que se comprazem os bisbilhoteiros do Passado. Pretendo apenas quanto disse. Para além — quero dizer, a apreciação estética das obras citadas, a importância do seu valor na evolução artística, o lugar dos FONSECAS no Desenho, na Gravura, na Escultura, na Pintura — não poderei ir, pois não sou crítico nem historiador.

Não se diga que são artistas esquecidos. Quem estude História da Arte ou por ela se interesse, quem deseje conhecer não somente as obras, que falam à inteligência ou ao sentimento, mas também os autores, que as criaram, terá de encontrar-se no decorrer do século passado com os FONSECAS — o avô João Tomás, seu filho António Manuel e o neto António Tomás, falecidos respectivamente em 1835, em 1890 e em 1894, após existências demoradas, revelando vitalidade pouco comum: 81, 94 e 72 anos. Repararam? Correspondem estes números a quase século e meio (precisamente 140 anos), desde os tempos de D. José ao período carolíngio.

Começa, pois, nos meses que precederam o terramoto grande, acontecimento extraordinário, que vai servir de marco a uma época nova na História Portuguesa — e é como que uma secção entre o Portugal Velho, quase lendário, agora sepultado sob as pedras deslocadas pela convulsão tremenda, e o Portugal Novo, ideològicamente diferente, econòmicamente diverso, socialmente outro. É o Portugal Novo que irá fixar-se, dentro de algumas décadas, com a vitória liberal, até o momento de se iniciar a sua segunda fase, quando se desenham claramente os vínculos definidores da República.

João Tomás da Fonseca nasceu em Lisboa em 1754, mas tudo desconheço da sua gente, e pouquíssimo sei das circunstâncias na sua passagem pelo Mundo.

Surpreende que João Tomás não se encontre enquadrado na Irmandade de S. Lucas (que existiu de 1602 a 1807), mas realmente nos livros do arquivo existentes, e reproduzidos ou extractados na obra de Garcez Teixeira sobre essa instituição, não se nos depara o seu nome. De como se preparou, e onde, para poder ocupar a cadeira de Pintura Histórica na Escola dos Caetanos, que funcionava no edifício, hoje do Conservatório — não me chegou notícia.

O seu discípulo mais notável foi o próprio filho, António Manuel, que veio a ocupar a mesma cadeira, na Academia de Belas-Artes, porém. Da actividade de João Tomás, decerto longa, pois que morreu octogenário, António Manuel foi, de facto, a sua melhor obra, e com quem se ilustrou o apelido familiar — tão frequente no onomástico; quando no campo das artes plásticas se fala de Fonseca só numa entidade se pensa: no filho do velho mestre da Escola dos Caetanos.

No livro do professor Ernesto Soares, *Francisco Bartolozzi e os seus discípulos em Portugal*, Edições Apolino, Gaia, 1930 (Estudos Nacionais sob a égide do Instituto de Coimbra), a p. 83, no capítulo referente a Romão Elói de Almeida depara-se-nos o seguinte: «Obra de assunto religioso: 114) Santo António — Dentro de delicada moldura rectangular ornamentada, vê-se o santo sobre uma peanha, tendo na mão esquerda um livro, sobre o qual está sentado o Menino Jesus. Ins. — Santo António o Padre, venera-se no Conv.<sup>to</sup> de Jesus. Subs. — João Thomás da Fonseca in. — R. Eloy sculp. Dim. — 25 x 40. Colecção B. N. L. 115) Santo Amaro — Registo aberto a buril, representando o santo de pé, em corpo inteiro. Ins. Santo Amaro, Abbade. Subs. — João Thomás da Fon.<sup>ca</sup> fecit. R. E. Almeida Esculp. 116) Santa Rita — Registo também aberto a buril. Ins. — Santa Rita de Cassia. Subs. (O mesmo do antecedente). Colecção F. L. (Coronel Henrique Ferreira Lima).»

Na igreja do Convento de Jesus, Ferreira de Andrade crê ter identificado dois quadros do nosso artista, com passos da vida de Santa Isabel de Hungria, conforme podemos ler em *Olisipo*, de Julho de 1945 (p. 156), na capela de Nossa Senhora da Apresentação. *A Grande Enciclopédia* também cita um tecto, onde João Tomás pintou a figura de Apolo no carro, conforme informação do Conde Raczynski; e o Dr. Fernando de Pamplona, em *Um Século de Pintura e de Escultura* declara que António Manuel se inspirou num trabalho do pai para o seu conhecido grupo escultórico *Adónis combatendo o javali* (p. 202).

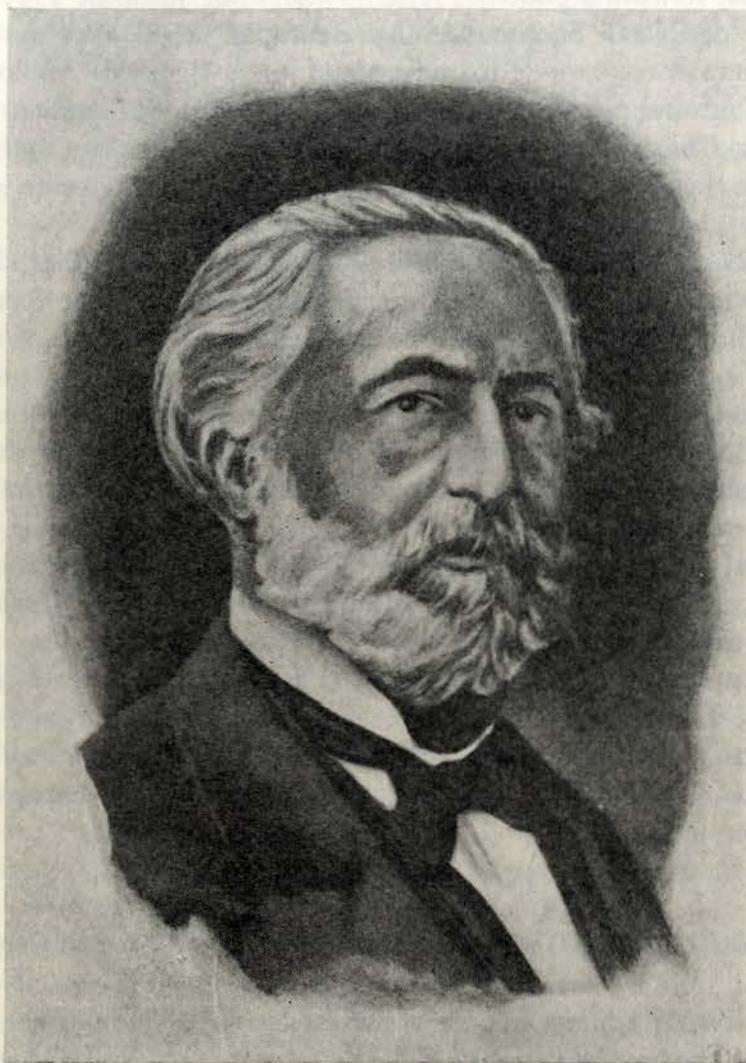
Em 27 de Setembro de 1796 morava com sua mulher, D. Maria Inácia Xavier, na Travessa de Santa Quitéria, freguesia de Santa Isabel, em Lisboa. Isto é possível saber-se pelo que conta o erudito, minucioso e exacto Coronel Henrique de Campos Ferreira Lima num estudo, a que me referirei demoradamente e por várias vezes, pois que nessa data e local veio ao Mundo o ilustre biografado de hoje. Creio apenas que é engano, decerto de revisão, o ano da morte atribuído aí a João Tomás (1853), o que, não sendo impossível, lhe daria uma longuíssima existência de 99 anos! Se fora assim, ter-se-iam feito referências a este caso de longevidade — e nunca as encontrei — tanto mais que seu filho viveu 94 anos, circunstâncias capazes de causarem admiração aos biógrafos. Todas as outras fontes acertam na data de 1835 (e já agora observe-se como a confusão é fácil).

Barbosa Colen qualificou João Tomás de «insigne pintor» (*História de Portugal*, de Pinheiro Chagas, ed. grande, vol. XI, p. 617), o que julgo conveniente mencionar.

## II — O FILHO DE ANTÓNIO MANUEL DA FONSECA

João Tomás ainda viu crescer, em talento e bondade, o neto António Tomás, cujo nascimento aparece rodeado de certo mistério. É curioso notar que os nascimentos constituem factos privados — contrariamente à morte, que é um acontecimento público —, razões pelas quais é normal saber-se pouco, e às vezes nada, da chegada à Vida de pessoas célebres, escondida no recato dum lar ou nas cautelas exigidas pelos respeitos humanos ou conveniências sociais. A verdade é que não se sabe do matrimónio de António Manuel, quando lhe nasce o filho, nem há a certeza da data: quando este faleceu, um jornal disse que teria 71 ou 72 anos, e os biógrafos hesitam em 1822 ou 1823. Portanto, parece que nem parentes nem amigos (e ele

próprio?) conheciam ao certo o facto. Não se estranhe. Camilo também desconhecia o ano do seu nascimento.



António Tomás da Fonseca

(Da *História de Portugal*, de Manuel Pinheiro Chagas, ed. popular e ilustrada, Lisboa, 1905, vol. XI, p. 125)

António Tomás abriu os olhos ao Mundo nesta nossa cidade e terá recebido do pai e do avô a melhor atenção no aspecto educativo, quer moral quer intelectual e artístico.

Em 1842 fundou o *Museu Pitoresco*, «jornal de instrução e recreio que à ínclita e ilustre Nação Portuguesa dedicam e oferecem A. T. da

Fonseca & C.<sup>o</sup>). «Entraram como litógrafos desta obra, uma das mais artísticas produções do tempo, os artistas: Legrand, Sendim, Aragão, Bordalo, Caggiani, Valentim. O exemplar que conhecemos mais perfeito, e talvez o único completo, pertencia ao Eng. Vieira da Silva e deve estar na Câmara Municipal de Lisboa. São do maior interesse para o presente trabalho as informações impressas nas capas de alguns dos fascículos sobre os contratos dos artistas e modelos empregados. Veja-se a relação das estampas em o nosso trabalho *Dic. Icon.*, IV, p. XXXI». (Do *Boletim da Academia Portuguesa de Ex-Líbris*, Abril de 1966, pp. 108-109: «Estampadores e Impressores», de Ernesto Soares).

Aos 22 anos de idade, deslocou-se, suponho que com auxílio monetário do pai, ao estrangeiro, onde se demorou cerca de um ano. Voltou lá em 1846 a completar os estudos, mas da sua actividade como pintor não ficaram recordações, e alguns críticos foram violentos com ele. Conta Diogo de Macedo (*Cadernos de Arte. 1. Visconde de Meneses*, p. 21), que o Visconde de Meneses se encontrou, em Paris, com António Tomás, quando este regressava da Alemanha, em 1850, e vieram então na companhia de Metrass, para Portugal. Apesar desta companhia e da camaradagem que haviam tido nas aulas de António Manuel, Meneses não apreciava António Tomás, considerando-o uma nulidade, mandrião e sem espírito, e (parece que também na própria opinião de Macedo) «artista sem talento mas que, apesar disso, veio a ser Director da Academia de Belas-Artes de Lisboa». Estas apreciações coincidem no que diz Fernando de Pamplona: «... foi professor de Desenho e Ornato na Academia de Belas-Artes de Lisboa e seu director em 1878, mas não deixou obra de vulto» (*Um Século de Pintura e Escultura*, p. 58, e *Dicionário de Pintura e Escultura*). Não nos impressionemos, porém, com tais conceitos, pois respeitam apenas ao pintor, e a pintura interessou relativamente António Tomás que, reconhecendo talvez falta de impulso do seu talento para esse objectivo, se dedicou, e com êxito, à arquitectura.

Dos seus estudos no estrangeiro pouco se pode contar, pois as informações são escassas e contraditórias. Querem ver? O Dr. Fernando de Pamplona diz que o itinerário foi: Alemanha, Itália, França e Inglaterra; a *Grande Enciclopédia* escreve: Alemanha, França, Itália e Inglaterra; na *História de Portugal*, de Pinheiro Chagas, vol. XI da edição de grande formato, p. 617, escrito por Barbosa Colen, lê-se: França, Itália, Alemanha e Inglaterra (ordem já anteriormente apontada no *Dicionário Popular*, de Pinheiro Chagas); no *Diário de Notícias* (de 18-XII-1894) indicam-se

Itália e Alemanha. Estes dados não constituem para nós problema de excepcional importância, ainda que a exactidão se deva exigir sempre — por amor da Verdade. E já agora acrescenta-se que frequentou a oficina de Cornelius — na Itália, conforme o *Diário de Notícias*, e na Alemanha, em 1846, segundo a *Grande Enciclopédia*. Ora Peter von Cornelius, nascido em Düsseldorf a 23 de Setembro de 1783, e falecido em 6 de Março de 1867, foi um notável pintor alemão, grande nome da arte romântica — seu chefe, chamou-lhe um biógrafo — director da Academia da sua terra natal, que trabalhou em Roma de 1811 a 1819, de 1819 a 1825 em Düsseldorf, de 1825 a 1841 em Munique, e depois em Berlim (vid. *The Century Cyclopaedia of Names*, by Benjamin E. Smith, edição de 1904). A acreditarmos no que acabei de reproduzir, das duas notas citadas, do *Diário de Notícias* e da *Grande Enciclopédia*, é defeituosa a primeira, porque em 1846 o encontro deles só seria possível na Alemanha.

Além-fronteiras completou a preparação intelectual e artística, na frequência de escolas importantes, na visita a museus e no contacto com mestres ilustres. Isso explica o seu ingresso no corpo docente da Academia de Belas-Artes, depois de voltar em 1850.

A ascensão do artista, sem ser rápida, foi contudo brilhante e segura. Foi ele quem elaborou o projecto da igreja paroquial de S. José da Anunciada, que mereceu a aprovação de duas comissões e da Mesa da Irmandade na reunião conjunta de 23 de Agosto de 1859, em virtude de o architecto ter sabido aproveitar a parte do templo já edificada, facto de que advinha economia de tempo e de dinheiro — pormenores estes contados pelo senhor Marquês de Rio Maior no seu estudo sobre aquela igreja, publicado na *Revista Municipal*, n.º 57, do segundo trimestre de 1953 (p. 11). Em sessão de 20 de Dezembro do mesmo ano de 1859, foi aprovado o pagamento de 15\$000 por cada desenho que fizesse para pormenorizar o risco aprovado e a remuneração de 1\$200 sempre que fosse às obras em serviço de direcção e fiscalização — continua o mesmo cuidadoso informador.

O concurso internacional de 1864 para o monumento de D. Pedro IV, no Rossio, levantou em Portugal e no estrangeiro excepcional entusiasmo, conforme se vê nas páginas curiosíssimas de Júlio de Castilho (*Lisboa Antiga*) e que Manuel Emygdio da Silva copia gostosamente na monografia da *Botica do Azevedo*, e se acolhermos a nota do *Diário de Notícias* (18-XII-1894), que diz ter havido 87 projectos! O primeiro prémio foi atribuído ao trabalho dos artistas franceses Elias Robert, escultor, e Jean Antoine Gabriel Davioud, architecto. O segundo prémio foi obtido por

António Tomás, e mereceu estas amáveis palavras de Júlio de Castilho, «formoso, elegante e original projecto», na verdade honrosas por virem de pessoa com excepcional sentido estético e cultura artística.

Há cerca de um século o Conde de Penafiel encarregou-o da restauração do belo palácio das Pedras Negras, e não andará longe desse período uma outra tarefa sua, as grandes obras de remodelação no palácio Burnay, anteriormente conhecido por palácio do Infante D. Sebastião, mas que na altura referida pertencia ao famoso capitalista Manuel da Fonseca.

Estes dois edifícios, que se transformaram em duas das melhores habitações lisboetas (ainda hoje magníficos prédios) têm história breve, mas sugestiva, na prosa aliciante de Norberto de Araújo (*Peregrinações em Lisboa*, vols. II e IX).

Em 1878, por morte de Joaquim Pedro de Sousa, António Tomás sucedeu no cargo de Director da Academia de Belas-Artes, que ainda era, quando faleceu em 1894.

Em 1882, fez parte da comissão executiva da Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental, realizada em Lisboa no edifício das Janelas Verdes, onde dois anos depois se instalou o Museu Nacional de Belas-Artes e Arqueologia. Pelo seu regulamento o lugar de Director foi ocupado pelo nosso artista, por ser Director da Academia de Belas-Artes, função que desempenharia vitaliciamente. Este Museu foi em 1911 desdobrado em Museu Nacional de Arte Antiga e Museu Nacional de Arte Contemporânea, tendo a secção de arqueologia transitado para o Museu fundado pelo Dr. Leite de Vasconcelos.

Novamente o prestígio e o valor de António Tomás, que desempenhava também o lugar de professor de Desenho do Instituto Industrial de Lisboa, foram chamados a provas: e em 28 de Abril de 1886 inaugurava-se a sua obra-prima — o monumento dos Restauradores<sup>(1)</sup>. A data deste acontecimento vem assim indicada, e bem, num artigo do Prof. Armando de Lucena («O Génio da Independência no Monumento dos Restauradores», in *Diário de Notícias*, de 1-XII-1946) pelo que se deve corrigir, a p. 88 do catálogo da Exposição Comemorativa do Cinquentenário do Falecimento

---

(1) Num desenho tirado do natural por J. Cristino (gravura de Caetano Alberto), em 1885, que representa as obras da Avenida da Liberdade, já se reconhece, ao fundo, o imponente obelisco de A. T. da Fonseca. (Reproduzido por Francisco Câncio in *Aspectos de Lisboa no Século XIX*, p. CCXC).

de Rosa Araújo, em 1943, organizada pela Câmara Municipal de Lisboa<sup>(2)</sup>, o ano que aparece aí — 1876 — e nas *Memórias* da Marquesa de Rio Maior, p. 150, emende-se o dia, que se lê 27. Daí transcrevo a viva lembrança, feita pela ilustre Senhora, da inauguração do monumento:



Praça dos Restauradores, na última década do século XIX

(Fotografia da colecção olisiponense do Ex.<sup>mo</sup> Sr. Hugo Raposo)

Um dia a Rainha comunicou-me que tínhamos uma tarde muito fatigante. [...] Realizava-se a inauguração do monumento aos Restauradores.

Fora erguido um estrado com balaústres, de grande altura. O monumento estava envolto numa cortina. Subimos para um estrado onde se encontrava o minis-

---

<sup>(2)</sup> Na p. 32 deste catálogo vem a reprodução de uma fotografia da inauguração do monumento.

tério; creio que era ministério progressista, pois me lembro de ter conversado muito com Henrique de Barros Gomes, por quem tinha grande amizade.

Era o dia 27 de Abril de 1886.

Também estava a Comissão das Festas do 1.º de Dezembro, Tomás Ribeiro, meu cunhado José de Saldanha de Oliveira e Sousa, Carlos Pessoa, e o muito respeitável Miguel Osório, Juiz do Supremo (marido da minha boa amiga D. Carolina de Almeida Osório, que apesar dos seus actuais oitenta e quatro anos ainda é das mais prestáveis Senhoras de uma associação; visita os hospitais e faz todos os meses por suas mãos dois enxovais para crianças pobres).

Miguel Osório tinha escrito um drama em cinco actos para ser representado no Teatro de D. Maria II, no dia da inauguração.

Esta realizou-se com o maior luzimento.

Ao ser descerrada a cortina, houve alguns vivas e estrondearam foguetes; mas pouca animação. Nunca vi a nossa gente entusiasmar-se a valer, a não ser com os toiros.

Além da que citei, recomendo para a bibliografia o quarto parágrafo da p. 23, e o capítulo VII («A propósito do Monumento dos Restauradores»), pp. 24-26 do livro de Ribeiro Cristino *Estética Cidadina* (Lisboa, 1923), de onde transcrevo o seguinte período:

O altivo monumento foi projectado pelo professor académico António Tomás da Fonseca, filho do notável pintor histórico Fonseca, e já agora, ainda a propósito, digamos que foi feliz a adopção do clássico tipo architectónico de obelisco ao aspecto geral do monumento, pois tratando-se de comemoração sintética de um período de vinte anos [aliás, vinte e oito] de guerras da independência, só recorrendo à forma architectónica de obelisco, esses diversos factos históricos poderiam com relativa clareza ser nele inscritos. Foi por esta forma artística que os egípcios do tempo dos faraós deixaram consignadas para os vindouros as memórias das suas façanhas guerreiras...

Na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. xv, p. 239, vêm palavras elogiosas que me não dispenso de repetir:

Todo o monumento é um conjunto de linhas sóbrias, bem proporcionadas, de uma elegância simples, o que lhe dá a categoria de um dos mais belos monumentos de Lisboa.

O Dr. Fernando de Pamplona, em *Um Século de Pintura e Escultura*, dá apenas relevo às estátuas que embelezam o monumento.

E para terminar estes apontamentos biográficos de António Tomás, de quem voltarei a falar, no último capítulo, anotemos que foi membro do Grémio Artístico — fundado por 1890, herdeiro da Sociedade Promo-

tora das Belas Artes em Portugal e do Grupo do Leão (Varela Aldemira, *Columbano*, p. 63) —, da Associação dos Architectos e Arqueólogos Portugueses, e recebeu a comenda de Carlos III de Espanha.

Deixou as melhores recordações (de que viremos a falar ainda) e tanto assim que, segundo o *Século* noticiou em 19 de Dezembro de 1894, estiveram presentes no seu funeral inúmeras pessoas, artistas e gente de sociedade, e de categoria, sendo o acompanhamento a pé muito grande e tendo-se formado um cortejo de 40 carruagens. O escultor Moreira Rato tirou em gesso a sua máscara.

No *Dicionário de Iconografia Portuguesa*, de Ernesto Soares e Ferreira Lima, II vol., p. 62, descrevem-se dois retratos seus (publicados in *Ocidente*, de 1882 e de 1895). A *História de Portugal*, de Pinheiro Chagas, vol. XI da edição grande (da autoria de J. Barbosa Colen) apresenta um belo retrato do artista, a p. 125, cópia de um existente na Academia de Belas Artes, e que acompanha este meu estudo.

A sua opinião autorizada confirma-se ainda num trecho da comunicação assinada pelo Dr. Alberto A. da Silveira Costa Santos «Os quadros e medalhões do Estado que se encontravam no Palácio das Necessidades», vinda a público no *Diário de Lisboa*, de 24-XII-1950, a propósito de um quadro de Holbein:

Estes documentos considero-os decisivos para estabelecerem a propriedade do quadro, que sem dúvida pertence ao Estado; mas há mais e melhor para que não reste sombra de dúvida. Consta de um processo existente no Ministério do Interior, o qual o inspector da Academia de Belas-Artes, António Tomás da Fonseca, iniciou por officio de 3 de Julho de 1889. Dele se vê que o quadro de Holbein fora cedido só a título de depósito a D. Fernando.

Sobre António Tomás vejam-se também: *Dicionário Prático Ilustrado*, de Jaime de Séguier, e *Dicionário Lello Universal, Guia de Portugal* (1.º vol., pp. XLII e 245), e *Ilustração*, de Mariano Pina, III.

### III — A ÉPOCA DOS FONSECAS

Já acima declarei que a vida destas três gerações de artistas abrange um vasto período de quase século e meio, a partir do reinado de D. José ao do rei D. Carlos, e de tal modo elas se ligam que João Tomás conheceu o filho até os 39 anos e o neto até os 13, e António Manuel acompanhou o filho até os 68.

E agora seja-me permitido trazer aqui palavras que escrevi há tempos para definir o século XIX.

O século XVIII ainda vive muito do século XVII, das ideias e gostos correntes nesta centúria. Ainda o gosto dos jogos formais entusiasmava os leitores, que viram em 1728 publicar-se o v volume da *Fénix Renascida*, decerto com prazer. Ali encontravam, no emaranhado das figuras estilísticas, a dificuldade que, vencida, lhes arrancaria interjeições de satisfação, como acontece hoje em dia aos charadistas e aos cruzadistas. Na busca do conceito ou do vocábulo — conceptismo e cultismo — penetravam nos mistérios e nas graças da Língua. Por isso no século aparecem em boa quantidade os dicionaristas, os ortógrafos, os estudiosos do estilo, os gramáticos. E não deixa de ser curioso notar que na época dos doutrinadores da boa linguagem faltam os grandes escritores. José Anastácio da Cunha foi poeta de funda emoção, mas formalmente é pobre; Verney era um pensador, mas prosador vulgar; Tolentino e a Marquesa de Alorna são mais poetas que dominadores da Língua; o mesmo se pode dizer de Gonzaga e Reis Quita; exceptuam-se e distinguem-se como estilistas do verso Bocage, Cruz e Silva e Correia Garção. O apaixonado da nossa bela Língua é Filinto Elísio que longe, em ambiente afastado do seu natural, conserva amor puro pela sã linguagem e a defende enèrgicamente; caso curioso este: não se deixar prender pelo aliciante da língua francesa, vivendo em França — enquanto outros que nunca passaram a fronteira «balbuciavam às vezes fingindo que esqueceram alguns termos portuguezes» (parafra-seando Tolentino no *Bilhar*). Miguel do Couto Guerreiro tem um estudo valioso no prefácio das *Cartas* de Ovídio (que muito bem traduziu) no qual combate os exageros do gongorismo e propõe uma saudável imitação dos clássicos. Vamos observar o começo duma fase de transição da nossa Língua — que trará as riquezas linguísticas do segundo quartel do século XIX.

O século XIX assistiu na nossa civilização a profundas alterações: o industrialismo, o aparecimento do quarto estado (o operariado), o desenvolvimento extraordinário dos transportes e do comércio, as lutas de classes, o enfraquecimento da importância política da Igreja e a acção dela em favor da Humanidade, os movimentos autonomistas e humanitários, os progressos notáveis da ciência e da técnica, a vitória do constitucionalismo, a difusão de novas ideias (socialismo, comunismo, positivismo), o interesse pela África, a imposição do jornal na vida diária. Estas alterações são acompanhadas por um grande incremento da instrução e daí, de tudo,

uma mentalidade nova. E, naturalmente, a arte e a literatura hão-de reflectir as novas ideias e os novos factos.

Portugal acompanhou dum modo geral bem toda esta movimentação, mas na literatura houve algum atraso em relação à Europa, o que pode, em parte, explicar-se pela entrada tardia do Romantismo (que chegou cá na sua segunda fase, quer dizer, na fase activa, didáctica, doutrinária, generosa, política, democrática); o estabelecimento desta escola no nosso País fixou-se em sólidas raízes, pois teve bom acolhimento, porque além de vir dentro do espírito da época, vinha também ao encontro da nossa sensibilidade, do carácter português. Só depois o conhecimento mais íntimo da escola e das suas características levou à introdução da primeira fase — vaga, sentimentalista, panteísta, profundamente individualista, macabra, patética, com laivos de religiosidade — pelo que podemos dizer que o Romantismo português foi *ao contrário*. (Recorde-se que não tivemos um pré-romantismo, e que, embora tivéssemos tido pré-românticos, estes foram casos isolados, sem sentido de escola ou comunidade de ideias; os nossos pré-românticos tiveram principalmente aquilo que no Romantismo é mais português: o amor pelo campo, o sentimentalismo, o individualismo).

O Romantismo foi literariamente (e *literariamente*, pois fez-se sentir noutros casos) um movimento profundamente renovador da mentalidade portuguesa, procurando divulgar a cultura e criar um espírito nacional de amor da pátria e das tradições (costumes e crenças, literatura oral e folclore); foi um movimento de generosidade em que se tentou dar a todos um sentido de unidade nacionalista e um mínimo de cultura: é a grande época da difusão da instrução, representada pelo ensino primário obrigatório, o incremento do ensino secundário (liceal e técnico) e a actualização do ensino superior; surge o entusiasmo pela Ciência, pelas Letras e pelas Artes, que tiveram vastos campos de selecção, até então inexistentes: quer isto dizer que a expansão dos estudos trouxe um novo recrutamento. Por isso se compreende que a bibliografia tenha aumentado espantosamente e apareçam nesta altura — claro que não só em Portugal — muitos autores em todos os ramos do saber (criaram-se ciências novas e desenvolveram-se outras), decerto de níveis muito variados, e se criem novas correntes ou tendências que vão condicionar a literatura de imaginação. Esta é aproveitada como meio de combate, especialmente a poesia lírica, o romance e o teatro.

Por isso o século é de luta, de incompreensão, mas não se lhe chame *estúpido* — antes um século de procura da verdade, de anseios como

nenhum outro (excépto o nosso). Novas vias de comunicação concedem possibilidades não sonhadas, que ligam os homens e *diminuem* o espaço. A difusão da cultura e os meios de transporte uniformizam os povos dentro de si mesmos e em relação uns aos outros — o que não quer dizer que aumente a compreensão. E um elemento de união é naturalmente a língua. A nossa passa a ser mais conhecida, por mais estudada; e mais amada e mais rica, por mais cultivada. O vocabulário torna-se mais opulento no contacto com as línguas estrangeiras e pela necessidade de exprimir modernos conceitos, ideias, noções e factos científicos. É uma época de grandes poetas, mas também de grandes prosadores: Garrett que, além do mais, aproximou com rara habilidade a linguagem oral da escrita; Herculano e Castilho, que deram à prosa o nível equilibrado e harmonioso dos seiscentistas; Júlio Dinis, que exprime incomparavelmente toda a teoria dos sentimentos; Camilo escrínio assombroso de riquezas lexicológicas, a quem apenas Aquilino se igualará.

Decerto falta-nos perspectiva para olharmos claramente o século passado, pois que todos temos ainda nele enterradas as nossas raízes: aqueles que viram o Mundo antes do fim de oitocentos e ouviram coisas das guerras de África; aqueles que vieram à vida com a Grande Guerra; aqueles que nos sorriram pela primeira vez, quando se anunciava o fim da guerra de 1939-1945. As ideias criadas no século XIX ainda se nos impõem, os sentimentos que então se aperfeiçoaram são os mesmos que nos conduzem, os gostos da época renovam-se diàriamente na actualidade, na busca e na rebusca do original, do exótico, do diferente, do chocante; as mesmas máquinas, apenas mais complicadas, os mesmos móveis, apenas mais simplificados, os mesmos divertimentos, apenas mais frequentes, as mesmas tendências, apenas mais descaradas... e talvez se observem diferenças profundas nos trajos, que são hoje mais despreocupados e, incontestavelmente, muito mais feios.

Agora repare-se que a dinastia dos Braganças corresponde a um afã de construção, isto é, de edificações, que impressiona. E, claro, se é assim quanto ao espantoso aumento de obras nos grandes blocos de pedra conventuais, eclesianos, militares, públicos e nobres, do que nos restam exemplos que não necessitam de documentos escritos para comprovação (vejam-se as inúmeras igrejas, os abundantes palácios, os muitos conventos, as instalações do Estado, as fortalezas e os fortes que em grande quantidade se nos deparam por esta boa terra portuguesa) — se assim é, dizia, quanto à grande construção, teremos de admitir, por lógico raciocínio, que o mesmo aconteceu no domínio da edificação modesta, não só por espírito imita-

tivo, mas, e principalmente, por necessidade de resolver um crescente aumento demográfico. Ora, estas circunstâncias deram um impulso enorme à actividade dos artistas, quer nas manifestações das artes maiores, quer nas artes decorativas.

É um facto que os tesouros mais quantiosos da estética portuguesa se encontram nos séculos XVII e XVIII, em inúmeros casos com larga representação na qualidade — ainda que levemos em conta os desgastes do tempo e os prejuízos causados pela ocupação estrangeira e pela Guerra da Restauração, pelo terramoto de 1755, pelas invasões francesas, pelas lutas liberais, acrescentados tais motivos com a ignorância e o desmazelo.

Damos nesta altura a palavra ao discurso elegante, rico de factos e de conceitos, de Diogo de Macedo (*Sumário Histórico das Artes Plásticas em Portugal*, pp. 100-101, Porto, 1946):

Desta frieza dogmática surgiu depois um enriquecimento, uma livre expansão dum segunda fase de barroquismo, então retórica e faustosa, enquanto aquela era severa e taciturna. Nas cidades e vilas do Norte, onde mestres italianos apareceram com riscos, para nós exóticos, logo se ergueram igrejas, de maciços aspectos, exuberantes de decorações nas fachadas e remates dos telhados, e engalanando, com doirados luzentes e formas retorcidas, quantos altares, coros, arcazes e tribunas do interior.

No Sul a novidade fora mais moderada, reflectindo-se em pórticos heráldicos de palácios, em salões nobres e até nos coches dos fidalgos.

Para desenvolvimento do forte barroco do Norte, o granito e o carvalho das regiões foram auxiliares privilegiados. Por isso os canteiros e os entalhadores nacionais, aproveitando-se das sugestões iniciais, deram largas à sua fantasia e criaram um barroco português, não só em templos e solares, mas em conjuntos urbanísticos e pitorescos, como os dos santuários alcandorados nos montes de Braga ou de Lamego, e em monumentais chafarizes, assim como em mobiliário caseiro. No Sul, o mármore e o barro prestaram-se a outras delicadezas, facilitando a imaginação dos nossos escultores a criar finas peças de arte, das quais as mais notáveis viriam a ser os presépios e, na pintura, os abundantíssimos painéis de azulejo, que são parte deliciosa da nossa riqueza artística, tão admirada por estrangeiros.

O vibrante estímulo joanino sofre duro golpe com a destruição de 1755 na obra já realizada, mas as próprias circunstâncias nascidas da catástrofe asseguram essa força, pelo que a febre arquitectónica, a escola de escultura que fora Mafra, o movimento progressivo que conduz à reconstrução, quase simbólica mas significativa, da Irmandade de S. Lucas, permitem o rejuvenescimento artístico do século de oitocentos.

Ao barroco sucede-se a exuberância rococó, sem inspiração portuguesa, pois não a podia ter, porque as condições económicas do País eram pobres,

contudo exemplificável nas graças da decoração e de que avultam as gravuras profanas e os registos, e nos trajos (poeira para os olhos, que o estilo novo era caro); e com a exuberância rococó incide a moderação neoclássica, paupérrima na pequena casa portuguesa (e que nós intitulamos *pombalina*).

O ensino artístico, estruturado na segunda metade do século XVIII, e que recebeu copiosa continuidade no seguinte, teve a virtude da divulgação do desenho, da gravura, da pintura, da escultura e do conhecimento das suas técnicas, desenvolvendo por um lado as possibilidades do profissionalismo, e por outro os prazeres do amadorismo.

Terá esta sujeição escolástica seus inconvenientes — a queda num neo-academismo, que prejudica os voos da originalidade e o calor da criação. E por isso bem creio que o velho João Tomás nunca terá sentido a tentação do ar livre nem da liberdade temática: o velho professor da Escola dos Caetanos, que ali orientava a cadeira de Pintura Histórica, não poderia entender o desaparecimento dos grandes assuntos da existência humana — as tragédias do misticismo, a violência das batalhas — pela vitória dos dramas da vida quotidiana, da Natureza *como ela é*, da inobservância dos cânones tradicionais. Nem o entenderiam os dois Vieiras, nem o operoso Pedro Alexandrino, nem mesmo o culto Volkmar Machado... E Sequeira? Bem. Sequeira, como o P.<sup>e</sup> António Vieira e o poeta António Nobre, não tem antecedentes nem consequentes!

O período romântico vai afastar os artistas da irrealidade academista para os lançar ao encontro da Vida, com todo o entusiasmo de quem abre após longos dias de chuva incessante a janela sobre o jardim iluminado de sol. Diz Diogo de Macedo (*Sumário Histórico das Artes Plásticas em Portugal*, p. 112) que:

Os mestres académicos, como Manuel da Fonseca, Francisco de Assis Rodrigues, João Correia, Pedro de Eça, João Baptista Ribeiro, etc., ficaram isolados nas cátedras do seu ensino e nas obras que realizaram sem continuação.

Não tiveram continuidade, é certo, mas tiveram a generosa compreensão de deixar que os discípulos seguissem, a seu gosto e conforme os seus talentos, a inspiração encaminhada por técnicas novas com assuntos novos. Agora vêm ao bico da pena as compreensivas frases de Júlio de

Castilho (*Os Amores de Vieira Lusitano*, pp. 48-49), que afirmam quanto disse há momentos:

Tenho tratado de perto muitos artistas: Assis Rodrigues, Fonseca pai e filho, o Lupi, o Anunciação, o meu bom mestre Cristino, Marciano, Vítor Bastos, Simões de Almeida, Alberto Nunes, Soares dos Reis, e quantos mais! É talvez a minha sociedade predilecta. Conheço a linguagem deles; conheço os entusiasmos deles ao perceberem o fogo sagrado, latente numa alma novel; conheço aquele seu relampejar de olhos ao apreciarem as manifestações do belo num simples traço! Estou a ver o Lutti, com a sua cabeleira, a sua cara rapada e fina, aconselhando o moço português [Vieira Lusitano], encaminhando-o com um conselho paternal e prevendo nele um futuro colega, com a sagacidade prática dos experimentados! [...] Os artistas são a minha gente; e percebo em cheio todo aquele vibrar, que parece loucura, todo aquele remexer, que parece infantilidade, todo aquele entusiasmo, que é o supremo gozo das almas elevadas!

É verdade. Como Lutti animando o moço português, também os mestres académicos permitiram, e auxiliaram certamente, a penetração nos novos horizontes, que os primeiros românticos queriam desvendar.

António Manuel da Fonseca já entendia os românticos, mas estava por demais apegado ao passado para se exprimir pinturescamente em termos modernos. Os seus discípulos mais ilustres foram exactamente os grandes pintores do Romantismo português: O Visconde de Meneses (Luís Pereira de Meneses), Francisco Augusto Metrass, José Rodrigues, João Cristino da Silva, Leonel Marques Pereira, António José Patrício, Marciano Henriques da Silva, Manuel Maria Bordalo Pinheiro, António Tomás da Fonseca; como também os pintores da transição: Tomás José da Anunciação, José Ferreira Chaves e Miguel Ângelo Lupi; e já agora aproveitemos a oportunidade de citar outro discípulo de certa nomeada, o escultor Vítor Bastos, que fez as estátuas de Viriato, Nuno Álvares, Gama e Pombal do Arco da Rua Augusta (vid., por exemplo, Dr. Fernando de Pamplona, *Um Século de Pintura e Escultura*).

E enquanto os românticos se caracterizam pelo amor da Natureza, da vida em contacto com a Natureza, pelo que procuram a paisagem como concretização do ideal da existência, e fazem retratos como interpretação do seu amor da Humanidade — os realistas, sejam romancistas, poetas ou pintores, atendem à Verdade objectiva, pelo que animam o tema paisagístico com a presença animal ou humana, enquanto no ambiente citadino reproduzem o dia-a-dia. E o último dos Fonseca ainda terá ocasião de reconhecer na extraordinária arte dos tons o nacionalismo sem bravatas que se reconhece nos poemas de António Nobre.

#### IV — ANTÓNIO MANUEL DA FONSECA

Quando o Sr. Doutor Eduardo Neves me deu de novo a honra de me convidar para uma palestra na sede dos «Amigos de Lisboa», e me permitiu a escolha do tema, imediatamente respondi que gostaria de me



António Manuel da Fonseca

(Da *História de Portugal*, de Manuel Pinheiro Chagas, ed. popular e ilustrada, Lisboa, 1905, vol. x, p. 497)

ocupar do pintor lisboeta António Manuel da Fonseca, figura que sempre me interessara, não só por admiração, como também por ser meu parente: fui mesmo ao ponto de dizer que me considerava seu herdeiro, pois não

lhe conhecia descendentes directos, e a sua memória era herança minha — ou não fora eu, além de devotado anotador do que lhe dizia respeito, seu quarto primo por afinidade. Razões especiosas — dir-se-á. Razões ponderosas — respondo eu.

O Sr. Doutor Eduardo Neves, com entusiasmo a que vou apor um adjectivo surpreendente mas expressivo, com entusiasmo erudito, acolheu o assunto e, com a generosidade costumada, colocou às *minhas ordens* (palavras do nosso querido Amigo) a sua biblioteca e as suas colecções. E assim eu pude consultar com sossego o trabalho mais desenvolvido sobre a figura de Fonseca — cuja existência eu conhecia mas não tivera oportunidade de ler: *António Manuel da Fonseca, Litógrafo*, do Coronel Henrique de Campos Ferreira Lima (separata de 24 páginas da revista *Museu*, vol. III, ano de 1944, Porto). Deste modo o ilustre escritor Ferreira Lima alcançara o segundo lugar entre os admiradores de Fonseca... que o primeiro sou eu, claro. O estudo não foi de exaustão, porque não podia ser, mas é esmagador pela informação e pela abundância de fontes. E ainda que lhe tenham escapado notícias artísticas e bibliográficas, e desconhecesse ou não lhe tivessem interessado certas notas familiares, desejava eu que o meu estudo se aproximasse sequer do do Coronel Ferreira Lima. E afirmo isto com absoluta sinceridade. Não deixarei de aproveitar dessa biografia os elementos que forem necessários às minhas intenções e procurarei evitar as circunstâncias secundárias, já nele expostas.

Renovando os agradecimentos devidos ao Sr. Doutor Eduardo Neves, reentro na matéria.

Discípulo de seu pai, parece que os primeiros trabalhos profissionais foram na arte da gravura, pois que no *Jornal de Belas Artes*, de Lisboa (1816), aparecem dez suas, representando monumentos portugueses.

Às indicações de Ferreira Lima, posso acrescentar que no Museu de Artilharia há três gravuras alegóricas dos factos políticos de Agosto a Outubro de 1820 e de Janeiro de 1821.

Entretanto fez o painel transparente na iluminação do Palácio das Laranjeiras em 22 de Outubro de 1820 no banquete oferecido pelo Barão de Quintela aos membros da Junta Provisional do Governo e das Cortes, representando D. João IV e D. Carlota Joaquina, numa complexidade de alegorias e símbolos, conforme a descrição feita em pagela então distribuída. O artista é aí designado por *António Manuel da Fonseca, Filho*. Foi o mesmo mecenas que o encarregou da pintura dos frescos no palácio da Rua do Alecrim — quatro trabalhos de pintura histórica, de assuntos

romanos, na sala chamada Romana, por esse motivo, e outros em mais seis lugares do célebre edifício.

Na sala Romana: o *Rapto das Sabinas*, a *Guerra entre os Sabinos e os Romanos*, a *Paz do Lácio*, e a *Apoteose de Rómulo*, auto-retrato e retrato de João Baptista Hilbrath, architecto do Conde de Farrobo; na escada: *Trabalhos de Hércules*; na sala de jantar: paisagens e edifícios romanos; na sala camoniana: *Concílio dos Deuses*. Estas informações foram colhidas no *Guia de Portugal*; li algures, no *Arquivo Nacional*, direcção de Rocha Martins, que na Casa Palmela se encontram quadros de Fonseca, que foram do Conde de Farrobo.

Os quadros do palácio da Rua do Alecrim, datados de 1822, foram restaurados por Fonseca em 1878, isto é, 56 anos mais tarde, tinha ele 82, o que prova um vigor físico e mental extraordinário, alardeado por todos os críticos e biógrafos. O *Diário de Notícias*, de 6 de Outubro de 1890, que dá uma extensa biografia na primeira página, a propósito da sua morte, diz a certa altura:

... tinha uma organização vigorosíssima e só há bem poucos anos é que deixou de trabalhar, prostrado pela doença.

O mesmo jornal, informando da morte de António Tomás, no número do dia 18 de Dezembro de 1894, esclarece ainda que este, tendo embora constituição vigorosa, não possuía a robustez do pai.

O articulista que redigiu a biografia de Cirilo Volkmar Machado, na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* (vol. xxxvi) diz que o *Concílio dos Deuses* foi pintado por este artista; isto prejudica a informação do *Guia de Portugal*, dada acima, atribuindo a autoria a Fonseca; pelo que sei, e se outros argumentos não anularem quanto penso, Cirilo não pintou ali o *Concílio dos Deus*, pois em 1822 já não podia trabalhar, por doença e velhice, e poucos anos antes recusara as encomendas do Barão de Quintela (de resto é o mesmo articulista da *Grande Enciclopédia* quem me concede estes trunfos...).

Tendo o primeiro Conde de Farrobo, Joaquim Pedro Quintela, inaugurado o seu teatro das Laranjeiras, em 1820, considerou, enquanto essa casa particular da espectáculos viveu, isto é, até 1848, o nosso artista seu colaborador, desenhando cenários. Francisco Cância conta isto e tam-

bém que trabalhou na restauração do palácio (tectos) como pintor, claro, havendo apenas a forçosa interrupção de Dezembro de 1826 a Setembro de 1834, em que Fonseca viveu na Itália (*Coisas e Loisas da Lisboa Antiga*, 1951, pp. 155-156). Será do período dessas obras a decoração *Vénus e Adónis*, de que fala o Dr. Fernando Pamplona, a p. 46 de *Um Século de Pintura e de Escultura em Portugal?*

Francisco Câncio informa-nos de que, em data incerta (provavelmente por meados do século), tendo o fidalgo caído desamparadamente do cavalo, durante uma caçada às lebres nas lezírias, foi transportado numa padiola para o palácio da sua quinta, próximo de Vila Franca. Fonseca estava presente e «reproduziu nalgumas telas as principais cenas do desastre, nas quais aparecem muitas das personagens que a ele assistiram» (p. 160).

Várias datas da biografia de António Manuel andam erradas. Eis alguns exemplos: Inocêncio, Pinheiro Chagas e o *Diário de Notícias*, de 6-X-1890, atribuem o seu nascimento a 1797 (quando se deu em 1796); a sua morte, em 1890, é indicada em 1881 no *Guia de Portugal*, I vol., p. 115, no *Catálogo do Museu das Janelas Verdes* (de 1938), no *Dicionário Prático Ilustrado* e no *Lello Universal*; e no *Catálogo da Primeira Exposição de Arte Retrospectiva*, realizada na Sociedade Nacional de Belas-Artes, em 1937, lê-se 1891; também o Coronel Ferreira Lima encontrou erros graves noutros locais, quanto ao nascimento e morte do pintor. Diogo de Macedo, Fernando de Pamplona, Armando de Lucena, Pinheiro Chagas fixam o período de estadia em Itália de 1822 a 1834, e o próprio Fonseca em certo documento se refere aos seus *nove* anos de Itália. O Coronel Ferreira Lima inclina-se para Dezembro de 1826, o que é muito provável, como altura da partida, pois para os festejos desse ano, em Lisboa (Agosto), pintou o retrato de D. Pedro IV, para comemorar o juramento da Carta Constitucional. Outra data que aparece incerta é a da restauração dos frescos do palácio do Alecrim: quase todos citam 1880; a data correcta é fornecida pelo *Guia de Portugal* e pelo Coronel Ferreira Lima (1878).

Deve-se à protecção de Farrobo, e não do Estado, a deslocação de António Manuel para Itália, onde dará sempre boa conta de si, pela capacidade de trabalho, cuidadosa aplicação ao estudo, e talento, que vários documentos comprovam. A única viagem de que eu tenho conhecimento, e feita em serviço do País, foi à Itália, autorizada em Setembro de 1839, pelo espaço de oito meses, a fim de acabar a cópia do quadro de Rafael *Transfiguração* e de comprar modelos de gesso de estátuas antigas.

Em 1823 fez um retrato de D. João VI para a Câmara Municipal de Lisboa e é já reconhecido como «artista célebre»; em 1824 não há notícias da sua actividade, mas podemos admitir que fizesse trabalhos — alguns dos não datados — para o seu mecenas. No ano seguinte, pintou para o Teatro de São Carlos, e posso indicar ainda um belo retrato de D. João VI, muitíssimo bem desenhado, cheio de verdade, a calcular pela falta de respeitos humanos, pois o modelo aparece na sua plena fealdade, e que Manuel António de Castro gravou, em Lisboa; diga-se, no entanto, que, apesar do formalismo da posição e dos símbolos e vestes reais, ressalta do retrato uma majestade pouco frequente nos outros retratos deste Bragança. Conservo um exemplar da gravura, trabalho de grandes dimensões (mancha com 54 cm de altura por 40 de largura). Quando a adquirir, irá para vinte anos, informaram-me de que por alturas das comemorações de 1940, a iconografia de D. João VI existente em Lisboa ficou imensamente reduzida, pois que muitos brasileiros, que então aqui estiveram, compraram retratos do monarca. Esta nota entre parênteses parece-me curiosa.

Em Itália, Fonseca foi discípulo de André Pozzi e depois de Camonini, e interessou-se por assuntos variados: motivos sacros, alegóricos e exóticos, retratos e paisagens. E sabe-se que pintou 31 quadros, originais e cópias (pelo menos tantos são os identificados), poucos dos quais ficaram por lá. Os mais notáveis são as cópias de Rafael, a *Transfiguração*, e de Domenichino (Domínico) Zampieri, a *Comunhão de São Jerónimo*, que pertencem agora às Janelas Verdes, para onde tenham talvez entrado quando da fundação do Museu em 1884 (vid., por exemplo, o *Catálogo-Guia*, de 1938; F. de Pamplona, *Um Século de Pintura e de Escultura em Portugal*, p. 46; Ribeiro Cristino, *Estética Cidadina*, p. 172, Lx.<sup>a</sup> 1923, obra bem pensada, mas mal redigida); uma *Madona*, hoje no Museu de Arte Contemporânea e que foi apresentada ao público na Sociedade Nacional de Belas-Artes, quando da Primeira Exposição de Arte Retrospectiva, de 1937, e uma *Sagrada Família*, também actualmente no mesmo Museu, que, embora lembre Rafael, é original<sup>(3)</sup>; um retrato do filho (que

---

(3) Diogo de Macedo, in *Acadêmicos e Românticos*, n.º 7 da Coleção Museum, 1.ª série, Lisboa, 1950, traz biografia de A. M. F. (pp. 12-14) e reproduz a escultura *Adónis*, e os óleos *Madona* e *Sagrada Família*, informando de que entraram no Museu respectivamente em 1914, 1915 (oferecido por Columbano) e 1933 (adquirido pelo Estado). Vid. também *Portugal — Lisboa — Museu Nacional de Arte Contemporânea*, da Agência Geral de Neogravura, Limitada, Lisboa, s. d. (1932?), pp. 8-9, com prefácio de José de Bragança.

nascera em 1822); e o «retrato de um cavaleiro [*sic*] português bem conhecido», que me vai merecer um pequeno comentário: Em Junho de 1945, realizou-se em Lisboa, organizada pelo S. N. I., uma exposição de retratos e ex-votos da Confraria do Bom Jesus do Monte, cujo *Catálogo*, sob o n.º 2, indica *Duque de Lafões*, de Fonseca, datado de 1827, portanto do período italiano. O Duque tem ali o retrato, pois que foi juiz da Confraria em 1824. Era D. Segismundo Caetano Álvares Pereira de Melo. O quadro foi oferecido ao santuário pelo benemérito Pedro José da Silva. Luís Chaves, que prefaciou o *Catálogo*, comenta que é valioso «... na riqueza decorativa de um pintor, sobretudo sensível às figuras alegóricas e de visão decorativa.» Penso que essa vaga referência feita pelo próprio pintor num folheto explicativo dos seus quadros, publicado em 1835, após o regresso de Itália, se deve ao facto de, numa altura de afastamento da Família Lafões, Fonseca, que tivera de documentar a sua fidelidade ao novo regime, não querer levantar problemas, e atenuou a apresentação do retrato em público, sem lhe apor o nome do modelo. Nesse ano de 1835 expôs vinte e cinco dos quadros, que fizera no estrangeiro, com muito êxito, pois estando planeada a apresentação, na já extinta Casa da Congregação do Oratório, desde 29 de Abril a 13 de Maio, prolongou-se até fins de Junho. O produto destinava-se aos mutilados dos Batalhões Móveis de Lisboa.

Em 25 de Outubro de 1836 foi criada a Academia das Belas-Artes de Lisboa, e Fonseca, em Agosto seguinte, foi nomeado professor de Pintura Histórica, lugar que conservou até 1863, ano da sua jubilação. (No *Almanaque de Portugal*, para 1856, de Luís Travassos Valdez, p. 187, indica-se a data da fundação da Academia como a da entrada do pintor).

Vimos acima que o seu demorado magistério, de 27 anos, nesta escola, lhe permitiu lidar com todas as grandes figuras, não só as que deixaram nome de primeiro plano para o futuro, como também as que apenas tiveram celebridade durante a sua própria existência. Uma delas, e das mais famosas foi o Visconde de Meneses, que veio depois a falar bem desagradavelmente dos FONSECAS, o mestre António Manuel e o seu condiscípulo António Tomás. (Vid., por exemplo, Diogo de Macedo, *Cadernos de Arte. 1. Visconde de Meneses*, Lisboa, 1951, pp. 9, 10, 16, 17, 21 e 22, e *Visconde de Meneses*, da Coleção Hífen, pp. 4-5; Júlio Brandão, *Galeria de Sombras*, 2.ª edição, p. 131).

Em 1838, trabalhou com outros na confecção de figurinos de personagens históricas para uma obra teatral de Garrett, relata-nos Ferreira Lima (pp. 14-15). Foi isto em Agosto, mas ainda nesse mês pintou cenários para São Carlos. Assim se lê no *Diário do Governo*, n.º 204, de 29 de Agosto:

#### Theatro Real de S. Carlos

Domingo, 2 de Setembro; (27ª representação): irá em Scena a Opera = Roberto do Diabo = Musica de Mayerber.

O Proscenio, e os dous Panos de Divisão, foram pintados pelo Sr. Antonio Manoel da Fonseca, Artista Portuguez: as mais Scenas o foram pelos Srs. Rambois & Cinatti.

Adverte-se que nas primeiras representações desta Opera os intervallos do 2º ao 1º, e do 3º ao 4º actos, serão alguma cousa maiores do que o usual, por assim o exigir a mudança de Scenas; far-se-ha com tudo o possivel para se empregar o menor tempo, em quanto se não ganhar a franqueza necessaria de as collocar com mais velocidade.

O espectáculo principiará ás 7 horas e 3 quartos; e a venda de bilhetes ás 5 horas.

Observe-se a delicadeza com o público... a quem os actores no palco nunca voltavam as costas (ainda vi isso!), regra actualmente esquecida. E, curiosamente, posso completar estas notas com o esboço de polémica entre Fonseca e um crítico do jornal *Constitucional*, circunstância referida por Ferreira Lima (pp. 14-15).

Em 1839, trabalha nos *Quadros Históricos de Portugal*, de Castilho, obra de muito interesse literário, aumentado pela colaboração artística de Fonseca, que a dirigiu, de Joaquim Rafael e Assis Rodrigues; reeditada em 1847 (Ernesto Soares «Estampadores e Impressores», in *Boletim da Academia Portuguesa de Ex-Líbris*, Abril de 1966, p. 108; Ferreira Lima, *ob cit.*, pp. 15-16). Também nesse ano se iniciou a publicação do *Universo Pitoresco*, sob a direcção de Vilhena Barbosa, de que saíram três volumes até 1844: aí colaborou um dos Fonseca (vid. o artigo citado de Ernesto Soares, pp. 108 e 110; já agora anoto que o mesmo número do dito *Boletim* fala de Fonseca na p. 118, artigo «Ilustradores do Século XIX»).

O magnífico estudo do Coronel Ferreira Lima reproduz, na p. 16, outra litografia do nosso artista, também datada de 1839, que representa

Nossa Senhora da Glória do Abrigo Marítimo. (O exemplar que serviu para a reprodução pertence ao nosso ilustre consócio, Sr. Doutor Eduardo Neves). Conforme já sabemos, em Setembro, obteve autorização da Rainha para se deslocar à Itália; em Outubro de 1840 regressou a Lisboa.

A escada principal do palácio dos Duques de Palmela, no Lumiar, apresentava na noite de 25 de Outubro de 1841, um deslumbrante aspecto, como introdução de baile espaventoso; nesse lugar se distinguiam três quadros alegóricos de Fonseca, que um jornal do tempo qualificou de «lindos» (Ferreira Lima, p. 18).

Durante cerca de ano e meio não há ponto relevante na biografia do nosso pintor. Mas no Outono de 1843, a Academia faz uma exposição, a que Fonseca concorre, levando ao público os óleos *A Morte de Albuquerque* e *Eneias salvando seu pai Anquises do incêndio de Tróia*, a sua mais famosa pintura, não só pelos louvores da crítica, mas por ter provocado anos depois os momentos mais tempestuosos da vida do artista: vid. Inocência, vols. I (195), IV (65-66), VIII (234) e XXII (315). António Manuel mostrou-se polemista enérgico e sabedor, embora não fosse um literato. Nessa exposição trouxe a público ainda vários retratos, oito ao todo, dos quais um da rainha D. Maria II. Há-de ser o que pintou para a Câmara Municipal de Lisboa, e que foi lembrado, por 1848, quando se levantou certa tempestade num copo de água, que ficou designada por «Questão dos Retratos». Ei-la contada por J. Barbosa Colen, na edição grande da *História de Portugal*, de Pinheiro Chagas, vol. XI, pp. 406-407:

Outro episódio de contas, que então mereceu debate na câmara, foi determinado... pelo pagamento feito pelo retrato da rainha, destinado à sala das sessões dos deputados! A questão no parlamento versou sobre o custo: tinha sido justo por 180\$000 réis, e depois, pelo ministério do reino foram pagos ... 400\$000 réis. Apurada a conta, no debate, verificou-se ter o retrato sido efectivamente pago por 180\$000 réis e a moldura por 178\$000 réis.

Os 41\$000 réis restantes eram saldo, em caixa, no ministério. Na imprensa havia uns que clamavam: «Duque de Saldanha, duque de Saldanha, põe para ali os 220\$000 réis que furtaste!» Havia outros, porém, que discutiam o caso... pelo lado artístico e patriótico. Estes faziam recair a sua censura no facto de se ter encomendado o retrato a um espanhol, chamado Balaca, em vez de se encomendar ao português Fonseca — que tinha pintado já um outro retrato da rainha para a sala da câmara municipal. Os mais entendidos em assuntos de arte, acusavam



*Eneas salvando seu pai Anquises do incêndio de Tróia*

Óleo de Antônio Manuel da Fonseca (1843)

o espanhol de ter copiado do português. Afinal veio a saber-se ... que português e espanhol tinham copiado do alemão Krunlhok, mas que o espanhol copiara menos, porque para reproduzir a fisionomia, fizera um estudo do natural, aproveitando a larga demora de D. Maria II numa festividade na Sé.

D. Fernando foi à oficina de Fonseca ver os quadros *Eneias* e *Albuquerque*, que apreciou favoravelmente. Castilho e Rebelo da Silva, segundo testemunha Ferreira Lima, tiveram opinião idêntica. Fonseca correspondeu, e creio que com honesta sinceridade, às palavras do monarca, compondo um artigo, que foi publicado, sobre gravuras executadas por D. Fernando (Ferreira Lima, p. 18).

O nosso consócio, Sr. Luís Moita, consciencioso investigador, publicou em *Olisipo*, de Outubro de 1951, «A Bemposta», um valioso estudo, de que copio (p. 152):

Do Ramalhão vêm para aqui, em 201 lotes, todos os quadros constitutivos do espólio de D. Carlota Joaquina. Passa-se isto a 20 de Dezembro de 1843. Intervêm na avaliação desse espólio o lente de Pintura Histórica António Manuel da Fonseca e o pintor restaurador de quadros Luís Tirinanzi.

Houve outro grande admirador do artista — o escritor Mendes Leal, que em 1844 lhe dedicou um livro. Foi neste ano que Fonseca acompanhou o célebre crítico Conde de Raczynski numa visita ao Paço da Ajuda, onde o opinioso autor de *Les Arts au Portugal* foi de um modo geral pouco amável para o que ali encontrou de pintura portuguesa. Por duas vezes concordou com as opiniões de Fonseca que, parece, falou pouco. (Vid. Francisco Câncio, *O Paço da Ajuda*, p. 258 e segs.).

Por este tempo andou Fonseca ocupado frequentemente com as obras do Teatro Nacional, terminadas em 1846, tendo desenhado para a escultura de Assis Rodrigues as figuras de Apolo e as Musas, de Tália (Comédia) e de Melpómene (Tragédia) e as Quatro Partes do Dia, de que se saiu com brilho. (Ribeiro Cristino, *Estética Cidadã*, pp. 145 e 146).

Francisco de Assis Rodrigues, além de artista, foi escritor, tendo deixado, entre outros, um livro de interesse: *Dicionário Técnico de História da Pintura, Escultura, Architectura e Gravura* (Imprensa Nacional, 1875).

O País viveu então uns meses dramáticos com a revolução angustiante da Maria da Fonte. Fonseca alistou-se como alfares no Batalhão de

Voluntários da Carta, concretizando assim a sua gratidão à Família Real. Em 21 de Julho de 1847 foi promovido a tenente, e em 2 de Agosto era nomeado mestre de Desenho do Príncipe D. Pedro (D. Pedro V) e dos Infantes (vid. *Almanaque de Portugal*, para 1856, de Luís Travassos Valdez, p. 130; e José Maria de Andrade Ferreira, *Reinado e Últimos Momentos de D. Pedro V*, 1861, p. 28). Torna-se curioso observar, desde já, que, um quarto de século mais tarde, el-rei D. Luís o chamará para professor de Pintura do Príncipe D. Carlos e do Infante D. Afonso (Rocha Martins, *D. Carlos. História do Seu Reinado*, 1926, pp. 80 e 111).

Foi por 1850 que, ainda (ou de novo) ao serviço de Farrobo, e professor da Academia e da Família Real, se encarrega de pintar «o tecto de abobadilha [do altar-mor da igreja de S. Nicolau, em Lisboa], representando a fresco a *Glória de S. Nicolau...*» (Norberto de Araújo, *Inventário de Lisboa*, vol. x, p. 33), onde «fez outros trabalhos de decoração» (Ferreira Lima, p. 23).

À exposição da Academia de Belas Artes, em 1852, levou nove quadros: três de assunto sacro, uma cópia e cinco retratos.

Os contínuos êxitos de Fonseca, a simpatia que o rodeava, o bom acolhimento que por toda a parte recebia, o prestígio da sua competência e do seu talento, as funções que desempenhava, a frequência da boa sociedade eram motivos mais do que suficientes para lhe criar antipatias surdas, quando não ódios declarados. Em 1853 deu-se um caso pitoresco, que passo a contar, através das palavras de Diogo de Macedo (*O Ocidente*, vol. XII, Janeiro de 1941, n.º 33, pp. 133-134):

Era um perfeito consagrado que acumulava o engenho da paleta com o da escultura. No Museu de Arte Contemporânea lá tem as provas. Naturalmente, fatalmente, que seria atacado pela crítica mexeriqueira do burgo, sempre pronta a utilizar a terrível piada nacional no jogo do pim-pam-pum demolidor. Mas personagens robustos de famas e protecções como ele resistem a tudo e ainda hoje os classificamos de «sempre em pé». O mestre Fonseca, porém, tivera um inimigo terrível, escriba e tonsurado, má-língua e também célebre: o Abade A. de Castro e Sousa.

Acabamos de ter em nossas mãos uma folha de papel, manuscrita, em cujo canto estava gravado em relevo branco o monograma A. C., documento comprovativo, além daquele que o cotejo de caligrafias atesta, de haver pertencido ao referido Abade. Escrito a lápis, por outrem, estava o nome desse implacável trocista e mais o seguinte: «Lisboa, 13-1-1853». Noutra linha lia-se: «Remeteram-se cópias a todos os membros da Academia e Corpo Académico». Tratava-se duma sátira

anónima contra aquele artista, sem qualquer assinatura, mas que toda a gente soube ter brotado do espírito do terrível Abade de Castro.

Ei-la tal e qual a copiámos do original, traçado por seu punho:

### O Fonseca

É um animal estúpido e ignorante,  
Animal em toda a força da expressão,  
E quer este toleirão, este pedante  
Mostrar-se sábio na conversação!

Com um génio soberbo, e arrogante  
Se mete a decidir qualquer questão,  
E nas pontas dos pés todo irsicado [?]  
Parece que está doido, ou está danado.

É um homem sem fé, falto de lei,  
De nenhum carácter, sem religião,  
Alma de Turco, coração de Bei,  
Génio de Mouro, com capa de Cristão.

E por tudo resumir assentarei,  
Que ele é o maior materialão,  
De quantos têm sido admirados,  
No século presente, e nos passados.

Quando em 1855 pensou em concorrer à Exposição Internacional de Paris com o seu *Eneias*, houve um júri da Academia que achou o quadro como não merecedor de ir ao estrangeiro representar a Pintura portuguesa. Foi então que se desencadeou a tempestuosa polémica, a que já fiz referência, e para cujo conhecimento remeti o auditor ou o leitor interessados para o *Dicionário* de Inocência. El-rei D. Fernando parece ter intervindo (conta Ferreira Lima), e o *Eneias* foi para Paris, acompanhado por mais três quadros de Fonseca: *Jesus entre os Doutores* e os retratos de D. Fernando e de D. Pedro V. O primeiro está actualmente no Palácio da Ajuda, o de *Jesus* (com outro, também óleo, o *Génio das Artes*) encontra-se agora no Museu de Grão-Vasco, em Viseu; desconheço o local dos dois retratos. Vi o *Eneias* no Palácio de Mafra, em Maio de 1951. Na exposição da Academia de 1856 novamente esteve presente o nosso artista, desta vez com dois retratos, e depois seguem-se uns anos sem que a sua acção se distinga de modo especial: desenhos, pinturas, esculturas, litografias, enfim trabalhos que ele consideraria de pouco monta.

Consegui encontrar notícia de umas cento e quarenta obras, mas a verdade é que este número estará muito para cá do verdadeiro. Desde 1816 a 1881, a sua produção, em vários géneros, não podia contar-se por tão pouco. Por 1940 visitei a casa do Dr. Perry Vidal, que me mostrou três retratos a óleo e uma pasta com cerca de cinquenta esboços, estudos, gravuras e desenhos, de que eu já conhecia parte (\*).



*Adónis combatendo o javali*

Grupo escultórico de António Manuel da Fonseca (1861)

Em 1861, em nova exposição da Academia, apresentou o seu trabalho escultórico mais vulgarizado — *Adónis combatendo o javali*. O primeiro público viu-o em gesso. Foi adquirido por D. Fernando e passou

(\*) Das cento e quarenta são «nomeáveis» cerca de noventa.

depois a D. Luís, mas ambos os reais donos o tiveram já fundido em bronze. Há anos vi uma boa reprodução em cerâmica no Museu Malhoa, das Caldas da Rainha.

O casamento de D. Luís em 1862 proporcionou a Fonseca um lindo quadro, com muito interesse documental: encontra-se, se bem sei, no Palácio da Ajuda, e um esboço do mesmo assunto (apresentado na 5.<sup>a</sup> Exposição da Sociedade Promotora das Belas-Artes em Portugal, em 1866) está hoje no Museu da Cidade, para onde entrou em 1934 (*Vinte e Cinco Anos de Serviços Culturais*, catálogo da Exposição Comemorativa da Câmara Municipal de Lisboa, no Palácio das Galveias, em Março de 1959, p. 119).

A saída da Academia em 1863 representa, naturalmente, uma queda profunda na actividade artística do pintor. Daqui por diante as notícias diminuem, ainda que não deixe de trabalhar, claro — nem isso estava na sua impaciente energia; torna-se, de resto, difícil localizar no tempo muitos trabalhos, porque no caminhar da sua actividade notam-se, por vezes, realizações inferiores ao lado, cronològicamente, de outras valiosas. A dispersão por vários géneros e uma longuíssima vida não facilitam o estudo da sua evolução artística — se ela realmente existiu de forma relevante.

Ferreira Lima alista (na p. 23) uma boa porção de trabalhos de Fonseca (gravuras, decorações, desenhos, pinturas) sem fixação de datas. E aproveitou para desfazer uma dúvida do ilustre investigador: «No *Arquivo Popular*, de 1837 a 1843, encontramos algumas gravuras de madeira subscriptas com o apelido Fonseca, que não sabemos se teriam sido executadas por António Manuel da Fonseca ou por seu pai». Creio que não chega a haver problema, pois João Tomás faleceu em 1835 (e não em 1853), e não é de aceitar que aquela publicação periódica apresentasse trabalhos seus, depois da morte (o que não era, decerto, impossível...).

Das últimas notas de Ferreira Lima, pareceu-me de interesse reproduzir que o retrato de Vasco da Gama foi para Inglaterra — talvez o mesmo que D. Pedro V ali viu na galeria do Hospital de Greenwich; e acrescenta aos seus poucos escritos publicados, um apontamento intitulado *Pintura encáustica usada pelos antigos romanos*, que veio publicada nos *Fastos*, de Ovídio, traduzidos por Castilho.

Tenho notícia ainda de que um óleo, representando S. Rafael, pertenceu à colecção de José Francisco Barreiros Calado, existente na povoação do Juncal, próximo de Aljubarrota, mas já na altura da notícia publicada no *Guia de Portugal*, II vol., p. 632, na posse de herdeiros. Deus sabe onde se encontra agora!

Retomando o fio cronológico, depara-se-nos Fonseca na 5.<sup>a</sup> Exposição da Sociedade Promotora das Belas-Artes em Portugal, em 1866 (Varela Aldemira, *Columbano*, Lisboa, 1941, anotou, nas pp. 62-63, as datas das catorze exposições realizadas por esta instituição), com o esboço para o quadro sobre o casamento de D. Luís, de que falei acima, e mais três pinturas; e na 7.<sup>a</sup> Exposição (1868), com alguns trabalhos de que se distinguiu o quadro *Vénus*. Fonseca recebeu a medalha de prata.

Também concorreu, em 1871, à Exposição Internacional de Madrid com cinco trabalhos, entre os quais o óleo *Eneias* e o bronze *Adónis* — as suas obras predilectas, julgo eu.

Nesta década devo acrescentar dois factos importantes, ainda que já narrados acima: a restauração dos frescos feitos em 1822 no palácio da Rua do Alecrim e a escolha para professor de D. Carlos e D. Afonso. (Vid. «D. Carlos — artista no Paço Ducal de Vila Viçosa», de Norberto de Araújo, in *Diário de Lisboa*, de 25-v-1946).

Em 1880, a *Revista Ilustrada* publicou um belo retrato de Fonseca (Ernesto Soares, *Dicionário de Iconografia Portuguesa*, II, 62). Foi então que se passou um episódio contado por Varela Aldemira (*Columbano*, Lisboa, 1941, p. 60):

O parecer do júri do concurso que escolheu o pintor Condeixa para pensionista no estrangeiro foi aprovado pela Academia em 7 de Outubro de 1880, por 18 esferas brancas contra 3 pretas. Não presidiu a essa sessão o vice-inspector Delfim Guedes, o *Delguim Fedes*, sarcásticamente criticado por Rafael no *António Maria*, mas sim o velho professor António Fonseca.

O mais curioso deste episódio está em que o vencido foi... Columbano! E não parece que o grande artista tenha ficado ofendido ou mal disposto contra Fonseca, pois o bronze *Adónis* esteve exposto no Museu de Arte Contemporânea em lugar distinto, durante a sua direcção. Só desapareceu da vista do público quando Diogo de Macedo em 1944 foi nomeado Director e remodelou profundamente o Museu. Honra ao grande Columbano! (5).

Pelo que me foi dado aprender na leitura dos historiadores da nossa Pintura oitocentista, o Romantismo pictórico chegou tardiamente a Portugal, embora o seu atraso tivesse sido menor do que o literário. A criação da Academia em 25 de Outubro de 1836 vem impor certa disciplina nas

---

(5) Diogo de Macedo, *Columbano*, Colecção Museum, n.º 1, p. 8, 1.ª série. Lisboa, 1945.

nossas artes plásticas, devendo contudo notar-se que o corpo docente constituído — e onde a figura de mais garra e prestígio era Fonseca — se conhecia a nova escola, não poderia adaptar-se-lhe. Já disse, acima, que, no entanto, tendo saído das mãos desses mestres os melhores pintores portugueses românticos e depois os de transição, devemos concluir que souberam dar aos seus discípulos a liberdade capaz de os deixar seguir as suas tendências e de lhes permitir o descobrimento de novos temas e a utilização de processos modernos. É verdade que parte se deslocou ao estrangeiro, donde se alguns vieram, como o Visconde de Meneses, com embófias de xenofilia, deles se distinguem os que não amesquinham o seu aprendizado em Portugal.

Não obstante alguém poder afirmar que estou metendo a foice em seara alheia, devo ainda acrescentar algo sobre o que tenho visto nos pintores do Romantismo português e ouvido ou lido sobre eles.

A Natureza, que os antecessores do Romantismo viam, era olhada através dum intelectualismo deformante da sua verdade: não era, pois, a Natureza que nós podemos observar do cume duma montanha — livre, aberta, autêntica — mas o quadro fantástico duma Natureza imaginosa-mente selvagem, rude, alucinante, plena de grutas, recantos arborizados, quedas de água inesperadas, riachos mal definidos, lagos sombrios, que os pintores animavam com cenas vivas: os passeios, as merendas, os viajantes, as caçadas. Os painéis de azulejos dão-nos igualmente a visão dessa Natureza, em que domina um convencionalismo idêntico ao existente nos habitantes das cidades de hoje em dia. Já repararam que é frequente eles falarem nos encantos da vida campestre, a limpidez dos ares, a pureza das águas, a simplicidade da vida, a largueza dos horizontes, as graças dos animais? E já repararam também que tudo isto não passa de poesia, pois que realmente do que eles gostam é da água canalizada, da poeira das ruas, dos costumes complicados, dos ruídos, das vistas limitadas, dos carros motorizados, dos interiores? Pois os homens do século XVIII viam a Natureza assim: e por isso inventaram os jardins grutescos, com escadas e varandins, caramanchões e cabanas, bancos e muretes, estufas e pavilhões, ruas e larguinhos, lagos e tanques.

Os românticos olham de frente para a Natureza. E descobriram-nas cores e nas formas, e de tal modo se apaixonaram por ela que quase esqueceram a vida humana nela existente, e lhe reconheceram uma alma e uma linguagem. Só então, e o mesmo aconteceu com a gente das Letras, a foram enchendo de personagens — homens, mulheres e animais.

O alargamento dos temas aos múltiplos aspectos da vida — embora com predominância dos assuntos campestres (e sem esquecer o retrato, que é talvez na Pintura portuguesa a forma mais rica, permanente, expressiva e apreciada) — conduz o Romantismo àquilo que os críticos e historiadores chamam Naturalismo, e que literariamente designaríamos Realismo. Um dos últimos trabalhos de Fonseca é um quadro desconhecido do público (*Lavadeiras*), datado de 1880, e que me pertence — tela com as dimen-



*Lavadeiras*

Óleo de António Manuel da Fonseca (1880)

(Na posse do autor deste estudo)

sões 32 x 55. Mesmo com a minha ignorância destes assuntos diria que não é um quadro bom. Contudo, vale como documento. E por isso me demoro nele.

Trata-se duma paisagem saloia, pouco ampla, que tem como centro, em primeiro plano, um extenso tanque, coberto parcialmente num dos extremos por um alpendre, assente em quatro pilares, com telhado em bico central; no segundo plano vêem-se estendidos sobre arbustos, a secar, alguns lençóis. Predominam os tons verdes, como é de admitir. O tanque é de cor acastanhada, suja e velha, e em volta dele trabalham seis lava-

deiras, em cujos trajos abundam o azul e o amarelo — cores saloias preferidas. A luz parece indicar a declinação da tarde. Tudo decorre num ambiente de serenidade.

O autor escreveu na madeira que suporta a tela: «Tirado do natural». Ora, bem. Se a feição geral do quadro nos dá algo de idílio, próprio do Romantismo, a verdade é que a realidade da cena, que o pintor arrancou à vida directamente, como declara, as atitudes autênticas das lavadeiras, o interesse etnográfico dos trajos, das roupas e do tanque — colocam este quadro na fase naturalista, decerto como tentativa apenas, um esforço de adaptação do velho professor, que, não podendo viver todas as correntes e escolas na sua longa vida de quase um século, não desistia, porém, de querer penetrar todos os mistérios da sua grande paixão — a Pintura.

Ernesto Soares (*Dicionário de Iconografia Portuguesa*, II, 62), cita:

Na Academia Nacional de Belas-Artes encontra-se uma curiosa tela com um retrato deste artista, apresentando-o em busto de três quartos à direita, olhando para a frente, com os cabelos, bigode e mosca branca e na cabeça um boné de pala. Segura com a esquerda os pincéis e a paleta. Na parte superior tem uma legenda: *A. M. da Fonseca fecit em 1881 tendo 81 anos.*

Um pequeno engano: o artista fazia-se da idade do século! Tirava apenas — uns quatro anitos! O mesmo erudito autor dá-nos notícia de outro retrato de Fonseca, que veio publicado em *O Occidente*, de 1894. Não fala, porém, de uma bela fotografia que vem copiada na *História de Portugal*, de Pinheiro Chagas, edição grande, vol. X, escrito por J. Barbosa Colen, p. 497, com explicação na p. 628. O original foi uma fotografia cedida pela família, e de que havia um exemplar num álbum de uma tia-avó minha. Acompanha este texto. O Dr. Perry Vidal igualmente possuía três retratos fotográficos de Fonseca.

Segundo alguns biógrafos, o nosso pintor trabalhou até muito tarde, mas a verdade é que dos últimos dez anos da sua vida, nada me é permitido contar da sua obra. E terá sido quase olvidado pela frágil memória humana, pois que o *Século* só dá a notícia da sua morte no dia 7 de Outubro de 1890, e ele faleceu no dia 4.

A local vem na terceira página, apenas com 14 linhas das estreitas colunas que o jornal nessa altura usava e que ocupavam cada uma a largura de dois dedos. Diz o essencial da biografia do pintor. No dia 8, na secção *Obituário*, informa de que morreu de caquexia senil e fora enterrado no dia 6, no Cemitério Ocidental.

Mais generoso, o *Diário de Notícias* do dia 6 dedica ao assunto um extenso apontamento, escrito com admiração e muitos pormenores, publicado na primeira página, sob o título «Morte de um pintor — António Manuel da Fonseca». E no mesmo dia a família anunciava:

O Comendador António Manuel da Fonseca faleceu. R. I. P. António Tomás da Fonseca, D. Antónia Genoveva da Fonseca, D. Narcisa Henriqueta Gomes e João Frederico da Fonseca e sua mulher D. Guilhermina da Fonseca (ausentes) participam a todos os seus parentes, colegas do finado e pessoas das suas relações que o funeral do seu prezadíssimo pai, irmão, cunhado e tio terá lugar amanhã [isto é, hoje], 6 do corrente, pelas 3 horas da tarde, saindo o préstito fúnebre da casa de sua residência, na Rua de Entre-Muros, 87, para o Cemitério dos Prazeres.

Acabava de morrer um artista que não podia decerto, e pelo que as aparências denotam, queixar-se da sociedade do tempo. Mercê, sem dúvida, das qualidades pessoais e do seu talento soubera impor-se e tivera a boa estrela de ser aceito. Nunca, parece, lhe faltou trabalho, e é de supor que normalmente bem recompensado; quase sempre teve o amparo da imprensa, e rodearam-no de distinções.

Pelo que coligi teve os seguintes títulos e funções: Comendador da Ordem de Cristo, cavaleiro da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, do Hohenzollern, da Rosa (do Brasil) e de Carlos III de Espanha; sócio de mérito da Congregação dos Artistas Amadores do Panteão de Roma, correspondente do Instituto de França e da Academia Real de S. Fernando; Vice-Presidente Honorário da Sociedade Universal de Londres; pintor da Real Câmara; professor da Família Real e da Academia de Belas-Artes de Lisboa.

Para termo deste capítulo, desejo ainda somar à bibliografia citada por mim ou no trabalho do Coronel Ferreira Lima, as obras que seguem: Armando de Lucena, *Pintores Portugueses do Romantismo*, 1943 (pp. 36-38, 65, 71, 76, 90 e 95); *Dicionário Prático Ilustrado*, de Jaime de Séguier; *Lello Universal*; Sousa Viterbo, *Notícia de Alguns Pintores Portugueses*; *Dicionário Portugal* (com retrato); Diogo de Macedo, *Miguel Lupi e Quatro Pintores Românticos*, n.ºs 2 e 6 da Coleção Museum, 1.ª série, 1947 e 1949; Ernesto Soares, *O Livro de Matrícula dos discípulos ordinários da Aula Pública de Desenho*, Ed. Biblion, 1935; Manuel de Sousa Pinto, *Rafael Bordalo Pinheiro. I. O Caricaturista*, Lisboa, 1915, p. VIII; Domingos Alves Grandinho, *Apontamentos de História da Civilização Portuguesa*, 1951, p. 249; Francisco Câncio, *O Paço da Ajuda* (pp. 258-261 e 280).

Se pudéssemos admitir um parentesco simultâneamente onomástico e profissional, para lá da consanguinidade, mas a que atribuíssemos alguma significação genealógica, poderia lembrar aqui os artistas de apelido Fonseca, de que tenho notícia, anteriores, contemporâneos e posteriores a João Tomás da Fonseca — de cujos antepassados ou ambiente familiar nada sei.

A valiosa tarefa a que se devotou F. A. Garcez Teixeira, reunindo o que soube da *Irmandade de S. Lucas* e publicando o volume com o mesmo título em 1931, servirá para a pequena dinastia, de pobre relevo artístico, que passo a indicar: Belchior da Fonseca em 1674 (p. 70); Manuel da Fonseca em 1711 (p. 79); Domingos da Fonseca em 1720 (p. 89); Manuel da Fonseca Valente em 1755 (p. 108); Manuel da Fonseca Baroca em 1785 (p. 110) e Martinho António da Fonseca de Coito em 1792 (p. 134). As frágeis informações pessoais obtíveis nos registos da Irmandade não interessam senão nos casos em que podem somar-se a outras de mim conhecidas.

Aproveito a oportunidade, pois, para me referir a Manuel da Fonseca Valente, que se inscreveu nessa associação de pintores em 7 de Março de 1755. Era então casado com Ana Teotónia do Espírito Santo, moradores na Rua da Rosa das Partilhas (assim se chamava então a nossa actual Rua da Rosa). Em 1759, no mês de Junho, encontramos-lo nas obras de Queluz, onde, no corredor que liga as salas do palácio, pintou azulejo fingido — obra efémera, pois em 1764, tais pinturas foram substituídas por azulejos autênticos (António Caldeira Pires, *História do Palácio Nacional de Queluz*, 1 vol., pp. 99 e 405). E em Julho dourou o repuxo do jardim, junto ao Jogo dos Cavalinhos (*Op. cit.*, p. 289). Em 1762 colaborou na pintura e douradura da Sala das Talhas (*Op. cit.*, p. 97).

Caldeira Pires indica também o pintor Manuel Fonseca da Costa, em 1767 (p. 100); Pinheiro Chagas (*Dicionário Popular*) dá-nos notícia da vida breve do escultor visiense Gaspar Joaquim da Fonseca (1796-1826); Júlio Brandão (*Galeria das Sombras*, p. 140) fala-nos do escultor Manuel da Fonseca Pinto, «de recursos acanhados», que foi professor de Teixeira Lopes; e o *Guia de Portugal* (1, p. 522) refere-se ao architecto, autor da casa de estilo árabe da Quinta do Relógio, António Manuel da Fonseca Júnior; tenho pensado se não se tratará de António Tomás. É um pro-

blema que deixo em aberto. O nosso ilustre consócio Sr. Eng. Júlio Eduardo dos Santos possui dois quadros de P. H. Fonseca, que em 1872 copiou dois fragmentos da *Visão de São Francisco*, de Lucas Giordano.

Com estas notas nada adiantei a respeito de João Tomás da Fonseca, mas trouxe de novo a público alguns nomes esquecidos, que gozaram em vida certa aura, tiveram talvez muitos sonhos e bastas desilusões, e que espalharam em sua volta, com maior ou menor talento, algo da beleza eterna das cores e das formas.

Já sabemos que o primeiro dos FONSECAS foi casado com D. Maria Inácia Xavier e na sua casa da Travessa de Santa Quitéria (sem número, pois só pelos princípios do século XIX foram numeradas as portas de Lisboa) nasceu António Manuel. Quando este faleceu o anúncio de família, há pouco lido por mim, fala de uma irmã — Antónia Genoveva da Fonseca — e de um sobrinho João Frederico da Fonseca, casado com Guilhermina da Fonseca. Quando quatro anos depois morre António Tomás, estes parentes já não são referidos no anúncio do seu falecimento.

António Manuel da Fonseca foi, em 1822, pai de António Tomás, mas não existem notícias da senhora, que foi a mãe. A ilegalidade desse nascimento e os injustos preconceitos sociais fizeram esquecer o seu nome.

Posteriormente, vieram pai e filho a apaixonar-se por duas senhoras irmãs, igualmente de família lisboeta. Eram D. Mariana Gomes e D. Maria do Nascimento Gomes, com quem se casaram, em data que desconheço. Tais matrimónios provocaram, e abro aqui parênteses, certa confusão de parentescos, que nos fará sorrir por momentos: António Manuel fica sendo pai e co-cunhado de António Tomás, e sogro e cunhado de Maria do Nascimento; António Tomás é filho e co-cunhado de António Manuel, e enteado e cunhado de Mariana; Mariana é cunhada e madrasta de António Tomás; Maria do Nascimento é nora e cunhada de António Manuel.

Estas senhoras tiveram uma irmã, Narcisa Henriqueta Gomes, que foi sempre solteira. O Dr. Perry Vidal disse-me que esta irmandade não acaba aqui, mas realmente nada sei de outros. Eram elas sobrinhas dum trisavô meu, Bernardo da Fonseca Cardoso (aquele apelido *Fonseca* pode pressupor um parentesco, que explique esta amizade e ligação de famílias), que deixou descendência em duas filhas e um filho: o rapaz foi despachante da Alfândega, e as raparigas (uma delas minha bisavó e mãe

daquele António Guilherme Soromenho, sobre quem publiquei um estudo no último número de *Olisipo*)<sup>(6)</sup> casaram com despachantes.

E estes apontamentos levam-me a referir um fenómeno curioso de sucessão profissional familiar, reflexo moderno duma tradição da burguesia medieval, de que falo, objectivamente, de resto. Tanto assim que não direi nomes — não vá supor-se que eu desejava aqui impor a evocação de parentes. Defendo-me antecipadamente de qualquer acusação de pessoalismo, recordando que pretendo simplesmente expor feições curiosas de circunstâncias sociais. Assim como nos FONSECAS o talento artístico provoca uma hereditariedade profissional, o ambiente familiar e a convivência provocada pela identidade de ocupações fez que na família a que pertença, no decorrer de seis gerações, desde a vitória liberal, se nos deparem na Alfândega de Lisboa um oficial de diligências, um contínuo, três funcionários superiores, doze despachantes oficiais e sete ajudantes e empregados de despachante. Tal sistema pode encontrar-se hoje condenado, porque as alterações da vida não facilitam a protecção económica do agrupamento familiar aos seus membros na continuidade profissional, mas parece-me de interesse anotá-lo como revivescência bem definida de velhas circunstâncias — memórias quase perdidas.

Os FONSECAS enviuvaram, sem terem filhos do casamento. Contudo, António Tomás, sabemos-lo pela notícia do seu falecimento em 17 de Dezembro de 1894, deixou uma filha, Amélia Guiomar, na altura residente no Rio de Janeiro. Deixou-a sua herdeira, mas fez testamento, transcrito no *Diário de Notícias*, do dia 18 (1.<sup>a</sup> página). É um documento generoso, pelo qual beneficia os amigos e testamenteiros António José Nunes Júnior e Adolfo César de Medeiros Greno (a quem oferece objectos de ouro, de arte, gravuras, pinturas e livros), pessoas que o serviram, e a sua cunhada, de quem falei acima, Narcisa Henriqueta. Faleceu na própria residência, Rua de Serpa Pinto, n.º 31, e foi para o Cemitério Ocidental. O *Século*, do dia 19, dá, como se diria hoje, notas de reportagem do funeral. Entre as muitas pessoas citadas, lê-se o nome da pintora Josefa Greno, casada com o testamenteiro de António Tomás, o pintor Adolfo Greno.

---

(6) Nesse número de Julho-Outubro de 1966 lê-se na p. 102 (p. 8 da separata), nota n.º 3, que Maria do Resgate Soromenho, em cuja descendência se manteve o talento musical, era neta de José Joaquim Soromenho: emende-se para filha; e na p. 111 (p. 17 da separata), linha 5, o nome de Rodrigues da Costa aparece *José*, mas era realmente *João*. São pormenores, agora corrigidos por amor da exactidão.

Este casal alcançou, anos depois, uma trágica celebridade, que foi muito além daquela que deixou nos meios artísticos. Josefa e Adolfo Greno, ela de origem espanhola, ele natural de Lisboa, tiveram na época alguma notoriedade. Adolfo Greno foi retratista e restaurador de quadros e Josefa Greno dedicou-se à pintura de flores. Na manhã de 26 de Junho de 1901, a nossa capital alarmou-se com uma notícia cruel: de madrugada o pintor fora morto a tiros de revólver pela mulher. Um ataque de loucura causara o crime. A pobre senhora morreu meses depois, com a razão perdida. Os ecos deste drama ainda chegaram à minha meninice, apesar de ter nascido onze anos depois.

Não só o testamento de António Tomás serve de prova do seu espírito generoso. Uma ou outra circunstância o vêm confirmar, como por exemplo, as dádivas de desenhos italianos ao Museu de Arte Antiga (18.<sup>a</sup> *Exposição Temporária*, Maio de 1958, p. 8); e o testemunho de Júlio de Castilho demonstra a sua amabilidade (*Lisboa Antiga*, 2.<sup>a</sup> ed., VII, pp. 51-52) e sentido de colaboração. Pelo retrato que acompanha este estudo, reconhece-se nele um homem distinto, de vestuário apurado, expressão culta e inteligente. De resto a sua finura e simpatia eram características comuns aos FONSECAS pai e filho, já notadas pela minha tia-avó Ana Maria da Conceição Soromenho, que os conheceu muito bem, pois eram visitas assíduas da casa de seus pais, primos direitos de ambos por casamento.

Em transcrição do Coronel Ferreira Lima, registo agora o que Júlio de Castilho disse de António Manuel, nas *Memórias de Castilho*:

Era um homem com muita vida, bem vestido, tez morena pálida, bigode e mosca preta, magro, estatura regular, entusiasta da sua arte e loquaz por índole. Lembro-me de o ter visitado com meu Pai, à Boa Morte, no fim da Calçada das Necessidades, ali algures; e por sinal ainda sinto a impressão que me causou o ver pela primeira vez uma oficina de pintura.

Antes de acabarmos, atentemos num pormenor, a que darão importância apenas quantos são bisbilhoteiros do Passado. É como, além de mim, há aqui alguns, a eles me dirijo: a mudança de residência era uma das feições curiosas da vida lisboeta do século passado. Era frequente verem-se nos meados e no fim do ano grupos familiares de nariz no ar, lentamente caminhando por essas ruas em busca de novas instalações, e galeras ou padiolas de galegos abarrotadas de mobiliário. Pelo decorrer da Primavera e do Outono começavam os inquilinos a fazer os seus projectos de deslocação, e antes de 25 de Maio e de 25 de Novembro come-

çavam os senhorios a fazer os seus cálculos. Dessa nota, agora perdida, da cidade ficaram recordações na tradição oral que chegaram até mim. Francisco Câncio, em *Lisboa de Outros Séculos. Cem Anos de Pitoresco* (pp. 64-79), recolheu alguns textos valiosos, embora caricaturais, desse hábito (que o era frequentemente, e não uma necessidade), e dois desenhos muito engraçados de Rafael Bordalo Pinheiro, de 1879. Vêm estas considerações a propósito das moradas de António Manuel apenas por associação de ideias, nanja pela quantidade.

Nasceu, como fica dito, na Travessa de Santa Quitéria; quando do regresso de Itália, habitava no Largo de S. Paulo, n.º 96, 1.º; em 1856, residia na Rua de S. Francisco (actual Rua Ivens), mas o número aparece registado diferentemente: Travassos Valdez, no seu *Almanaque de Portugal*, diz na p. 130 o n.º 8, e na p. 187 o n.º 18; contudo em 1861 depara-se-nos o n.º 19, 2.º, pelo informe de Ferreira Lima (p. 21). Embora seja possível que uma pessoa tenha morado em andares diferentes do mesmo prédio ou em prédios diferentes da mesma rua, não me repugna, neste caso, admitir um engano do *Almanaque*. Em 1871, encontramos-lo na Praça da Alegria, n.º 94. Terá sido anteriormente que Castilho o visitou na oficina à Boa Morte (agora Rua do Possolo). Faleceu na Rua de Entre-Muros (actual de Artilharia 1), n.º 87, 2.º.

O *Diário de Notícias*, de 18-XII-1894, dizia, a propósito de António Tomás, numa frase feliz, por justa, que desaparecera o último «de uma família de artistas, que deixaram um traço fulgurante no céu da arte portuguesa».

Parece-me que com ela posso terminar convenientemente este estudo.



# Estátuas de Lisboa

*Sua localização e sugestões*

Tema da 16.<sup>a</sup> Sessão dos  
COLÓQUIOS OLISIPONENSES  
realizada em 26 de Janeiro

*Intervenção dos Directores,*  
Srs. Doutor EDUARDO NEVES e  
Eng. JÚLIO EDUARDO DOS SANTOS

SUSCITOU grande interesse este colóquio, orientado pelo director secretário-geral, Sr. Doutor Eduardo Neves, que presidiu, ladeado pelos Srs. Coronel Afra Nozes e Hugo Raposo.

Damos seguidamente nota das intervenções dos dois principais oradores, as quais foram completadas por animada troca de impressões entre os sócios presentes.

★

Focada a oportunidade do tema do colóquio — em face da informação, dada pela Imprensa, de que a Ex.<sup>ma</sup> Câmara Municipal, além da inauguração das estátuas de Nun'Álvares e S. Vicente (esta última destinada ao largo do seu nome) e da homenagem que prestará a António Nobre, pelo centenário do nascimento, se está ocupando das esculturas que consagrarão Guerra Junqueiro e Santo António, a segunda ainda pendente de estudo, e também de um medalhão em honra de Henrique Lopes de Mendonça, o que tudo contribuirá para o enriquecimento da cidade —, disse o Sr. Eng. Júlio Eduardo dos Santos ser propósito seu aludir a três assuntos: vantagem da transferência do pequeno monumento de Afonso Lopes Vieira, escolha de local para a estátua de Santo António, e justificação de um alvitre, ainda não apresentado, de se tributar homenagem a um insigne artista lisboeta, que conquistou fama internacional — Marcos Portugal.

Antes, porém, apresentou algumas considerações genéricas sobre estátuas, quer de glorificação de vultos eminentes da vida portu-

guesa, quer comemorativas de acontecimentos ou simplesmente decorativas. Referiu-se aos antigos concursos para escolha dos modelos a executar, cujos resultados levaram, por vezes, a acaloradas polémicas, o que se verificou, entre outros casos, em relação aos monumentos dos Heróis da Guerra Peninsular e do Prof. Sousa Martins.

A ideia de colocar nos passeios públicos bustos de homens célebres da política, das letras e das artes foi lançada entre nós, pela primeira vez, por António Feliciano de Castilho, nas notas do seu drama *Camões*; seu filho, o grande olisipógrafo Júlio de Castilho — que os «Amigos de Lisboa» sempre têm prazer em citar — escreveu mais tarde que os governos, os particulares opulentos e as vereações não deviam deixar jazer no ócio os talentos dos nossos escultores, mas aproveitá-los na nobilitação das praças e das rotundas com figuras dos seus cinzéis arrojados — figuras que todos entendessem, que todos aprovassem, que todos louvassem.

Foram felizmente ouvidos os votos dos dois grandes escritores lisboetas! Nos últimos vinte e cinco anos, Lisboa passou a ter quase quarenta novos monumentos, se assim se quiser pomposamente denominar os simples bustos. São bem conhecidas as figuras e bustos, que têm valorizado vários parques e jardins, e ainda zonas envolventes ou acessos a estabelecimentos de ensino e a outros organismos (nem todos oficiais). Algumas obras de arte desta última modalidade merecem especial referência, como as estátuas de D. Pedro V (Faculdade de Letras) e Garcia d'Orta (Instituto de Medicina Tropical).

Numerosos são os problemas concernentes a estátuas; será consequentemente vantajoso que venham a ser considerados em novas sessões dos «Colóquios Olisiponenses». Ao apresentar este voto, o orador lembrou a acção da Ex.<sup>ma</sup> Câmara, que tem divulgado o que valoriza a capital em publicações de muito interesse, tanto informativo como gráfico, uma delas consagrada às *Esculturas de Lisboa*, acrescentando afigurar-se-lhe proveitosa a edição de trabalho mais desenvolvido, abrangendo todas as obras de arte do género.

Embora estranha ao tema do colóquio, mas de certo modo com ele relacionada, foi passageiramente referida outra modalidade, simples mas bem significativa, de exaltar figuras de relevo ou lembrar acontecimentos dignos de registo: as lápides comemorativas. São numerosas as existentes em Lisboa, mas muitas têm desaparecido, quer pela expropriação, devida a exigências urbanísticas, de imóveis em que se encontravam afixadas, quer pela demolição de outros, voluntariamente resolvida pelos respectivos proprietários à sombra de um direito, que não se lhes deve contestar.

Entre as citadas pelo orador, contaram-se a que existia na casa em que nasceu Herculano e as afixadas naquelas em que faleceram

o Presidente da República Dr. António José de Almeida, o sábio Prof. Doutor José Leite de Vasconcelos e o poeta Guerra Junqueiro. Outros prédios parece encontrarem-se ameaçados de demolição, como aqueles em que morreram Castilho, Garrett e Teófilo Braga (quanto ao primeiro, a parte que ainda resta do primitivo edifício).

Sem recurso a meios tão radicais como pretendiam Júlio de Castilho e um antigo vereador — como adiante se recorda —, a solução mais adequada para manter a lembrança dos acontecimentos a perpetuar seria afixar as mesmas lápides nos prédios que substituísem os demolidos, fazendo-as acompanhar de um aditamento explicativo, ou outras esclarecendo que, nos mesmos locais embora em edifícios anteriores, se haviam passado os factos assinalados nas inscrições. A primeira destas soluções tem sido seguida em relação a algumas muito antigas lápides, que se nos deparam em vetustas zonas citadinas, como por exemplo as que se encontram na muralha do Campo de Santa Clara, fronteira ao Hospital da Marinha.

A atitude de Júlio de Castilho, acabada de referir, motivou-a uma local inserta no *Diário de Notícias*, de 29 de Julho de 1904, em que se dizia estar a proceder-se à demolição de parte do prédio em que faleceu António Feliciano de Castilho, situado na Rua do Sol, ao Rato, no qual, anos antes, a Câmara Municipal tinha mandado colocar uma lápide.

Segundo *O Século*, de 5 do mês imediato, em sessão da Câmara foi pedido pelo vereador Conselheiro Carvalho Pessoa que se oficiasse ao Duque de Palmela, proprietário do prédio, a solicitar-lhe a conservação da lápide na parte que não viesse a ser demolida; e, no dia 12, noticiava o mesmo jornal que aquele vereador, no empenho de salvar de qualquer destruição as lápides comemorativas de factos históricos ou perpetuando a memória de cidadãos notáveis, tinha proposto — e fora aprovado — que urgentemente a repartição competente elaborasse uma relação dos prédios em cujas frontarias elas existissem, «a fim de serem convidados os respectivos proprietários a acordar com a Câmara a forma de se garantir a conservação daquelas lápides, a qual constituiria mesmo um encargo da propriedade, que assim seria registada».

O Duque de Palmela respondeu ter sido sempre sua intenção conservar a lápide como homenagem ao grande Poeta. Ainda actualmente se encontra na parte do prédio que ficou existindo, mas a transformação que está sendo operada no local (alargamento da rua e construção de prédios de rendimento na área que era ocupada por um palácio e respectiva capela, pertencentes a herdeiros do mesmo titular) permite supor que também venha a desaparecer o que resta daquela construção.

Sob o título *Lugares Memoráveis* foi publicada a correspondência a que este caso deu origem (entre as quais duas interessantes cartas de Júlio de Castilho), no *Boletim da Associação dos Arqueó-*

*logos Portugueses*, como homenagem desta colectividade ao autor da *Lisboa Antiga*, e depois reproduzida nas *Obras Completas* de António Feliciano de Castilho (vol. xxxii).

Disse o grande olisipógrafo que a história de uma cidade ilustra-se pelas suas memórias íntimas; mas conservá-las na tradição oral não basta. A lápide comemorativa assume por isso uma eloquência muda, que nos repassa. Chegou mesmo a sugerir uma solução... inaceitável: «Com efeito, a necessidade de uma lei, que declare monumentos nacionais os prédios assinalados pelas câmaras, impõe-se à opinião pública. É difícil de formular? Talvez; mas dificuldade não significa impossibilidade. Essa lei deveria impor aos sucessivos proprietários o venerarem e conservarem esses prédios. Sem ela, tanto vale que se assinale um sítio como não».

Dir-se-á, porventura, que de nada valeu recordar este caso. Não é bem assim: ele dá-nos mais um tocante exemplo do inultrapassável amor filial do grande Mestre — de quem nós todos, «Amigos de Lisboa», somos reverentes admiradores —, e patenteia a importância que, há tantos anos! foi dada pela Ex.<sup>ma</sup> Câmara Municipal de Lisboa à manutenção das lápides memorativas.

Passou seguidamente o orador a desenvolver os três anunciados pontos da sua comunicação:

#### I — TRANSFERÊNCIA DO BUSTO DE AFONSO LOPES VIEIRA

Em 1951, no dia em que se completaram cinco anos sobre a morte do grande Poeta, foi inaugurado o seu busto — obra do notável escultor Francisco Franco — no Largo da Rosa, onde se situa a casa em que bastantes anos viveu e veio a falecer. Este pequeno monumento deve-se à proposta apresentada na sessão da Câmara Municipal de 21 de Fevereiro de 1946, isto é, poucas semanas decorridas sobre o desaparecimento do autor das *Canções do Vento e do Sol*, pelo vereador Sr. Dr. Américo Cortez Pinto, grande amigo de Lopes Vieira e, ele próprio, escritor e poeta de grande merecimento.

Segundo essa proposta, o busto deveria ficar em frente da sua casa e da sua escola, num pequeno espaço ajardinado para recreio das crianças que tanto amou, e para as quais escreveu as pouquíssimas grandes páginas de nossa literatura infantil de que o Poeta foi o verdadeiro fundador, e dar-se melhor arranjo ao largo, procurando-se, entre as várias obras de urbanismo, proceder ao seu alargamento, como ele tanto desejava, aumentando-se-lhe a área com o espaço murado e desocupado do lado direito, à entrada da Rua das Farinhas.

Veio a verificar-se, passado bastante tempo, não terem sido efectivadas as transformações previstas, nem adoptadas outras sugestões incluídas na mesma proposta, em particular o reconhecimento

como instituição benemerita da escola sustentada pelo Poeta para ensino das crianças da Mouraria, e o estudo da forma de a subsidiar, conservando-lhe a feição particular de carinhosa obra social e dando-lhe o nome de «Escola Helena e Afonso Lopes Vieira». Isso levou o mesmo ilustre vereador a reconsiderar no seu alvitre referente à escolha do local, propondo outro, na sessão da Câmara de 19 de Janeiro de 1950, proposta feita com pleno acordo da nobre Senhora, viúva do Poeta. Sem o ambiente sugerido — disse — seria difícil garantir que perdurasse, por largo tempo, o respeito que a memória, então recente, de Lopes Vieira a princípio poderia impor; e, por outro lado, a bela escultura merecia ser colocada num meio, onde melhor pudesse ser admirada, aformoseando um dos jardins de Lisboa.

Lembrou, para o efeito, o Jardim Nove de Abril, antigo Jardim das Albertas, fronteiro ao Museu Nacional de Arte Antiga, a admirável pinacoteca a que o Poeta dedicou grande parte da sua vida, tendo sido uma das pessoas que, com o Dr. José de Figueiredo, mais trabalhou e se bateu pelo seu prestígio e pela reivindicação da existência de uma escola portuguesa de pintura. Considerando, por outro lado, que o busto ficaria olhando o Tejo, que ele tanto amou, e recordando o sentimento de repassada portugalidade de toda a obra de Lopes Vieira, esse elemento da paisagem completaria o cenário espiritual, que melhor se harmonizaria com a alma do Poeta. Não obstante a concordância manifestada pelo presidente da Câmara, ao tempo o Sr. Tenente-Coronel Salvação Barreto, foi mantida a primitiva escolha do local.

A sugestão da transferência do busto continua a merecer o mais decidido aplauso de quem lançou a ideia, o Sr. Dr. Cortez Pinto, e de muitos dedicados familiares, amigos e admiradores de Afonso Lopes Vieira. Inconvenientes da solução proposta parece não existirem. Demais, na moradia do Largo da Rosa — que, embora modificada, mantém a bela e encantadora traça arquitectónica de outrora —, poderia assinalar-se, numa inscrição em elzevires de ouro (como o orador lembrou nas palavras que proferiu no encerramento da exposição bibliográfica de homenagem ao Poeta, promovida pelos «Amigos de Lisboa» em 1962) que lá viveu longos anos e se extinguiu um dos espíritos mais gentis da nossa época, figura insigne entre os Portugueses que mais nobremente têm servido a nossa Grei.

Outros locais poderão também ser lembrados para o mesmo fim: um deles a Rua Afonso Lopes Vieira, do Bairro de Alvalade, extensa artéria que corre paralelamente ao Campo Grande, desde o início deste parque até à Avenida do Brasil. A colocação do busto na intersecção do eixo da pequena Rua Aboim de Ascensão com o passeio nascente da sobredita artéria, permitiria ao observador, colocado no Campo Grande, admirar, a pequena distância, a bela escultura. Se, nesse ponto, a largura do passeio viesse a ser tida por exígua, outra solução estaria indicada: escolher o alargamento da Rua Afonso

Lopes Vieira ao inflectir do Norte para Oeste, muito próximo da Avenida do Brasil, da qual se avistaria, igualmente a dois passos, a figura do Poeta.

Talvez alguns dos seus admiradores preferissem, para local definitivo do modesto monumento consagrado à memória de quem tanto amou e defendeu Lisboa, algum antigo recanto citadino, em que se verifiquem os requisitos que inteiramente falecem no Largo da Rosa... Se assim for, apresentem seus alvitres!

## II — LOCALIZAÇÃO DO FUTURO MONUMENTO A SANTO ANTÓNIO

Que o célebre Santo António de Pádua é autêntico lisboeta de nascimento, e que em Portugal adquiriu a parte basilar da sua enorme cultura, ignoram-no os estrangeiros que nos visitam, salvo raras excepções. Quanto ao segundo ponto, o mesmo poderá dizer-se da maioria dos Portugueses...

Por isso, justifica-se a sugestão do distinto jornalista Sr. Augusto Pinto, apresentada em conferência realizada nos Paços do Concelho em 1942, de se estabelecer um *roteiro turístico antoniano*, excelente ideia se incluir Coimbra, onde o Santo ampliou os estudos que iniciara na cidade natal, e Mafra, que se orgulha de possuir o maior monumento em sua honra erguido em todo o Mundo.

Esse roteiro, segundo o plano apresentado, deveria começar pela reconstituição de casa de sua família ou, se inviável, pela valorização do quarto, onde o seu nascimento se verificou, e criação de um museu, mais vasto e rico que o hoje existente num acanhado anexo da igreja de Santo António, templo interessante, é certo, mas também de reduzidas dimensões; e incluir seguidamente os lugares onde principiou a sua vida maravilhosa. Grandes festas antonianas, religiosas e cívicas, deveriam realizar-se anualmente em Lisboa, ainda segundo o pensamento do mesmo jornalista e escritor, que não tendo lembrado a erecção de uma estátua ao Doutor Evangélico, formulou, contudo, outro voto, ainda hoje válido: que na galeria de retratos existentes nos Paços do Concelho tenha lugar o do grande lisboeta. Algumas figuras lá representadas, em grandes telas ou medalhões, mereceram também consagração pública, pelo mármore ou pelo bronze, em vários locais citadinos.

Erguer-se na capital um monumento a Santo António é ideia antiga. É certo que Lisboa não esqueceu por completo o famoso orador, cuja figura, no entanto, se nos depara apenas em vários conjuntos architectónicos, como nas fachadas das igrejas de S. Vicente e Mercês ou em alguns interiores, por exemplo no Panteão Nacional. Impõe-se prestar-lhe homenagem condigna — por isso, muitas vezes tem ela sido lembrada, e mesmo anunciada pela Ex.<sup>ma</sup> Câmara Municipal, como de novo acaba de ser feito.

Quanto à sua localização, poucos alvitres apareceram, e esses mesmo lembrando, quase unânimemente, o pequeno largo fronteiro ao sobredito templo de que é patrono Santo António ou o caminho que desse ponto leva a S. Vicente.

Na opinião do falecido escultor Diogo de Macedo, emitida há perto de trinta anos, aquele largo maneirinho e íntimo, lugar de recatado encanto, antigo e pitoresco, estava bem a calhar para o memorar com «um singelo mas expressivo monumento». Para justificar o seu pensamento, lembrou existir em Milão, mesmo em frente do santuário franciscano de sua invocação, um tanque povoado de peixes vermelhos e prateados, sobre cuja borda se vê a figura de Santo António, de bronze, em atitude de pregação. Junto dos seus pés há sempre flores, e não faltam também migalhas aos lindos peixes. Em Lisboa não lhe minguariam «os cravos e algumas orações disfarçadas em cantigas» — supunha o artista, que resumia o seu projecto desta forma: o monumento não devia ser mais pomposo, nem menos original, mas muito português, muito lisboeta, muito poético.

Anos depois (1943), em artigo inserto na *Revista Municipal*, intitulado *A «Linha da Graça» e a «Varanda de Lisboa»*, falava o Sr. Pastor de Macedo dos três miradouros que lá deviam existir: no primeiro continuar-se-ia a honrar a memória de Júlio de Castilho; no das Portas do Sol ficaria bem a estátua de Santo António, a meio caminho entre a Sé e S. Vicente, entre o berço e a cela do primeiro lisboeta de renome universal; no de S. Tomé evocar-se-ia Cesário Verde [que, desde 1955, tem o seu busto num dos pequenos jardins da capital].

No alvitre restante, apontava-se como local a preferir a Rotunda do Aeroporto. Compreende-se que se pretendia explorar um importante factor turístico, mas faltava qualquer apoio tradicional, e nem ao menos se considerava não ser eterna a presente localização daquela aerogare...

Pretendia Diogo de Macedo que o monumento fosse pequeno. É lícito perguntar: qual o motivo? No Largo de Santo António à Sé só uma estátua de reduzidas dimensões poderia ser colocada, solução que ao orador se afigura ser de rejeitar. Impõe-se que aos estranhos, que nos visitem, apresentemos a genial figura do Santo lisboeta de forma que facilmente se apercebam do seu valor e influência; não se esqueça, todavia, que — por muito estranho que pareça, como disse Júlio Dantas — temos de dar a conhecer Santo António mesmo aos próprios Portugueses, tarefa que exclui o recurso a meios adocicados, como orações disfarçadas em cantigas...

O miradouro das Portas do Sol ofereceria indiscutível vantagem sobre o local antecedente, se tivesse a superfície requerida por tão alto fim. É de lamentar que assim não suceda, porque, em face da imponente mole do mosteiro de S. Vicente, seria fácil insinuar, no pedestal da estátua, ter sido naquele grande centro de cultura

(melhor, no que o antecedeu) que o futuro franciscano começou a adquirir a ilustração, que completaria em Coimbra, demonstrativa da excelência dos estudos portugueses da época. Terá, portanto, de ser alvitrada outra localização, embora sem menosprezo do mesmo superior e patriótico objectivo, o que levou o orador a indicá-la mesmo junto daquela grande casa conventual.

Não se tratava, porém, do Largo de S. Vicente, onde, como anteriormente foi dito, vai ser colocada outra estátua, mas do Campo de Santa Clara.

O projectado monumento de Santo António poderia ser levantado nesse vasto local, aproximadamente onde se situa uma placa entre o mercado e o Arco Grande. Seria excepcional elemento para o monumental arranjo urbanístico do meio, se este viesse a ser valorizado pelo desaparecimento do inestético «Conventinho», hoje sem significado quanto à sua inicial finalidade, nem vantagem referente à utilização que lhe está sendo dada — assunto de que, em colóquios anteriores, o orador largamente se ocupou. Embora em ambiente de menor importância e beleza, esta localização da estátua seria de considerar, ou antes, mereceria ser debatida, porque:

- 1.º — Após a prevista demolição do mercado (verdadeira nódoa na estética citadinal!), o Campo de Santa Clara melhorará bastante, e conseguir-se-ia, com recurso à criação de um pequeno jardim, arranjo consentâneo com a homenagem que se projecta a esta grande figura nacional;
- 2.º — O plano exposto de exaltação da cultura portuguesa, logo nos primórdios da Nacionalidade, enobrecida por um vulto da altíssima projecção internacional, encontraria, à sombra do grandioso mosteiro vicentino, meio (difícil de igualar!) propício a tão alevantada ideia.

### III — BUSTO DE MARCOS PORTUGAL

Dos compositores portugueses, nenhum gozou, no País e no estrangeiro, de prestígio comparável ao deste famoso lisboeta. Os primeiros triunfos colheu-os precisamente na cidade natal, mas a sua aura começou na Itália, onde viveu alguns anos, mercê de uma pensão régia. Pôde assim impor a sua música dramática em exigentes meios, onde fez cantar vinte e uma óperas. Os aplausos, que as acolheram no país do *bel canto*, repetiram-se em muitos outros ambientes de excepcional importância da Europa e mesmo da América. Mais de cem cidades e outros centros importantes escutaram muitas das principais composições do grande maestro.

Nomeado mestre da Capela Real e director do Teatro de S. Carlos, logo que regressou a Lisboa, desenvolveu acção notabilis-

sima, contribuindo largamente para que a nossa primeira cena lírica conquistasse desde o início situação verdadeiramente excepcional que, com o decorrer do tempo, havia ainda de ampliar-se.

Quando a Corte se transferiu para o Brasil, Marcos Portugal não se ausentou de Lisboa, só mais tarde tendo seguido também para o Rio de Janeiro, onde o Príncipe Regente D. João o acolheu como amigo e grande admirador que sempre fora de tão insigne artista. Este mantivera as suas funções em S. Carlos durante a permanência dos franceses em Portugal, mas escreveu de colaboração com seu cunhado Leal Moreira, também distinto compositor, o *Te Deum* cantado na igreja de Santo António por ordem do Senado lisbonense, em acção de graças pela retirada dos invasores, e, pouco depois, para solenizar o aniversário natalício de D. João, compôs uma cantata, cujo final foi considerado, durante bastantes anos, hino nacional. É também de assinalar que, para as três récitas incluídas no primeiro aniversário da expulsão dos franceses, tivesse sido escolhida uma das suas óperas de maior êxito, *La donna di genio volubile*, que há dois anos foi representada no Teatro da Trindade, sob o título de *A Condessa Caprichosa*, pela companhia portuguesa de ópera (com revisão e adaptação do maestro Frederico de Freitas).

No Brasil continuou a brilhante carreira de Marcos Portugal, até que grave doença o atingiu e mesmo o impediu de regressar a Lisboa, quando a Família Real voltou. E lá faleceu no ano de 1830.

Se a este notável lisboeta não pode aplicar-se o título de precursor, é incontestável que foi vulto de extraordinária projecção mundial, a par dos maiores da sua época. O estudo, edição e vulgarização das obras dos nossos polifonistas, meritória tarefa de valorização da excepcional época artística anterior, vieram modificar um tanto a posição máxima antes atribuída, na história da música portuguesa, a Marcos Portugal; o certo, todavia, é que o seu nome se mantém em lugar honrosíssimo, que o conhecimento mais pormenorizado da sua extensa actividade artística, embora lentamente feito, vai consolidando.

A apresentação no Teatro Nacional de S. Carlos, em 1953, da sua graciosa ópera *Ouro não Compra Amor* por cantores estrangeiros, repetida no ano seguinte por artistas portugueses, bem como a sua reposição em 1964, foram iniciativas de grande valor, merecedoras de franco aplauso.

Aos nossos compatriotas residentes no Brasil cabe a honra de terem proposto a maior das homenagens que poderiam ser prestadas ao célebre compositor: a trasladação para Lisboa dos seus restos mortais. Iniciaram para o efeito entusiástica campanha ao avizinhar-se o centenário do seu falecimento. Foi a ideia acarinhada primeiro pela revista *Portugal*, com apoio dos Centros Regionais Portugueses, e mais tarde teve eco na interessante publicação, que se lhe seguiu, *Portugal Ilustrado*. Rui Chianca, director das duas

revistas , defendeu calorosamente a patriótica sugestão, auxiliado, entre outros, pelo conde de Pinheiro Domingues e comendador António José da Silva, e mais tarde por Viana da Mota, Hermínio do Nascimento e Bento Carqueja.

Vencidas algumas dificuldades, surgidas por parte dos franciscanos, em cujo convento de Santo António, do Rio de Janeiro, havia sido enterrado o compositor, e prometido decidido apoio do nosso Governo para a tumulização do célebre artista na sua cidade natal com justificada pompa, entraram finalmente em 1931 os seus despojos na cripta da igreja paroquial de Santa Isabel, templo em que fora baptizado: homenagem de alto significado, que todavia os seus iniciadores tinham ambicionado mais alta.

Lisboa consagrara o egrégio compositor muitos anos antes, dando o seu nome à rua que liga a Praça das Flores à Rua da Imprensa Nacional, e recentemente, como foi lembrado, honrou-se também a sua memória, pela montagem em dois teatros do Estado — S. Carlos e Trindade — de óperas de sua autoria que outrora tinham alcançado assinalados triunfos, o que também agora sucedeu.

Por que não ampliar essas homenagens oficiais, erigindo-lhe na capital uma estátua ou um simples busto? Eis outro alvitre merecedor de carinhosa atenção.

O local mais apropriado seria o jardim da Praça das Flores, onde tem origem a citada artéria do seu nome, ou a pequena placa, que com esta confina, no ponto onde desembocam a Rua do Monte Olivete e a Travessa de S. Sebastião. Poder-se-ia ainda escolher o passeio fronteiro à igreja de Santa Isabel, ficando o busto a olhar a frontaria do templo — solução interessante, embora com a desvantagem da exiguidade do espaço disponível.



O Sr. Doutor Eduardo Neves disse:

Desde 1574, em que Francisco de Olanda, na sua obra *Da Fábrica que Falece a Cidade de Lisboa*, cuja reedição Alberto Cortês preparou em 1918 e Virgílio Correia publicou em Madrid em 1929, até à *Visão de uma Lisboa mais bela*, que o Dr. Amadeu Ferreira de Almeida, recentemente falecido, publicou em 1947, todos falam na falta de monumentos e estátuas nesta nossa cidade.

O primeiro , com uma visão de antanho, elevada e de arte refinada, o segundo, que nas nossas salas chegou a falar, com as suas ingenuidades bem-intencionadas, embora com visão algo deturpada, pela sua longa estadia nos países nórdicos e sul-americanos — ambos focam o que nos falta.

Neste, como noutros capítulos, de muito ainda carecemos, é certo, embora muito ultimamente se tenha feito.

Foi, em parte, do que se ocupou, o nosso colega da Junta Directiva, amigo e consócio, Sr. Eng. Júlio Eduardo dos Santos. É de advertir que, nas notícias publicadas desta 56.<sup>a</sup> sessão de «Colóquios Olisiponenses», vem o meu nome em primeiro lugar, por culpa amável do conferente, porque foi ele que reviu as provas da nossa circular e alterou, então, o que escrevi.

Ao gizarmos este Colóquio, o nosso prelector de hoje vinha como oficiante e eu como simples acólito e porque sei, que ele, quando fala, diz tudo, eu nem sequer preparei qualquer coisa para dizer — por carência de assunto, falando após ele — e só me limitaria aos *améns* indispensáveis e curiais. Assim o farei.

É claro que, como foi dito, faltam a estátua de Santo António, tão falada — embora exista uma recente em Santa Engrácia, mais imagem do que estátua —, a de D. João I, a de D. João II, projectadas já, e tantas outras.

Estão, evidentemente, deslocadas algumas, são diminutas, para o respectivo valor e locais, outras: das primeiras, cito Ramalho em Santos e das segundas Herculano e seus irmãos de arte na Avenida e Antero na Estrela, e penso que Nun'Álvares na Praça da Figueira, para onde não foi feita pelo ilustre artista que a modelou.

Sempre, como o conferente referiu, houve polémica ao serem erigidas, devido à crítica artística e à forma como se conceberam antigamente os concursos, ultimamente as encomendas. Isso vem já desde as estátuas de D. Pedro IV, Sousa Martins e outras, como se sabe, a respeito de júris, prémios, etc..

O júri, dada a diminuta pléiade — embora notável — dos nossos artistas, é dificultado na organização, que cerceia o seu concurso (quero dizer, impede os membros do júri de concorrer); a encomenda põe em jogo os gostos e predilecções pessoais do encomendante ou dos censores. Veja-se o que aconteceu com os concursos da estátua de D. Pedro IV, Restauração, Guerra Peninsular, etc., e com a encomenda da de São Vicente, que, há muito executada em gesso, só agora vai ser realizada, ao que se diz, para local condigno, sim, mas para onde também não foi feita.

Que isto da colocação, tem muito que se lhe diga. Foi desejo, de um velho colaborador de mestre consagrado, e disso me fiz eco, quando vereador, a colocação na via pública de um busto existente num edifício. Pois, apesar da beleza da obra e do merecimento do homenageado e até do a-propósito da localização, uma comissão, entendeu, e muito bem, que tal não era realizável, porquanto um busto, feito para um átrio interior ficaria apoucado num largo ambiente exterior.

Referimo-nos ao busto do Professor Alfredo da Costa e aos desejos do Professor Costa Sacadura, de o mesmo ser colocado no largo fronteiro à Maternidade, que tem o nome do mestre consagrado.

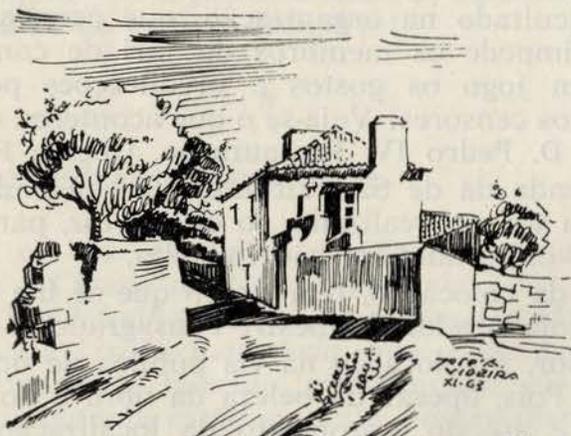
Veja-se o que aconteceu ao nosso primeiro rei, colocado na Parada do Castelo de S. Jorge; ante o ambiente vastíssimo fica diminuída, dado o seu volume, a estátua do nosso primeiro monarca.

Oxalá, tais leviandades ou precipitações se não repitam, às vezes mais por teimosia ou amor próprio, que por convicção, quero crer.

Desculpem V. Ex.<sup>as</sup> o dito, mais por homenagem ao estudo há pouco ouvido que por necessidade de se dizer.

Neste fim do exercício do meu cargo de Secretário-Geral que há 14 anos desempenho, que desejo e de que o próprio Grupo precisa, eu para descanso e o Grupo para critérios novos, cumprimento V. Ex.<sup>as</sup>. Peço a vossa comparência no próximo dia 31 — terça-feira — na escolha que é mister fazer dos novos dirigentes desta Casa para o próximo triênio, que se inaugura no transcurso do 31.º aniversário da nossa fundação, em boa hora efectivada, com nítida utilidade para esta nossa cidade de tantas e por vezes tão desorientadas gentes — fruto da época em que vivemos, o que em 1900 se explicava pelo «fin de siècle», e agora só os novos métodos de transmissão sonora e visual, derramando sobre nós o que de fora vem, sem ser filtrado pelo bom-senso, ocasionam.

Valha-nos Deus e, com o conceito do vetusto *Borda d'Água* e ainda como esperança, diremos «Deus super omnia».



CASAL DO ZÉ MARQUES - POÇO DE CÔRTEZ - OLIVAS

Comemoração do  
3.º centenário do falecimento  
do grande escritor lisboeta  
D. FRANCISCO MANUEL DE MELO

*Síntese da conferência proferida pelo*  
Eng. JÚLIO EDUARDO DOS SANTOS

COMO se assinala no relato da actividade cultural do último trimestre, o Grupo «Amigos de Lisboa» organizou na sede, em 17 de Dezembro, uma tarde cultural, a que deram concurso o Director Sr. Eng. Júlio Eduardo dos Santos, que dissertou acerca de *O lugar das obras morais na bibliografia de D. Francisco Manuel de Melo*, e a Senhora D. Laura de Aviz, que primorosamente declamou o belo soneto do Poeta Melodino *Ditoso Tejo* e leu excertos de tema olisiponense de dois dos célebres *Apólogos Dialogais* do mesmo autor — *Relógios Falantes* e *Visita das Fontes*.

Presidiu o Director Secretário-Geral Sr. Doutor Eduardo Neves, ladeado pela Senhora D. Julieta Ferrão e pelo Sr. Eng. Mário Kol d'Alvarenga.

O Sr. Doutor Eduardo Neves focou o alto significado da homenagem, que estava sendo prestada a uma figura cimeira entre os lisboetas que mais honraram a sua terra e, a propósito, recordou análogas comemorações centenárias levadas a efeito pelos «Amigos de Lisboa» em anos anteriores. Seguidamente disse:

O nosso colega da Junta Directiva, Ex.<sup>mo</sup> Sr. Eng. Júlio Eduardo dos Santos, na senda há muito traçada pelo nosso Grupo de não deixar esquecer os que na nossa Cidade nasceram, vem hoje falar-nos de D. Francisco Manuel de Melo — escritor, poeta, diplomata e militar.

De facto, o Grupo já inscreveu nas suas circulares, há tempo, grande cópia de nomes de lisboetas ilustres em vários ramos de actividade — governação pública, chefes de Estado e estadistas, escritores, músicos, poetas, artistas plásticos, jornalistas, etc., e última-mente, quase em exclusivo absoluto do nosso conferente de hoje, foram evocados o Infante D. Manuel, irmão de D. João V, António Pedro Lopes de Mendonça, os maestros Casimiro e Marcos Portugal,

os escritores Manuel de Gallegos, Cardoso Gonçalves e Cruz Magalhães, além do violinista António Guilherme Soromenho, evocado no nosso OLISIPO pelo Dr. Caratão Soromenho, também nosso colega da Junta Directiva.

Sendo o nosso conferente engenheiro-agrónomo, antigo professor metodólogo, bacharel em Ciências Geológicas, aparece-nos com igual relevo como musicólogo e publicista notável no campo da biografia e da história. Bibliófilo apaixonado, possuidor de uma vastíssima cultura e de preciosas colecções, como V. Ex.<sup>as</sup> têm visto já nas suas exposições e conferências, é auxiliar precioso na tarefa ingente a que todos os desta casa se propuseram de não deixar esquecer os nomes dos nossos maiores e estudar e cultivar o que à nossa Cidade se refere.

LISBOA — disse já uma vez — tem sido batida e rebatida nos nossos dizeres e, de acordo com o nosso lema, fazemos a nossa expansão cultural levando a todos, sócios e não sócios, o produto do nosso labor sempre A BEM DE LISBOA.

Vamos, pois, ouvir mais uma lição, agora sobre D. Francisco Manuel de Melo, o da «Guia de Casados», lição que será ilustrada pela nossa consócia e distinta poetisa e declamadora D. Laura de Aviz, que lerá, como se anunciou, alguns excertos dos «Apólogos Dialogais» e de um soneto, tudo de tema olisiponense, de curioso sabor, da obra do escritor, cujo 3.º centenário do falecimento estamos comemorando.

O conferente iniciou a sua exposição dizendo que lembrar e enaltecer vultos, que têm dignificado Lisboa, é acto de justiça que não carece de encómio; contudo, essa homenagem deverá completar-se por investigações atinentes ao esclarecimento da biografia dos evocados e estudo de novos aspectos das suas obras: objectivos não esquecidos na elaboração do seu trabalho.

D. Francisco Manuel de Melo vangloriou-se sempre de aqui ter nascido, primeiro motivo do nosso reconhecimento à sua memória; assim, numa das suas *Epanáforas* e em várias das *Cartas Familiares* aludiu, com orgulho, a esta *nossa insigne cidade de Lisboa, minha pátria*, e até, em missiva dirigida a um parente, que havia muito o não visitava na capital, punha em dúvida se devido a tão grande ausência ainda o destinatário saberia pensar bem, tendo recordado, a propósito, o dito de certo cortesão, de que *todo o homem de letras, que estava vinte e quatro horas fora de Lisboa, se convertia em alimária*. Aliás, na sua vasta obra, quer no cenário escolhido para a acção, quer no desenvolvimento dela, a terra natal — onde decorreu quase inteiramente a sua atribulada existência — é constantemente exaltada. Os «Amigos de Lisboa», ao celebrarem este tricentenário, prestam justificada homenagem a um dos seus mais notáveis precursores.

Não se trata de figura esquecida, pois quanto respeita ao grande escritor sempre despertou elevado interesse. É bem manifesta a actualidade de D. Francisco Manuel de Melo. Pelo seu significado, registre-se, em primeiro lugar, a admiração que eminentes vultos literários estrangeiros têm demonstrado pelo nosso grande polígrafo.

D. Francisco Manuel — é bem sabido — tanto escreveu em português como em castelhano. A sua obra máxima, neste idioma estranho, é a *Historia de los movimientos, separación y guerra de Cataluña en tiempo de Felipe IV y politica militar*, que o levou à classificação unânime de «clássico da língua espanhola». Maior honra, outorgada por estrangeiros exigentes, não podia ser ambicionada, nem pelo próprio autor, nem por nós Portugueses. Algumas objecções à sua veracidade como historiador, quanto à composição dessa obra fundamental da sua bibliografia, e bem assim à da *Terceira Epanáfora*, apresentadas, em relação à primeira, pelo severo crítico Celestino Pujol y Camps em 1886, foram refutadas com sólidos argumentos por Victor Balaguer e Jacinto Octavio Picón (cf. edição da *Guerra de Cataluña*, da Real Academia Espanhola, 1912). Até mesmo nesse pormenor continuou brilhando a glória daquele a que o grande Menéndez y Pelayo deu lugar de excepção ao lado de Cervantes, de Quevedo (que foi amigo de D. Francisco Manuel) e de Gracián, o célebre jesuíta Baltasar Gracián y Morales, que na *Arte de ingenio, tratado de agudeza*, publicada em 1642, muitos exemplos citou das obras de Camões.

De estrangeiros contemporâneos, podem apontar-se, além de outros, os escritores brasileiros Afrânio Peixoto, Rodolfo Garcia e Pedro Calmon, que cuidaram da edição, em 1940, de um importante apógrafo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro — *Vida, Morte, Ditos e Feitos de D. João IV* —, original do autor dos *Apólogos Dialogais*; Edgar Prestage, o maior dos seus biógrafos, que, além do grande estudo fundamental de 1914 e do seu resumo aperfeiçoado, aparecido em 1933, lhe dedicou outras produções também de subido valor; Carolina Michaëlis de Vasconcelos, que o considerava *em tudo grande*, com extenso e notável exame dos manuscritos existentes na Universidade de Coimbra; o professor Giacinto Manuppella, em vários ensaios e na reimpressão do original da *Visita das Fontes*, que teve a felicidade de encontrar; o Prof. Jean de Colomès que, em trabalho apresentado ao V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, levantou curioso problema sobre as *Obras Morales* do nosso grande escritor.

Quanto haveria que dizer da atenção, que os mais autorizados historiadores da língua portuguesa lhe têm dedicado! Nenhum, em verdade, deixou de apreciar quer a sua vida de tão pungente dramatismo, quer a sua multiforme obra — desde Costa e Silva, Herculano, Camilo, António Francisco Barata, Sousa Viterbo, José Silvestre Ribeiro... ao Conde de Sabugosa, Fidelino de Figueiredo, Hernâni Ci-

dade, Mário Brandão, Gonçalves Rodrigues, P.<sup>o</sup> Francisco Rodrigues e Joaquim Ferreira (estes dois últimos em apaixonante polémica sobre a autoria da *Arte de Furtar*, que alguns autores atribuíram a D. Francisco Manuel), entre muitos outros, dos quais convém não esquecer Augusto Casimiro, com a tradução prefaciada do códice existente na Biblioteca da Ajuda, relativo ao Duque de Bragança D. Teodósio II. Até no teatro foi enaltecida, na peça *D. Francisco Manuel*, original do falecido escritor Rui Chianca, também lisboeta, a nobre figura do grande polígrafo.

Cumprе assinalar também a divulgação de várias das suas produções, na íntegra ou resumo, apresentadas em modestos cadernos e colecções académicas, mas acompanhadas de notas biográficas e críticas (algumas de acentuado merecimento), devidas a conhecidos homens de letras e professores.

Há ainda, todavia, vasta tarefa a empreender: a pesquisa, estudo e publicação de inéditos do nosso autor seiscentista, e de outros elementos susceptíveis de contribuir para esclarecimento de quanto se apresenta nebuloso na sua tão enigmática existência. Grande figura, sempre de actualidade, que pode fornecer temas para investigações históricas e literárias de grande interesse...



O renome de D. Francisco Manuel de Melo provém do valor e beleza das suas obras em prosa. Menor mérito — unânimemente reconhecido — mostra a sua muito vasta produção poética (das *Obras Métricas* constam 676 composições), na qual se nos deparam, contudo, páginas admiráveis. Em certos poemas, subiu mesmo a alturas não atingidas por nenhum dos autores da época, nem mesmo Rodrigues Lobo, o que justificará talvez a opinião de que, em alguns dos seus sonetos, chega a parecer descortinar-se um prenúncio da lira anteriana. Dois deles, dos mais divulgados, o *Apólogo da Morte* e *Pó da Terra*, deram tema ao conferente para pormenorizada análise.

Ainda no campo da poesia, quem deixará de exaltar o célebre *Auto do Fidalgo Aprendiz*, citado com frequência, em exagerada classificação, como a única peça de valor do século XVII, embora seja indiscutivelmente a primeira dos originais de autores portugueses dessa época? Bem conhecido um problema suscitado por esta obra: ter talvez inspirado *Le Bourgeois Gentilhomme* de Molière. Entre os partidários de tal influência contou-se Afrânio Peixoto, cuja opinião, calorosamente defendida, foi impugnada, também com vigor, por Fidelino de Figueiredo. É certo que, em literatura, a originalidade não está apenas no início mas no desenvolvimento das ideias, como também é incontroverso situar-se em plano de engenho muito supe-

rior a famosa peça do autor francês; todavia, o conferente notou a circunstância de ter sido o auto português impresso em França, antes do aparecimento da comédia de Molière, argumento favorável à pretendida influência, aliás não inteiramente negada naquele país — no *Grand Larousse Encyclopédique* (tomo 7.º da última edição, 1963) lê-se ter D. Francisco Manuel de Melo escrito *des pièces de théâtre en portugais, notamment «L'Apprenti Gentilhomme» («Auto do Fidalgo Aprendiz»)*, que a *peut-être inspiré à Molière certains épisodes du «Bourgeois Gentilhomme»*. É referência deveras significativa.

Passou depois o orador a ocupar-se das características e valor da prosa de D. Francisco Manuel, que deixou nas *Epanóforas*, nas *Cartas Familiares* e nos memoriais que, quando preso, dirigiu a D. João IV, algumas das mais belas páginas da nossa literatura. Falando dessas petições, modelo de veemência, sentimento e estilo, disse Herculano mostrarem «quão rica e bela é esta nossa língua portuguesa, que para exprimir affectos nem carece de neologismos, nem de enredar-se de arcaísmos e de torcer-se no estilo metafísico bárbaro dos rudes escritores do 15.º século».

O grande escritor trabalhava sempre com esmero a prosa, aperfeiçoando-a com decidido empenho. Mesmo às *Cartas Familiares*, esta qualificação, apenas no nome lhes compete, porque para a posteridade foram compostas. Só num período de seis anos — conforme deixou esclarecido — redigiu 22 600 cartas; mas essa copiosidade não traduzia desinteresse pelo acurado da forma, epistolar ou outra. Manifestou-se sempre exigente artista, que procurava aperfeiçoar ao máximo o que a inspiração do momento lhe ditava, faceta do seu labor revelada nesta confissão: «Sempre escrevo, mas como risco em uma hora o que em muitos dias debuxo, luz pouco a obra».

O mais elevado sentido moral informa todas as suas realizações, filão não explorado apenas em alguns dos seus livros mais divulgados, como a *Carta de Guia de Casados* e os *Apólogos Dialogais*. O conferente explanou este aspecto, tendo salientado que o escritor tratava desempoeiramente das mais variadas questões e mesmo dos negócios íntimos dos lares, sem receio de afrontar preconceitos da época, mesmo os da índole religiosa, o que assume grande relevo. Entre os exemplos citados inclui o seguinte passo da *Carta de Guia de Casados*: «Mosteiros, recolhimentos e outros resguardos semelhantes, em que os homens depositam suas mulheres, não deixam de ser arriscados; e decerto, quando a ocasião não seja muito urgente, é usar com as mulheres ruim lei, e faltar-lhes com a fé e companhia devida; porque se cada uma daquelas quisera ser freira, bem escusara de se casar».

Em comentário ocasional a este livro, lembrou o orador que outros tratados da mesma índole haviam sido e continuaram a ser publicados, mas nenhum despertou interesse que supere ou mesmo

iguale o que tem acolhido as sucessivas reimpressões desta famosa obra. O melhor elogio do trabalho e do autor!

Em seguimento da apreciação do lado moral dos seus escritos, foi depois salientada a importância dos *Apólogos Dialogais*, no dizer de Herculano a baliza que marca o ponto mais alto a que subiu o talento de D. Francisco Manuel, classificados (por ocasião do seu aparecimento, só ocorrido no século XVIII) como a *obra mais política, civil e galante* que o autor fez. São páginas inimitáveis, em que se admira o tacto com que são castigadas as loucuras, ridicularias e maldades de uma sociedade corrupta. A erudição e bom gosto de que ele dá provas, principalmente no último diálogo — o *Hospital das Letras* — constituem os principais motivos para se dar primazia a esta obra, entre tantas que D. Francisco Manuel escreveu. Ela é também, segundo D. Carolina Michaëlis, *a mais dramática* de todas.

Na elaboração de críticas literárias foi sempre grande a sua originalidade e notória a sua independência. Para se ajuizar da forma como agia, tem especial valor esta afirmação, concernente às antigas escolas: «*Nego (o que outros afirmam) que só em aqueles séculos fosse liberal a natureza em produzir altos juízos... Honrai, senhores, a antiguidade, para que da posteridade sejais honrados; mas não honremos uma para desonrar outra*».

Em conclusão: o insigne polígrafo foi alto *moralista* que, integrado embora na orientação da época, não se limitou à exposição plácida de princípios e conselhos, como tantos dos seus pares: foi mais além, como *inconformista*, por vezes mesmo aguerrido, sem nunca esquecer a sua posição de homem de sociedade e de intelectual de escol. Por isso, pôde ver e registar, dada a pujança do seu talento e superior espírito de análise, os males que inferiorizavam o meio, tornando-se verdadeiro precursor da moderna crítica literária.



A última parte da conferência foi consagrada às *Obras Morales* (Roma, 1664), de que constam duas vidas de santos, ambas anteriormente publicadas: *El Fénix de Africa* [Santo Agostinho] e *El Mayor Pequeño* [S. Francisco de Assis].

Nunca estas obras mereceram a devida atenção da crítica. Exceptua-se a opinião desfavorável que acerca delas emitiu Alexandre Herculano, logo após o elogio tecido à famosa *História da Revolução da Catalunha*: que *El Mayor Pequeño* é escrito comparativamente de pouco mérito, verificando-se o mesmo em relação a *El Fénix de Africa*, porque a sua composição, feita nos tempos da dilatada prisão do autor, mostra «quão abatido estava aquele grande espírito com tão diuturno padecer». Não deve aceitar-se, de ânimo leve, quanto

escreveu Herculano. Se o fizéssemos, continuaríamos a menosprezar o grandioso monumento de Mafra, orgulho do País...

Restringindo os seus comentários a *El Mayor Pequeño: Vida y Muerte del Serafín Humano Francisco de Assis*, lembrou o conferente que D. Francisco Manuel, sempre sincero autocrítico, disse acerca do livro: «É certo que bem necessário me é olhar para as vidas dos Santos, para sofrer esta que aqui me fazem levar os pecadores» [*Cartas* — cent. II, n.º 92]. Trabalhou muito esta obra, que veio a ser publicada em Lisboa, no ano de 1647 e reimpressa, na mesma cidade, em 1650; novamente dada à estampa, como ficou dito, em Roma (1664); e ainda reeditada em Alcalá, em 1681 e 1688.

Foi acompanhada, na 1.ª edição, de uma carta-dedicatória à Província Franciscana da Arrábida, à qual o autor consagrava muita afeição, com data de 4 de Outubro do ano de 1646, festa litúrgica de S. Francisco; nessa dedicatória, D. Francisco Manuel desculpa-se por ter escolhido assunto já versado por tantos homens ilustres, o que fez, primeiro, *por obrigação do nome...*, depois, *pelos singulares benefícios em que se via tantas vezes devedor à sua intervenção* [do *Poverello*].

No *Hospital das Letras*, depara-se-nos também curiosa alusão à finalidade moral deste livro, imbuída, como sempre, do fino espírito habitualmente usado no relato dos seus propósitos:

«Quevedo — Aqui está *El Mayor Pequeño*.

*Bocalino* — Não vos há-de escapar pelo devoto.

*Lípsio* — Ouvi que neste livro vos arguiam de confuso para historiador, e de afectado para moral; que para livro de devoção compreendia sobeja cultura, e, para de relação, repreensível brevidade.

*Autor* — Confesso que nem crónica nem solilóquios; mas se notardes a omissão que há neste tempo em todas as diligências da virtude, vereis que para conduzir a gente a qualquer leitura honesta (quanto mais piedosa) é necessário dourar-lhe a pírula como ao enfermo, ou adoçar-lhe o freio, como ao potro, quando queremos curar o doente ou enfrear o cavalo [...]

Este excerto reflecte o constante desejo de D. Francisco Manuel de bem servir a sociedade, elevando a sua moral. Esse anseio deve filiar-se, em grande parte, na educação religiosa, que lhe fora ministrada, e que profunda influência viera certamente a ter no espírito de um escritor em cujas obras, mesmo nas poesias amorosas ou nas anedotas, frequentes em vários dos seus livros, está sempre ausente o mais leve vestígio de licenciosidade.

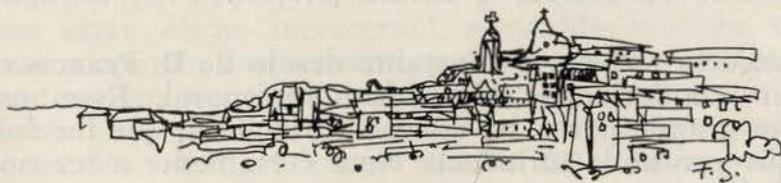
Compreende-se, em face do que acaba de ser exposto, o estilo aforístico e lacónico do livro em referência — características que talvez tenham motivado, antes de quaisquer considerações, a opinião desfavorável de Herculano. Tornar a obra bem apetecida dos leitores foi o que D. Francisco Manuel procurou, escolhendo na gama inesgotável dos seus recursos de prosador emérito os meios mais apropriados...

As *Obras Morales* necessitam de meticoloso exame, no objectivo de possivelmente ser reeditada a parte original que contém, isto é, as duas sobreditas composições agiográficas, tal como foram editadas e reeditadas, ou depois de restituídas à língua portuguesa, acompanhadas, em qualquer destas soluções, de estudo crítico.

O traslado de *El Mayor Pequeño* para a nossa linguagem foi sugerido pelo conferente há quarenta anos (no seu livro consagrado à versão e estudo dos poemas e opúsculos de S. Francisco de Assis, nessa época ainda não traduzidos em português). Foi ideia original, que não chegou a efectivar; mas, decorridos vinte anos, idêntico alvitre foi apresentado pelo distinto escritor Sr. João de Castro Osório, integrado então num plano de restituição ao nosso idioma de muitas obras escritas em castelhano por autores portugueses (cf. *Ordenação Crítica dos Autores e Obras Essenciais da Literatura Portuguesa*).

Transformar em realidade esta antiga sugestão — ou mesmo a variante de simples reedição na linguagem original, se viesse a ser tida por mais consentânea com a posição do nosso grande escritor entre os clássicos da língua espanhola — poderia constituir modesta mas significativa recordação deste centenário, que infelizmente Portugal deixou passar sem condignas manifestações. A opinião de Herculano perderia talvez a importância que lhe pode ainda ser dada, e outro mérito valorizaria o empreendimento, caso fosse possível, devido a algum inédito do autor, esclarecer o estranho motivo que o levou a incluir nas *Obras Morales* (início da edição que haveria de conter todos os seus trabalhos) a tradução de um amplo estudo estranho, recurso que, aliás, nada acrescentou à glória deste notável vulto da literatura portuguesa, que tanto honrou a Pátria.

Ditosa Lisboa, que tal filho teve!



# POESIAS OLISIPONENSES

## A MINHA IDA À VELHA ALFAMA

Há palácios, pedras brasonadas,  
Por entre essas bizarras moradias  
Da velha Alfama! Lendas encantadas  
Me levam para largas fantasias,

Onde há moiras e damas veladas,  
Vagos sons de distantes melodias...  
Guitarras, por fadistas dedilhadas,  
Que me contam magoadas agonias...

Passo ruas estreitas, negros becos;  
Nas arcadas e pátios, oiço os ecos  
Dum longínquo e secular Passado!

As sombras, nas vielas se engrandecem,  
— Sombras, que falam e não emudecem,  
Vão sustentando os sonhos a meu lado!...

Lisboa, 1967.

CHRISTINA BÉRENS FREIRE

Da nossa consócia D. Christina Bérens Freire publicamos hoje mais um soneto olisiponense, inédito, que a autora nos ofereceu.



## CACILHEIRO

I

Quando eu era rapazote,  
Levei comigo no bote  
Uma varina atrevida!...  
Manobrei, e gostei dela,  
E lá m'atraquei a ela  
Prò resto da minha vida!

As vezes, numa pessoa,  
A saudade não perdoa,  
Faz bater o coração!  
Mas tenho grande vaidade  
de viver a mocidade,  
Dentro desta geração!

*Estrilho*

Sou marinheiro,  
Neste velho cacilheiro,  
Dedicado companheiro,  
Pequeno berço do povo!  
E navegando...  
A idade foi chegando...  
O cabelo branqueando...  
Mas o Tejo é sempre novo!

II

Todos moram na rua  
A que chamam sempre sua,  
Mas eu cá não os invejo.  
O meu bairro é sobre as águas  
Que cantam as suas mágoas  
E a minha rua é o Tejo!

Certa noite de luar,  
Vinha eu a navegar  
E de pé, junto da proa!  
Eu ouvi, ou então sonhei  
Qu'os braços do Cristo-Rei,  
Estavam a abraçar Lisboa!

*Estrilho*

Sou marinheiro,  
Neste velho cacilheiro,  
Dedicado companheiro,  
Pequeno berço do povo!  
E navegando...  
A idade foi chegando...  
O cabelo branqueando...  
Mas o Tejo é sempre novo!

PAULO FONSECA

No desejo de organizarmos uma colectânea de poesias olisiponenses, publicamos hoje «Cacilheiro» da autoria do Sr. Paulo Fonseca, interpretado pelo actor José Viana, na revista *O O Zé — Ordem para pagar.*

# ACTIVIDADE CULTURAL

*do Último Trimestre de 1966*

COMEMORANDO o aniversário da Tomada de Lisboa aos Mouros, promovemos na nossa sede uma conferência do Rev.º Padre Monsenhor Moreira das Neves que versou o tema «Lisboa — Guerra Junqueiro e o Pedre Senna Freitas», o que trouxe à nossa sede grande número de pessoas, as quais no final ouviram a nossa sócia D. Laura de Aviz ler o poema «Lisboa», da autoria do conferente e publicado pela Ex.<sup>ma</sup> Câmara Municipal de Lisboa no dia da inauguração da Ponte sobre o Tejo.

No domingo 6 de Novembro, por autorização especial de Sua Exce-  
lência o Ministro das Obras Públicas, realizámos uma visita, largamente concorrida, ao Panteão Nacional de Santa Engrácia, visita que foi dirigida pelo Sr. Arquitecto Frederico Caetano de Carvalho, na ausência do Director dos Monumentos Nacionais. A despeito de um dia chuvoso, os visitantes tiveram o ensejo de ver as obras desse monumental e extraordinário edifício e as suas admiráveis vistas e perspectivas, sentindo todos que na urbanização do local — em que tanto se fez — não tenha sido possível desafrontar o notável edifício de certas construções que tanto o prejudicam. Sobre o assunto, e junto das autoridades competentes, «Amigos de Lisboa» representaram em devido tempo e o nosso Boletim se lhe referiu detidamente.

Na quinta-feira 17, na nossa sede, realizou o Sr. Eng. Agrónomo José Pulido Garcia, chefe da Repartição de Arborização e Jardinagem da nossa Câmara, uma conferência intitulada «Na Capital dos Jardins», denominação atribuída à nossa cidade pela numerosa exis-

tência de pequenos jardins nos seus vários recantos. A conferência, que foi ilustrada com a projecção de diapositivos a cores, da autoria do conferente, reproduzindo jardins da Capital, teve larga concorrência e foi muito apreciada. O extracto da conferência será publicado em OLISIPO.

No domingo 30, «Amigos de Lisboa» atravessaram a Ponte sobre o Tejo em 3 autocarros e alguns automóveis para visitarem o Monumento de Cristo-Rei, tendo ensejo assim de observar as panorâmicas da Ponte, na ida e no regresso, e as do Santuário. O Secretário-Geral por incumbência do Rev.<sup>do</sup> Reitor disse algumas palavras sobre o monumento e referiu dados estatísticos sobre a sua construção, obra dum antigo consócio e vereador de Lisboa, o architecto António Lino.

A 18 de Dezembro, e em sequência da conferência sobre jardins do Eng. Pulido Garcia, foram visitados os Viveiros Municipais de Vila Correia, em Pedrouços, e Quinta da Fonte, em Benfica, onde o referido senhor, que amavelmente nos acompanhou, deu conta dos seus trabalhos com a fundação de uma Escola de Jardinagem para particulares (Vila Correia), arte de viveiristas e possível reconstituição duma quinta de recreio dos arredores de Lisboa (Quinta da Fonte).

Culminando a actividade cultural do ano, o nosso Director, Sr. Eng. Júlio Eduardo dos Santos, realizou na nossa sede uma conferência, verdadeira tarde de arte, sobre «O lugar das obras morais na bibliografia de D. Francisco Manuel de Mello», comemorativa do 3.<sup>o</sup> centenário do falecimento do insigne escritor lisboeta. Essa conferência, de que o OLISIPO publica neste número um excerto, foi ilustrada pela ilustre declamadora e poetisa D. Laura de Aviz, que recitou dois apólogos dialogais (*Relógios Falantes* e *Visita das Fontes*), ambos de tema olisiponense, e o soneto *Ditoso Tejo* do mesmo escritor, que neste número se publica.

Esta conferência e as outras actividades culturais tiveram larga repercussão na Imprensa, tendo o *Diário de Lisboa* e o *Boletim* da Sociedade de Língua Portuguesa referido a oportunidade e quase singularidade da comemoração do centenário de D. Francisco Manuel de Melo pelos «Amigos de Lisboa». A propósito lembra-se que o semanário *Vida Rural* publicou uma larga referência ilustrada sobre a visita aos Viveiros Municipais.

Durante o trimestre, o Grupo fez-se representar na homenagem ao Dr. Augusto de Castro, director do nosso sócio honorário *Diário de Notícias*, que lhe foi prestada na Sociedade de Escritores e Com-

positores Teatrais Portugueses, de que é presidente de honra, pelo Sr. Eng. Júlio Eduardo dos Santos, e na sessão de abertura do ano académico da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa pelos Directores Drs. Alberto Gomes e Eduardo Neves. Também o Secretário-Geral representou o Grupo na conferência que a Sr.<sup>a</sup> D. Laura de Aviz fez na Academia Portuguesa de Ex-Líbris e na Exposição Medalhística Olisiponense, realizada no Palácio Galveias pela nossa Câmara Municipal. Em ambas foi acompanhado pelo Director, Sr. Eng. Júlio Eduardo dos Santos.

*E. N.*

## CASA AFRICANA

●  
**PREÇOS FIXOS  
E MARCADOS  
EM TODOS OS  
ARTIGOS**

●  
**ON PARLE  
FRANÇAIS**

●  
**ENGLISH  
SPOKEN**

●  
Secção de Alfaiataria e Camisaria para Homens e Rapazes. Modas e roupa branca para Senhoras e Crianças. Sedas e Veludos, Lãs, Malhas, Algodões, Cintas e Soutiens. Decorador-estofador. Peles confeccionadas e a retalho. Retrosaria. Luvaria, Perfumaria e todos os artigos para **HOMENS, SENHORAS E CRIANÇAS**

●  
**Rua Augusta, 161 - Telef. 32 42 64 - 65 P. B. X  
LISBOA**

**Rua Sá da Bandeira, 166 - Telef. 1361 P. B. X  
PORTO**

**Edifício do Cruzeiro — ESTORIL**

# VISITA AO MONUMENTO DE CRISTO-REI em 21-XI-1966

**P**OR pedido e incumbência do Reverendo Cónego António Gonçalves Pedro, Reitor do Seminário de Almada, e reportando-me ao volume, há pouco publicado, sobre o Monumento Nacional a Cristo-Rei, direi aos visitantes de hoje algumas palavras elucidativas e relembrarei factos passados com o referido monumento.

Tem esta nossa saída, hoje, de Lisboa, dois fins: visitar este monumento — que bem pode considerar-se de Lisboa — a despeito de estar aqui, noutro concelho e até noutro distrito, e proporcionar a todos nós a travessia em conjunto e em autocarro da recentemente construída Ponte Salazar e do trecho de estrada, que conduz a este local.

As obras, numa e noutra margem do Tejo, de acesso à Ponte, são obras notáveis, altamente vantajosas e dispendiosíssimas. Sem elas não seria eficiente a ligação das duas margens do Tejo.

Este monumento, inaugurado em 1959, é obra simultânea do escultor, já falecido, Francisco Franco (a estátua), do arquitecto, também já falecido, António Lino (a base e a urbanização local) e do Eng. D. Francisco de Mello e Castro (a obra de engenharia).

É de recordar que o escultor foi o afamado autor da estátua de D. João IV, que está em Vila Viçosa, o arquitecto foi o construtor da igreja de S. João de Deus, e o engenheiro é o actual director do Metropolitano.

Recordo com saudade António Lino, ceifado desta vida em pleno fulgor do seu talento criador e em plena juventude, que foi meu

companheiro na Vereação da Ex.<sup>ma</sup> Câmara Municipal de Lisboa e que acompanhou os «Amigos de Lisboa» na primeira visita que aqui fizemos, ainda com este monumento em construção, estando a metade superior da estátua — construída em cimento armado — cá em baixo e na posição horizontal, num barracão armado neste terreiro, onde nos encontramos.

A construção deste monumento, ideia, desde 1934, do nosso Eminentíssimo Cardeal Patriarca, após a sua visita ao Rio de Janeiro, e recordando a vista do Cristo do Corcovado, foi decidida como voto do Episcopado português em 1939.

Depois de uma cruzada difícil, benemerente e pertinaz, foram-se juntando os fundos para a sua realização. Foi frutuosa a campanha. Todos demos, muito ou pouco, e desde as ofertas valiosas em valores, dinheiro, jóias, etc., e em trabalho, houve-as simples e enternecedoras, significativas de fé e generosidade: desde as simples orações de todos até a oferta de dois ovos por uma criança.

Estas contribuições do Povo são sempre as mais valiosas, pelo que representam de consciente compreensão dos deveres.

Lembro-me de que, há anos, aquando dum cortejo de oferendas a favor do Hospital-Misericórdia de Ferreira do Zêzere, cada um se esforçou por dar o melhor e mais que pudesse; pois, num posto de recepção de oferendas aparecem, numa das freguesias do concelho, um aldeão idoso e uma pobre pedinte. Com o argumento de que era para o hospital, de que um dia — talvez — precisassem, o velhote trazia meio litro de azeite e um pinto e a velhota meio quilo de batatas e quatro ovos: o que tinham em casa e que possivelmente lhes faria falta, Deus sabe! Isto fez exclamar ao encarregado da recepção — que tinha aberto na sua loja um crédito de mil escudos, para compras para o hospital: «Senhor Doutor, se cada um de nós desse nesta proporção, quanto teríamos que dar?!...»

O Povo — via de regra — é bom e sempre assim, o que é preciso é não o estragar com maus exemplos e falsas ideias.

No livro, a que me referi de início e que é de ler, é largamente ilustrado e está à venda na Secretaria deste Santuário, conta-se, também, que um rapazito de Pêro Viseu vendeu um pião, que era o seu enlevo, para dar três tostões para a subscrição das pedrinhas para o monumento.

A resolução do Episcopado coincidiu com a comemoração do 3.º centenário da consagração de Portugal a Nossa Senhora da Conceição e a ela não foi estranha o termos saído incólumes da guerra de então.

O architecto António Lima, com a sua arte, fé e as suas amizades, dado o seu fino trato e simpatia pessoal, levou a cabo a tarefa de colocar, lá em cima, a estátua gizada por Francisco Franco, e, como vereador que era, como disse, da Câmara Municipal de Lisboa de então, incorporou-se na procissão do dia da inauguração, que através das ruas de Lisboa e Almada trouxe a esta vila a Imagem de Nossa Senhora de Fátima, tendo pegado, com toda a Vereação, às varas do pálio, num turno que decorreu entre a Praça da Figueira e o Terreiro do Paço.

A procissão saiu da Alameda D. Afonso Henriques, em Lisboa, mais pròpriamente, do Instituto Superior Técnico, e levou cerca de oito horas a chegar ao Terreiro do Paço, através das ruas engalanadas e inundadas de gente e de luz. Nela se incorporaram o Ministério, o Episcopado, autoridades civis e militares e, como referi, a Câmara de Lisboa.

Os vereadores saíram de suas casas às dezoito horas e a elas regressaram às quatro da madrugada do dia seguinte e, ao chegarem ao Terreiro do Paço, esperaram cerca de uma hora para poderem atravessar o imenso mar de gente, para tomar os seus carros, que estavam no Largo do Município.

Registo aqui os nomes dos seus componentes, por os não ver referidos no livro em questão. Eram: Presidente, o então Brigadeiro António Vitorino França Borges, actualmente General e ainda Presidente da referida Câmara, Vice-Presidente Aníbal David, Vereadores Dr. Álvaro do Amaral Barata, advogado; Coronel de Artilharia Aníbal Afra Nozes; Architecto António Lino; Dr. António Pinto Basto, proprietário; Jornalista Augusto Pinto; Doutor Eduardo Augusto da Silva Neves, médico; Engenheiro Francisco Ribeiro Ferreira; Engenheiro-Agrónomo D. Francisco de Vilhena, Conde de Vila Flor e Alpedrinha; Jornalista José Safera da Costa; Engenheiro Júlio Gil; Dr. Manuel Vicente Moreira, médico; e Dr. Baeta Henriques, médico. Desta Vereação são falecidos o Architecto António Lino e Luís Rosa, que o Engenheiro Gil veio substituir.

Aqui tem vindo o mundo inteiro nas suas figuras mais representativas, aqui tem vindo Portugal inteiro, aqui estamos sempre

todos nós, em acção de graças nos momentos felizes ou em súplica e oração nas aflições e aqui viemos nós — hoje — para nos regozijarmos com a vista da última obra desta hora grandiosa de realizações — que vai terminar em breve com a reconstrução quase completa do Panteão de Santa Engrácia, por que muito os «Amigos de Lisboa», como é óbvio, se interessam —, a Ponte sobre o Tejo, que mais aproximou este monumento da nossa Cidade, que vigia e abençoa.

Por concessão do Reverendo Cónego Reitor do Seminário de Almada, poderão V. Ex.<sup>as</sup> subir gratuitamente ao cimo do monumento. É porém limitada a lotação da cabina do elevador e módica a quantia da subida. É de aconselhar a limitação das ascensões e do usufruir a regalia espontânea e generosamente concedida. Há muito a gastar com o acabamento da urbanização prevista e a obra vive de esmolas. A consciência de V. Ex.<sup>as</sup> decidirá.

Ao Reverendo Reitor os nossos agradecimentos pelas facilidades concedidas e por nos ter permitido recrearmo-nos hoje com a vista maravilhosa da nossa Cidade e do seu Tejo, espelhado a seus pés.

E. N.





# Feira da Ladra



## FICHEIRO

### 36. *Grupo Desportivo da Sociedade Portuguesa de Seguros*

Em Janeiro de 1932, D. Pedro de Lencastre (já falecido), madame Georgete Resende, João Ribeiro Veludo, João Caetano, João Cardoso e Simão Diogo fundaram o Grupo Desportivo da Sociedade Portuguesa de Seguros.

Decorridos 14 anos, a colectividade foi inscrita na Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, constituindo-se Centro de Alegria no Trabalho (C. A. T.).

Instalada a sua sede no 2.º andar do n.º 43 do Campo das Cebolas, aí possuem uma biblioteca com cerca de mil volumes, destinados à leitura domiciliária. Editam um magnífico boletim que versa, entre outros temas, os de índole profissional, visando o aperfeiçoamento técnico dos seus numerosos leitores.

O sector que atingiu maior desenvolvimento foi o desportivo, nas seguintes modalidades: basquetebol, andebol de sete, tiro, ténis de mesa, xadrez e futebol, modalidades em que têm conquistado posições honrosas nos campeonatos organizados

pela F. N. A. T. e nos Jogos Desportivos Seguradores.

Como complemento da sua obra, merecem realce as festas natalícias que promovem para os filhos dos associados.

### 37. *Casa de Pedrógão Grande*

O saudosismo pelo torrão natal e a aspiração do engrandecimento da terra em que nasceram estão na base da fundação das Casas Regionais, operando grandes realizações não só pelo esforço particular, mas ainda chamando a atenção de quem de direito para a solução de problemas de reconhecida utilidade pública.

Foi no respeito por esse princípio fundamental que no termo de uma série de reuniões preparatórias se fundou, em 3 de Agosto de 1933, no Ateneu Comercial de Lisboa, a Casa de Pedrógão Grande, preconizada pelos srs. Marcolino Nunes Correia, Deocleciano Nunes Caetano e Adelinho Lourenço Tavares.

A obra, além da propaganda das belezas naturais da região, efectiva-se com o convívio dos conterrâneos dispersos pela capital, e também na actividade assistencial.

Na sua sede — Rua das Portas de Santo Antão — onde promovem festas e almoços da grande família pedroguense, os sócios dispõem de biblioteca, salas de jogos, bufete e sala para a realização de festas.

Entre as suas realizações destaca-se a constituição de um orfeão, que visa a divulgação das mais características e antigas canções da região.

### 33. *Academia 1.º de Setembro de 1867*

Em 1 de Setembro do ano corrente completa o centenário da sua existência a Academia 1.º de Setembro de 1867, fundada por Manuel Fernandes da Silva.

Instalada no primeiro andar do n.º 142 da Rua de S. Sebastião da Pedreira, a Academia dispõe de um espaçoso salão de festas com palco, secretaria e bufete — onde está instalado um bilhar — e um bom logradouro com balneários, o qual foi arranjado com o propósito de nele se efectuarem treinos de basquetebol.

A acção cultural cinge-se à biblioteca e à arte dramática, tendo a «1.º de Setembro» conquistado um diploma de honra, num concurso promovido pelo Secretariado Nacional da Informação.

Uma das mais enternecedoras facetas é a da beneficência, contemplando, pelo Natal de todos os anos, cerca de uma centena de pobres, com a entrega de géneros alimentícios.

*Zacarias da Silva*

### **A nossa garrida Alfama**

Foi qualificação que lhe deu Júlio de Castilho na formosíssima poesia *Galés de El-Rei*, e que aproveito agora para me referir a garridices do sítio — umas religiosamente conservadas ou renovadas, outras despreocupadamente prejudicadas ou desaparecidas.

Começemos pelas coisas agradáveis da Alfama de hoje, para sossego dos espíritos

já inquietos pelo que lhe possam ter feito, estejam fazendo ou queiram fazer.

1. Aqui no Largo do Chafariz de Dentro, que Norberto de Araújo, salvo erro, intitulou «sala de visitas de Alfama», iniciaram-se há meses, por meados do Verão, profundas obras num velho prédio, mesmo velho, pois é de idade secular, com mais uma ou bastantes décadas por cima. Digo já qual é. O chafariz, que baptizou o local, consta de um tanque grande para bebedeiro de animais (hoje seco) e de dois tanques menores, um de cada lado, com duas bicas cada, para serviço das pessoas — e tomou o aspecto actual em 1872, de resto pouco diferente do anterior. Fazendo fundo à construção erguem-se dois prédios, dos quais o maior tem certa importância, apesar da modéstia decorativa; o outro, que fica à direita do observador, é um edifício vulgar, de quatro pisos acima do adarve que cobre a arca de água do chafariz, e com entrada pelo Beco do Mexias. É este o prédio a que faço referência. É vulgar, disse, mas gracioso. Cada piso tem duas janelas, ligadas por varandas, mas cem anos antes, apenas com as do primeiro isso acontecia; das outras, cada uma tinha varanda própria. O piso superior, o sótão, era de trapeira, com duas janelas de peito e com pequena cúpula de águas-furtadas, lá no alto. Esta descrição baseia-se numa gravura da primeira metade do século XIX, publicada pelo Sr. Dr. Amaro de Almeida no seu bom estudo «Lisboa, Capital das Águas» (*Revista Municipal*, n.º 49, 2.º semestre de 1951); naquele belo quadro da Colecção Vieira da Silva, hoje da Câmara Municipal de Lisboa, e pintado por alguém de apelido Robert (terá alguma relação com o escultor Elias Robert que fez a estátua de D. Pedro IV, no Rossio?), talvez pelo terceiro quartel do século passado, já as janelas do segundo e do terceiro piso se vêem irmanadas por varandas compridas.

O actual proprietário, Ex.<sup>mo</sup> Sr. Abel Antunes, despachante official da Alfândega de Lisboa, está realizando as obras, a que me refiro, tendo alterado profundamente o interior do prédio, a fim de o adaptar às exigências dos seus escritórios, mas restaurou (o que significa que *man-teve*) a feição exterior. Graças a este senhor, Alfama ganhou um ponto.

2. A velha Travessa do Chafariz de El-Rei — que parte de junto da fonte sua madrinha e se bifurca, terminando por um lado nos começos da Rua de S. João da Praça, e pelo outro na parte central do mesmo arruamento — anda há semanas com obras de limpeza e de *defesa*. Entra-se nela pelo antigo postigo do Chafariz de El-Rei (também se lhe chamava *porta*), escavado na nobre muralha moura. Do lado direito fica um edificio de feição teatral, que faz fundo ao Chafariz, construído nos princípios do século; do lado esquerdo principia o enorme prédio que foi da Viscondessa de Abrigada, e antes dos Duques da Terceira, dividido pela travessa (que popularmente se chama, não do Chafariz de El-Rei, mas Beco da Mosca ou das Moscas, e que chegou a ser designado Rua da Silva — mas correctamente do Silva, um Diogo da Silva, ali proprietário). Um dos corpos tem a fachada para o Tejo, o outro para a Rua de S. João da Praça, e encontram-se ligados por uma série de passadiços pitorescos, que ensombram e dão *tom medieval* à estreita travessa.

Pois este edificio tem tido obras, como disse, de limpeza e também de *defesa*. Como uma das paredes é muralha moura, houve o cuidado de a deixar, por trechos, à vista dos caminhantes; como a casa é

antiga, puseram-se, libertas da cal e da sujidade, antigas cantarias, que definiram portas, janelas e frestas entaipadas ou esquecidas no decorrer dos tempos. O que o local ganhou em poder evocador não se imagina; o que beneficiou quanto a documentação para a História exige uma visita. Graças ao actual proprietário, Alfama ganhou segundo ponto.

3. No Verão passado o casarão severo do Terreiro do Trigo, hoje em dia sede da Alfândega de Lisboa (desde 1946), teve também obras grandes de limpeza e conservação. Este edificio é limitado por duas passagens — a oriental há anos vedada ao público (sabe Deus porquê e com que direito), a ocidental transformada em via pública — que ligam a Avenida do Infante D. Henrique respectivamente à Rua do Terreiro do Trigo e ao Largo do Terreiro do Trigo. Noutros tempos foram domínio privado, mas a gente de Alfama podia utilizá-las durante as horas do sol. E sabe-se isso, porque à entrada de cada passagem se pôs uma lápide com a seguinte inscrição (creio que da primeira metade do século XIX): «He franca a servidão/ publica por este caes/ desde o toque/ d'alvorada/ ate ao de recolher.» A moldura tem as seguintes dimensões: 80 cm de altura por 40 de largura; o quadro da inscrição tem 40 cm de altura por 35 de largura.

Pois, muito bem. *Durante as obras, que já acabaram há meses, desapareceu do seu plinto a lápide da passagem ocidental. Quem a tirou? Qual o motivo? Onde está?*

Quantos pontos perdeu Alfama com este desaparecimento?

*Paulo Caratão Soromenho*

# RELATÓRIO

## DA

### JUNTA DIRECTIVA

*relativo ao ano de 1966 e ao triénio de 1964/1966*

Ex.<sup>mos</sup> Consócios:

Este ano de 1966, em que termina o mandato para que fomos eleitos, ocorreu no ano em que completámos 30 anos de existência. Vamos assim entrar no 31.º ano da existência do Grupo, em que começa o triénio, para que V. Ex.<sup>as</sup> têm de escolher os Corpos Gerentes, e terão de enfrentar essa data crucial da vida do Grupo, com implicações que os nossos Estatutos impõem nos seus artigos referentes a eleições, os quais marcam que vários membros dos Corpos Gerentes não podem ser reeleitos.

Pondera-se, à esclarecida atenção de V. Ex.<sup>as</sup>, que é mister e urgente a reforma dos Estatutos, como, aliás, já recordámos em relatórios anteriores.

A vida do Grupo foi, como de hábito, calma na sua parte administrativa, e mais calma ainda pelo subsídio que, espontaneamente, a Presidência da Ex.<sup>ma</sup> Câmara Municipal de Lisboa nos concedeu, o que a Junta Directiva oportunamente agradeceu, em visita especial, que fez aos nossos ilustres consócios, os senhores Presidente e Vice-Presidente da mesma Câmara.

Notaremos que as realizações culturais do ano findo nos deram saldos positivos e que o apelo que fizemos aos nossos sócios, a propósito do nosso 30.º aniversário, resultou em dádivas que atingiram 5.900\$00.

Pelos livros, mapas e balancetes, que estão na Mesa, V. Ex.<sup>as</sup> serão pormenorizadamente elucidados sobre a vida do Grupo nesse aspecto, devendo-se notar que, por medida económica, o Boletim saiu em números duplos, pelo que só foram publicados neste ano os números 113/114 e 115/116, números esses bastante mais volumosos do que os trimestrais e contendo colaboração de elevado sentido olisiponense, não só na essência, como na oportunidade.

Os mapas de balanço, que junto se publicam, dão a ideia exacta e resumida de todo o movimento financeiro da gerência finda.

## BALANÇO

CONTAS	ACTIVO	PASSIVO
Móveis e Utensílios ... .. .	24.007\$70	
Consignações da Feira do Livro ... .. .		128\$00
Emblemas ... .. .	72\$00	
Consignações de c/ própria ... .. .		5.998\$00
Devedores e Credores c/ Consignação ... .. .	5.990\$00	69.621\$23
Devedores e Credores ... .. .	46.090\$00	43.159\$34
Caixa ... .. .	4.664\$40	
«Olisipo» ... .. .	14.796\$00	
Biblioteca ... .. .	10.659\$82	
Consignações de c/ Alheia ... .. .	70.521\$76	
Edições... .. .	3.799\$13	
Valores à Cobrança ... .. .	42\$20	
<i>Valores a aplicar na compra de mobiliário e material para realizações culturais:</i>		
Ofertas do 30.º Aniversário ... .. .		5.900\$00
Subsídio da C. M. L. ... .. .		40.000\$00
Fundo Variável ... .. .		19.802\$48
Resultado do Exercício ... .. .	3.966\$04	
	184.699\$05	184.609\$05

### Conta de Resultados do Exercício de 1966

CONTAS	DÉBITO	CRÉDITO
Jóias ... .. .		550\$00
Emblemas ... .. .		23\$00
«Olisipo» ... .. .	12.336\$10	
Consignações de c/ Alheia ... .. .		12.450\$81
Edições... .. .		731\$65
Contribuições ... .. .	824\$00	
Gastos Gerais ... .. .	132.398\$20	
Cotas ... .. .		125.032\$50
Cartões de Identidade ... .. .		40\$00
Receitas Diversas ... .. .		194\$50
Realizações Culturais ... .. .		2.569\$80
Resultado do Exercício ... .. .		3.966\$04
	145.558\$30	145.558\$30

Durante o ano de 1966 viu-se o Grupo privado por falecimento de 20 dos seus consócios e de duas pessoas notáveis no nosso meio literário, que foram colaboradores das nossas actividades e do nosso Boletim: o professor de ensino secundário Ernesto Rodrigues Soares e o médico higienista Doutor Fernando da Silva Correia. Além de serem pessoas altamente estimáveis, foram escritores notáveis de história, arte e ciências afins.

Dos nossos sócios faleceram:

- 172 — Francisco José Martins
- 290 — Balthazar Carlos de Moser
- 622 — Alberto Ferreira de Matos
- 657 — Francisco José Victorino Gomes
- 686 — Victor Bueno Torres
- 1343 — Dr. Amadeu Ferreira d'Almeida
- 1420 — D. Laura Helena de Magalhães Diogo
- 1500 — D. Manuel de Melo (Cartaxo)
- 1508 — Dr. Ruy Almeida d'Eça
- 1893 — Indalécio Pires
- 1962 — António Veiga
- 2067 — Eng. Augusto Jayme Telles d'Abreu Nunes
- 2076 — Amadeu Rodrigues Pires
- 2473 — José Benigno Peres
- 2612 — Dr. Bernardino João Salvador Gracias
- 2639 — Luís Ernesto Lemonde de Macedo
- 2673 — Dr. António José Pereira
- 3106 — Capitão José Rodrigues Sotta
- 3388 — Eng. Jorge Álvaro Pereira Gomes
- 3538 — Coronel Óscar da Silva Motta

Foi o seguinte o movimento de sócios no ano findo. Existiam em 1 de Janeiro de 1966:

Efectivos ... ..	1030	
Honorários... ..	2	1032 sócios
	—	
Faleceram durante o ano ... ..	20	
Foram demitidos ... ..	53	73 »
	—	959 »
Foram admitidos em 1966 ... ..	21	
Foram readmitidos ... ..	4	25 »
	—	
Ficam pois em 31 de Dezembro de 1966 ... ..		948 »

Dos falecidos, todos deixaram muita saudade; merecem, porém, referência especial o Dr. Ferreira de Almeida, o Dr. Bernardino Gracias e o Eng. Abreu Nunes, que connosco colaboraram em realizações culturais e nos ofereceram algumas das suas produções, e o primeiro uma planta antiga de Lisboa.

No decurso do ano não nos esquecemos de comemorar a passagem de aniversário de vultos ilustres de Lisboa e de acompanharmos as realizações culturais para que fomos convidados; representámos às instâncias competentes sobre a urbanização de certos locais lisboetas e regozijámo-nos perante as mesmas pela construção da Ponte Salazar e o acabamento do Panteão Nacional de Santa Engrácia.

Durante o ano recebemos em permuta numerosos jornais e revistas, de que destacamos as da Fundação Gulbenkian e muitas estrangeiras. Para a nossa Biblioteca foram remetidos vários livros, dos quais é justo destacar o livro da Ponte Salazar e o Comemorativo da Inauguração do Monumento Nacional a Cristo-Rei.

Também o Sr. Artur dos Santos Gonçalves, filho do nosso antigo sócio e encarregado da escrita, o Sr. Artur Gonçalves, nos ofereceu um volumoso pacote contendo recortes de jornais e apontamentos de efemérides lisboetas, que muito nos enterneceu, porque resultou duma disposição escrita que o mesmo consócio deixou a seu filho.

Registámo-la, com prazer, e já oportunamente foi agradecida.

O número de ofícios enviados durante o ano foi de 306.

Durante o ano foram adquiridos para a nossa Biblioteca 2 volumes do *Guia de Portugal*, 3 volumes do *Dicionário Bibliográfico* últimamente reeditados e 4 volumes encadernados da *Ilustração Portuguesa* (1904 a 1906).

Ao terminar o triénio, não podemos deixar de referir a colaboração, sempre amável, da nossa Comissão de Contas e de toda a Imprensa, Emissoras de Rádio e Televisão, oficiais e particulares, que com tanta solicitude nos têm auxiliado na nossa tarefa.

Aos conferentes e todos os outros colaboradores das nossas actividades, muito tem o Grupo que agradecer, tendo ficado a dever-lhes grande parte do êxito dessas realizações.

O pessoal cumpriu como de hábito.

De tudo, se deduz a justiça da aprovação dos votos seguintes:

- a) Sentimento pelos sócios falecidos;
- b) Agradecimento à Presidência da Ex.<sup>ma</sup> Câmara Municipal de Lisboa pela concessão do subsídio referido;
- c) Agradecimento à digna Comissão de Contas e particularmente ao seu Relator, o Sr. Hygino Nunes da Silva, que tão gentilmente tem continuado a superintender nos nossos serviços de contabilidade;
- d) Agradecimento à Imprensa, Rádio e Televisão.

Lisboa, 31 de Dezembro de 1966.

A JUNTA DIRECTIVA

O PRESIDENTE

*Prof. Doutor Fernando Freitas Simões*

VICE-PRESIDENTE

*Dr. Álvaro do Amaral Barata*

DIRECTOR SECRETÁRIO-GERAL E RELATOR

*Doutor Eduardo Augusto da Silva Neves*

DIRECTOR SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO

*Dr. Alberto Gomes*

DIRECTOR-TESOUREIRO

*Hugo Coutinho Raposo*

VOGAIS DA JUNTA DIRECTIVA

*Coronel Aníbal Afra Nozes*

*Eng. Júlio Eduardo dos Santos*

*Fernando Dias Pereira*

*Dr. Paulo G. Caratão Soromenho*

PARECER  
DA  
COMISSÃO DE CONTAS

*referente ao exercício de 1966*

Ex.<sup>mos</sup> Consócios:

Na senda da vida, outro ano se dobrou. E não são agora mais brilhantes as perspectivas que se nos antolham.

O número de associados continua a declinar, o que provoca, como consequência imediata, um menor volume de receitas. Para de alguma forma compensar esse mal, resolveu a nossa Ex.<sup>ma</sup> Junta Directiva, e bem, fundir os tradicionais quatro boletins anuais de OLISIPO em dois números apenas, e teve sempre em mira colher saldo positivo das realizações culturais levadas a efeito.

Fica a nossa referência ao apelo formulado pela nossa Ex.<sup>ma</sup> Junta Directiva, por ocasião do 30.º aniversário, apelo a que parte da massa associativa correspondeu com a quantia de 5.900\$00, sendo muito de nos congratularmos com a generosa contribuição de 40.000\$00, da Presidência da Ex.<sup>ma</sup> Câmara Municipal de Lisboa.

Porque sabemos, pelo que verificámos, da certeza de toda a escrita, temos a honra de propor, adicionando às alíneas *a)*, *b)*, *c)* e *d)* do Relatório da Ex.<sup>ma</sup> Junta Directiva, que aproveis o seguinte:

- e)* o Relatório e Contas do exercício findo;
- f)* um voto de louvor à Junta Directiva, pela dedicação com que geriu os actos administrativos; e
- g)* a transferência da importância de 3.966\$04, de «Fundo Variável» para «Resultados do Exercício».

Lisboa, 12 de Janeiro de 1967.

A COMISSÃO DE CONTAS

O PRESIDENTE

*Mário da Conceição Costa*

O SECRETÁRIO

*Hygino Nunes da Silva*

O RELATOR

*Dr. Francisco Gonçalves do Couto Santos*



## OFERTAS AO GRUPO

Do Gabinete da Ponte sobre o Tejo recebemos o livro *A Ponte Salazar*, Lisboa, 1966.

Do Reitor do Seminário de Almada o livro *Monumento Nacional A Cristo Rei*, Lisboa, 1965.

Do Sr. Artur dos Santos Gonçalves, filho do nosso antigo consócio Sr. Artur Gonçalves, um volumoso pacote contendo recortes de jornais e apontamentos de efemérides lisboetas, por expressa determinação escrita de seu Pai.

Do sócio n.º 3173, Ex.<sup>mo</sup> Sr. Eng. Carlos Joyce Diniz, 1 fotografia com 41 x 21, representando o Rossio — 1861/66.

Da sócia n.º 3267, Ex.<sup>ma</sup> Sr.<sup>a</sup> D. Cecília Frederico Bartholomeu, 1 *Almanak Industrial, Commercial e Profissional de Lisboa para o anno de 1865* — Volume encadernado de 554 páginas.

Do sócio n.º 3475, Ex.<sup>mo</sup> Sr. Mário Gonçalves Costa, 1 medalha de bronze comemorativa do centenário do *Diário de Notícias*, 1864/1964.

A todos muito se agradece.



### Sócios admitidos durante o segundo semestre de 1966

- 3545 — D. Amélia Pereira Rodrigues Costa — *Comerciante*.
- 3546 — Cap. Carlos António Parreiral da Silva — *Oficial do Exército*.
- 3547 — António Bernardo Antunes — *Empregado Comercial*.
- 3548 — Fernando Rodrigues dos Santos Sequeira — *Decorador*.
- 3549 — João Augusto da Costa Perestrello de Vasconcellos — *Presbítero*.
- 3550 — Bourdon Albert Alain — *Leitor de Francês na Faculdade de Letras de Lisboa*.
- 3551 — António José Muñoz Cardoso — *Estudante de Arquitectura*.

## ALGUMAS DAS EDIÇÕES DO GRUPO AINDA À VENDA

	PREÇOS	
	Sócios	Público
O CAMPO DE SANTA CLARA, por <i>António Ribeiro da Silva e Sousa</i> ... ..	13\$50	15\$00
A COR DE LISBOA, colaboração de vários autores...	13\$50	15\$00
O «DIÁRIO DE NOTÍCIAS» E O SÉCULO XIX, por <i>Luís Teixeira</i> ... ..	4\$00	5\$00
FANTASIAS SOBRE A ORIGEM DO NOME DE LISBOA, pelo <i>Eng. A. Vieira da Silva</i> ... ..	13\$50	15\$00
A IRMANDADE DE S. LUCAS, por <i>F. A. Garcez Teixeira</i> ... ..	13\$50	15\$00
LISBOA (Comédia), por <i>Gustavo de Matos Sequeira</i>	18\$00	20\$00
LISBOA DE OUTRORA (2.º e 3.º vols.), por <i>Tinop</i> — cada ... ..	13\$50	15\$00
OLISIPO BERÇO DO PERIODISMO PORTUGUÊS, por <i>Alfredo da Cunha</i> ... ..	13\$50	15\$00
RONDA E SILVA DE LISBOA VELHA, por <i>António Ribeiro da Silva e Sousa</i> ... ..	9\$00	10\$00
URBANIZAÇÃO DE LISBOA, colaboração variada ...	4\$00	5\$00

# CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

D. S. C. C.

Secção de

PROPAGANDA E TURISMO

*Publicações turísticas*

---

## MONOGRAFIAS DE ARTE E TURISMO

<i>Portas e Brasões de Lisboa</i>	por Luís Ferros Ponce de Leão
<i>O Tejo</i>	por Mário Pires
<i>Parque Municipal de Turismo e Campismo</i>	por Janine Quintin e João Pina Vidal
<i>Monumentos de Lisboa</i>	por Maia Athayde
<i>Estufa Fria</i>	por Jean Chabloz
<i>Arredores de Lisboa</i>	por Esther de Lemos e Maia Athayde
<i>Miradouros de Lisboa</i>	por João Pina Vidal
<i>Jardins de Lisboa</i>	por Natércia Freire
<i>Alfama</i>	coligido por João Pina Vidal

Ao preço de 7\$50 cada



## OUTRAS PUBLICAÇÕES

<i>Lisboa, de Luís Teixeira</i>	Ao preço de	15\$00
<i>Lisboa - Roteiro Turístico</i>	» » »	12\$50
<i>Lisboa - Cidade de Turismo</i>	» » »	150\$00
<i>Lisboa e os seus encantos</i>	» » »	25\$00

Na

# LIVRARIA PORTUGAL

... encontra V. Ex.<sup>a</sup> livros sobre  
todos os assuntos escritos nas  
principais línguas europeias

Damos informações biblio-  
gráficas e aceitamos enco-  
mendas para todos os países

## LIVRARIA PORTUGAL

Rua do Carmo, 70-74

Telefones: 3 05 82 - 3 05 83 - 32 82 20

Secção de revenda e armazéns

Rua da Oliveira ao Carmo, 21-23

LISBOA-2

## E. Pinto Basto & C.<sup>a</sup>, Lda.

LISBOA

TRANSPORTES  
MARÍTIMOS  
E AÉREOS

AGENCIA DE TURISMO

SEGUROS  
REPRESENTAÇÕES  
(Industriais, etc.)  
FOLHA DE FLANDRES  
E AÇÓIS  
EXPORTAÇÕES  
IMPORTAÇÕES

No Porto:

Kendall, Pinto Basto & C.<sup>a</sup>, Lda.

A

## LEGAL & GENERAL

*agradece aos*

«AMIGOS DE LISBOA»

*a preferência que lhe têm  
dado para os seus  
contratos de seguros*

Capital e Reservas

**800 MILHÕES DE LIBRAS**

CORRESPONDENTE:

Rua da Madalena, 80, 1.<sup>o</sup> — LISBOA

## COMPRAMOS

LIVROS DE BONS AUTORES

Grandes e pequenas quantidades

**LIVRARIA «ECLÉTICA»**

Calçada do Combro, 58

Te'ef. 32 86 63

LISBOA

# Grémio dos Armadores de Navios de Pesca do Bacalhau

ORGANISMO  
CORPORATIVO

Criado pelo decreto-lei número 26 106, de 23 de Novembro de 1935,

ao qual compete fomentar a Indústria da Pesca do Bacalhau

## SENA SUGAR ESTATES, LTD.

*PLANTAÇÕES E FÁBRICAS DE AÇÚCAR EM*

LUABO e MARROMEU

PROVINCIA DE MOÇAMBIQUE

# COMPANHIA DE DIAMANTES DE ANGOLA

(DIAMANG)

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada

*Com o capital de*

ESC. 294.100.000\$00

Pesquisa e extracção de diamantes

na

PROVÍNCIA DE ANGOLA

em regime de exclusivo

*Sede Social:* LISBOA, Rua dos Fanqueiros, 12-2.º - Teleg. DIAMANG

Presidente do Conselho de Administração

Administrador-Delegado

*Dr. Guilherme Luísello Alves Moreira*

Presidente dos

Grupos Estrangeiros

*Le Baron Pierre Bonvoisin*

DIRECÇÃO-GERAL NA LUNDA

Director-Geral

*Eng. João Augusto Bexiga*

REPRESENTAÇÃO EM LUANDA

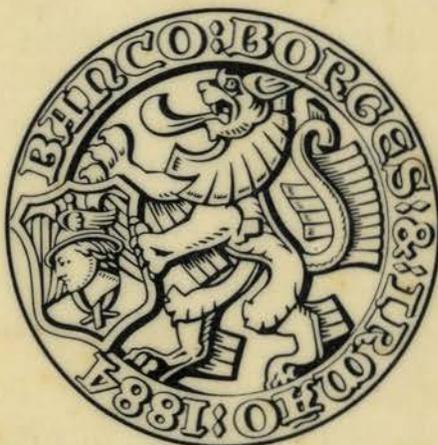
Representante

*Dr. Silvío Guimarães*

TRADIÇÃO  
E  
PROGRESSO



# BANCO BORGES & IRMÃO



PORTO - Rua Sá da Bandeira, 20

LISBOA - Largo de S. Julião, 1-2

AGÊNCIAS EM TODO O PAÍS

CORRESPONDENTES EM TODO O MUNDO